

MINISTÉRIO DA FAZENDA
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

abril 2011

MINISTÉRIO DA FAZENDA
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS – EMGEA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Brasília, abril 2011

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

BB-DTVM – Banco do Brasil – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CGU – Controladoria Geral da União

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CLIN – Centro de Leitura e Informação

CMN – Conselho Monetário Nacional

COHAB - Companhia de Habitação

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

DFI - Danos Físicos do Imóvel

DSI - Disseminação Seletiva de Informações

ECD - Escrituração Contábil Digital

FAHBRE - Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa

FCVS - Fundo de Compensação das Variações Salariais

FDS - Fundo de Desenvolvimento Social

FGC – Fundo Garantidor de Crédito

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FPE - Fundo de Participação dos Estados

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

GCE - Sistema Gestão de Créditos Especiais

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

MIP - Morte e Invalidez Permanente

MNPO - Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS

OCI – Órgão de Controle Interno

PAEX - Programa Parceiros para a Excelência da Fundação Dom Cabral

PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PDG - Programa de Dispêndios Globais

PGA – Programa de Gestão Avançada

PPA – Plano Plurianual

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

PQTV – Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RCV - Relação de Contratos Validados
RFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SIDORNET – Sistema de Dados Orçamentários
SIEST – Sistema de Informações das Empresas Estatais
SIFOB – Sistema de Formatação de Base de Dados
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SISCOB - Sistema de Cobrança Bancária
SPED - Sistema Público de Escrituração Digital
STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União
TMS – Taxa Média Selic

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	16
Gráfico I – Redução da Carteira de Contratos Habitacionais.....	17
Quadro II - Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio”	21
Quadro III – Dados do Programa 1 - Gerenciamento de créditos imobiliários de contratos com Pessoas Físicas.....	22
Quadro IV – Dados da Ação 1 – Programa 1	23
Gráfico II – Adesões ao Programa “Ó de Casa!”	23
Gráfico III – Quantidade de contratos por término de prazo.....	24
Quadro V – Dados da Ação 2 – Programa 1	24
Gráfico IV – Situação dos contratos.....	25
Quadro VI – Dados da Ação 3 – Programa 1	25
Gráfico V – Variação mensal da quantidade de contratos <i>sub judice</i>	26
Quadro VII – Fluxo dos contratos <i>sub judice</i>	26
Quadro VIII – Dados da Ação 4 – Programa 1	27
Quadro IX – Dados do Programa 2 – Gerenciamento de operações com Pessoas Jurídicas.....	28
Quadro X – Dados da Ação 1 – Programa 2	28
Gráfico VI – Arrecadação das entidades de direito privado.....	29
Quadro XI – Dados da Ação 2 – Programa 2	29
Quadro XII – Dados da Ação 3 – Programa 2.....	30
Quadro XIII – Dados da Ação 4 – Programa 2	30
Gráfico VII – Arrecadação estadual por região geográfica	31
Gráfico VIII – Arrecadação municipal por região geográfica.....	32
Quadro XIV- Dados da Ação 5 – Programa 2.....	32
Quadro XV – Negociações efetuadas	33
Quadro XVI – Dados da Ação 6 – Programa 2	33
Quadro XVII – Plano de qualificação de carteiras	34
Quadro XVIII – Dados do Programa 3 – Realização dos créditos da EMGEA contra o FCVS	35
Quadro XIX – Expectativa de recebimento de FCVS de contratos encerrados	35
Quadro XX – Dados da Ação 1 – Programa 3.....	36
Quadro XXI – Créditos Habilitados	36
Quadro XXII – Dados da Ação 2 – Programa 3	36
Quadro XXIII – Reversão de negativa de cobertura do FCVS	37
Quadro XXIV – Dados da Ação 3 – Programa 3	37
Quadro XXV – Validação dos créditos homologados – fora da medida.....	38
Quadro XXVI – Validação dos créditos homologados – dentro da medida.....	38
Quadro XXVII – Dados da Ação 4 – Programa 3	39
Quadro XXVIII – Créditos Homologados pelo FCVS.....	39
Quadro XXIX – Dados da Ação 5 – Programa 3	39
Quadro XXX – Contratos formalizados	40
Quadro XXXI – Contratos de Assunção de Dívidas do FCVS	40
Quadro XXXII – Dados da Ação 6 – Programa 3	41
Gráfico IX – Recolhimentos ao FCVS	41
Quadro XXXIII – Dados do Programa 4 – Gestão do seguro habitacional.....	42
Quadro XXXIV – Dados da Ação 1 – Programa 4	42
Quadro XXXV – Recolhimento de prêmios de seguro	43
Quadro XXXVI – Dados da Ação 2 – Programa 4	43
Quadro XXXVII – Indenizações securitárias ingressadas.....	43

Quadro XXXVIII – Dados do Programa 5 – Ressarcimento das despesas com execução judicial e extrajudicial	44
Quadro XXXIX – Dados da Ação 1 – Programa 5	44
Quadro XL – Dados da Ação 2 – Programa 5	44
Quadro XLI – Recuperação de Despesas Judiciais e Extrajudiciais	45
Quadro XLII – Dados da Ação 3 – Programa 5	45
Quadro XLIII – Ressarcimento de Depósitos Judiciais Recursais	45
Quadro XLIV – Dados do Programa 6 – Redução das despesas com tarifa de administração	46
Quadro XLV – Dados da Ação 1 – Programa 6	46
Quadro XLVI – Dados da Ação 2 – Programa 6	47
Quadro XLVII – Dados do Programa 7 – Gerenciamento dos Imóveis não de uso.....	48
Gráfico X – Quantidade de Imóveis não de uso em estoque	48
Quadro XLVIII – Dados da Ação 1 – Programa 7	49
Gráfico XI – Quantidade de Imóveis não de uso alienados.....	49
Quadro XLIX – Dados da Ação 2 – Programa 7	49
Gráfico XII – Arrecadação de Imóveis não de uso.....	50
Quadro L – Despesas de manutenção com Imóveis não de uso	50
Quadro LI – Dados do Programa 8 – Gerenciamento das dívidas assumidas	51
Quadro LII – Dados da Ação 1 – Programa 8	51
Quadro LIII – Valores pagos aos Fundos	51
Gráfico XIII – Redução do saldo das dívidas	52
Quadro LIV – Dados do Programa 9 – Gerenciamento dos serviços prestados pela CAIXA	53
Quadro LV – Dados da Ação 1 – Programa 9	53
Quadro LVI – Valores pagos à CAIXA	54
Gráfico XIV – Fluxo de caixa	55
Gráfico XV – Composição dos Ingressos.....	55
Gráfico XVI – Composição das Saídas	56
Quadro LVII – Movimentação financeira	57
Gráfico XVII – Saldo dos fundos de investimento.....	58
Quadro LVIII – Rentabilidade dos fundos de investimento.....	58
Quadro LIX – Programa de Dispêndios Globais - Fluxo Econômico – Realizado	60
Quadro LX – Programa de Dispêndios Globais - Resultado Primário – Anual	62
Quadro LXI – Despesas por modalidade de contratação.....	63
Quadro LXII – Indicadores do Segmento Gestão dos Créditos Imobiliários	64
Quadro LXIII – Indicadores do Segmento Gestão dos Imóveis não de uso.....	65
Quadro LXIV – Indicadores do Segmento Gestão das Dívidas Assumidas.....	66
Quadro LXV – Indicadores do Segmento Gestão Financeira	66
Quadro LXVI – Funções Comissionadas	68
Quadro LXVII – Recursos Humanos por nível de escolaridade	69
Quadro LXVIII – Despesas com pessoal.....	70
Quadro LXIX – Quadro dos Recursos Humanos	71
Quadro LXX – Composição e custos de pessoal – Pessoal Requisitado - Regime Estatutário.....	71
Quadro LXXI – Composição e custos de pessoal – Pessoal Requisitado - Regime da CLT	72
Quadro LXXII – Composição e custos de pessoal – Pessoal sem vínculo - Regime da CLT.....	72
Quadro LXXIII – Composição e custos de pessoal – Direção	72
Quadro LXXIV – Composição e custos de Postos de Serviços Terceirizados.....	73
Quadro LXXV – Perfil etário da EMGEA	74
Quadro LXXVI – Cronograma de atividades do PAEX	79
Quadro LXXVII – Prazo para atendimento às recomendações.....	80
Quadro LXXVIII - Dados da Ação 1 sem resultado em 2010 – Programa 2	83

Quadro LXXIX – Dados da Ação 2 sem resultados em 2010 – Programa 2	83
Quadro LXXX - Dados da Ação 3 sem resultado em 2010 – Programa 2	84
Quadro LXXXI - Dados da Ação 4 sem resultado em 2010 – Programa 2	84
Quadro LXXXII - Dados da Ação 5 sem resultado em 2010 – Programa 2	85
Quadro LXXXIII - Dados da Ação 6 sem resultado em 2010 – Programa 2	85
Quadro LXXXIV - Dados da Ação 7 sem resultado em 2010 – Programa 2	85
Quadro LXXXV – Desempenho Econômico-Financeiro	86
Quadro LXXXVI – Impostos e Contribuições	86
Quadro LXXXVII – Despesas com ações de Publicidade e Propaganda	88
Quadro LXXXVIII – Síntese da remuneração da Diretoria Executiva	90
Quadro LXXXIX – Síntese da remuneração do Conselho de Administração	91
Quadro XC – Síntese da remuneração do Conselho Fiscal	92

SUMÁRIO

ORGANOGRAMA FUNCIONAL	9
INTRODUÇÃO	14
Conteúdo Geral	16
1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	16
2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos	17
2.1 – Responsabilidades institucionais da Unidade – Papel da Unidade na execução das políticas públicas.....	17
2.2 – Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	18
2.3 – Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade.....	21
Programa 807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – PPA 2008-2011	21
Programa 1 - Gerenciamento de créditos imobiliários de contratos com Pessoas Físicas	22
Programa 2 – Gerenciamento de operações com Pessoas Jurídicas	28
Programa 3 – Realização dos créditos da EMGEA contra o FCVS	35
Programa 4 – Gestão do seguro habitacional	42
Programa 5 – Ressarcimento das despesas com execução judicial e extrajudicial	44
Programa 6 – Redução das despesas com pagamento de tarifa de administração.....	46
Programa 7 – Gerenciamento dos Imóveis não de uso.....	48
Programa 8 - Gerenciamento das dívidas assumidas.....	51
Programa 9 - Gerenciamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal	53
2.4 – Desempenho Financeiro e Orçamentário	54
2.4.1- Gestão Financeira	54
2.4.2- Gestão Orçamentária	60
2.4.3 – Despesas por modalidade de contratação	63
2.4.4 – Indicadores Institucionais	64
3 – Informações sobre Recursos Humanos	68
3.1 - Composição dos Recursos Humanos	68
3.2. - Contratos de Terceirização de Área-fim	73
3.3 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	73
3.4 - Análise crítica da gestão dos Recursos Humanos.....	75
4 – Cumprimento das obrigações da Lei nº 8.730/1993 – Entrega das Declarações de Bens e Rendas...76	
5 – Estrutura de Controle Interno.....	76
6 – Sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços	76
7 – Gestão de Tecnologia da Informação.....	77
8 – Providências adotadas para atender aos acórdãos do TCU.....	77
8.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício	77
8.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	77
8.3- Recomendações do OCI atendidas no exercício	77
8.4 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	77
9 – Outras informações consideradas relevantes pela Unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	80
9.1 - Informações sobre o ambiente tecnológico.....	80
9.2 – Ações que não se converteram em resultados em 2010	83
10 – Informações contábeis da Gestão.....	86
10.1 - Informações gerais	86
10.2 - Composição Acionária do Capital Social	87
Conteúdo Específico	88
1 – Despesas com ações de publicidade e propaganda	88
2 – Remuneração paga aos Administradores, Membros do Conselho de Administração e Fiscal	88

Anexos	93
Anexo I – Relatório GT – Controles Internos	93
Anexo II – Quadro dos Controles Internos	95
Anexo III – Quadro da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	97
Anexo IV - Quadro Gestão de TI.....	99
Anexo V – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	100
Anexo VI - Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas. ...	101
Anexo VII – Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.	132

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A EMGEA é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda e tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas, regendo-se pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.122, de 3.3.2010 e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

A EMGEA está constituída com a seguinte estrutura organizacional:

1. Conselho de Administração – COSAD
 - i. Auditoria Interna – AUDIT
2. Conselho Fiscal – COFIS
3. Diretor-Presidente – PRESI
 - i. Gabinete da Presidência – GABIN
 - ii. Consultoria Jurídica – COJUR
 - iii. Assessoria Especial da Presidência – ASSES
 - iv. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM
4. Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas – DIREF
 - i. Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF
5. Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ
 - i. Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas - SUPEJ
 - ii. Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF
6. Diretoria de Pessoas e Logística – DILOG
 - i. Superintendência Financeira – SUFIN
 - ii. Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística – SUPEL
 - iii. Superintendência de Tecnologia – SUTEC
7. Diretoria de Controladoria - DICON
 - i. Superintendência de Controles, Obrigações e Direitos – SUCOD
 - ii. Superintendência de Contabilidade – SUCON

A Auditoria Interna da EMGEA está vinculada e subordinada administrativamente ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração - COSAD é composto por cinco membros, nomeados e demissíveis pelo Ministro de Estado da Fazenda, entre brasileiros de notórios conhecimento e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com prazo de gestão de três anos, podendo ser reconduzidos, sendo constituído por três membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, entre eles o Presidente do Conselho e o seu substituto; um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o Diretor-Presidente da EMGEA.

O Conselho Fiscal - COFIS é constituído por três membros efetivos, um dos quais representante do Tesouro Nacional, e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda, com mandato de um ano, admitida a recondução.

Compete à Auditoria Interna – AUDIT, vinculada ao Conselho de Administração:

- 1) avaliar a execução dos programas da EMGEA e o cumprimento das normas e parâmetros fixados para as áreas internas;
- 2) elaborar e submeter à aprovação do COSAD, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN, a serem encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC da Controladoria Geral da União - CGU;
- 3) examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da EMGEA e a tomada de contas especial, quanto a sua composição, forma de apresentação e consistência dos dados informados em relação aos registros internos na EMGEA;
- 4) coordenar a implementação das recomendações dos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União – TCU;
- 5) comunicar, tempestivamente, aos órgãos superiores da EMGEA e à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, provocados por ação de empregados da EMGEA, que causarem prejuízo ao erário; e
- 6) elaborar, dentro dos padrões e normas técnicas estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, relatórios ou notas de auditoria a serem encaminhados ao Conselho de Administração da EMGEA e à Secretaria Federal de Controle Interno.

A Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e até quatro Diretores eleitos pelo Conselho de Administração, todos com prazo de gestão de três anos, permitida a recondução, competindo-lhe:

- 1) o exercício das atribuições decisórias concernentes às finalidades da EMGEA;
- 2) aprovar as normas disciplinares, de planejamento, de organização e de controle dos serviços e das atividades da EMGEA;
- 3) decidir sobre as propostas de orçamento de capital de que trata o art. 196 da Lei nº 6.404/1976, a serem submetidas ao Conselho de Administração;
- 4) aprovar o organograma com as respectivas funções e competências das unidades da EMGEA;
- 5) aprovar as normas disciplinadoras de concursos para admissão de pessoal, as contratações de pessoal técnico especializado, por prazo determinado, e a cessão de empregados, nos casos estabelecidos em lei;
- 6) cumprir e fazer cumprir, no âmbito de suas atribuições, as normas da EMGEA e as determinações do Conselho de Administração;
- 7) aprovar a celebração de convênios, acordos, ajustes e contratos, observados o inciso XIII do art. 6º do Estatuto Social da EMGEA e a legislação específica;
- 8) propor alterações estatutárias;
- 9) estabelecer alçadas decisórias para os demais escalões, observadas as normas da EMGEA e determinações do Conselho de Administração; e
- 10) monitorar a sustentabilidade dos negócios da EMGEA, elaborando relatórios gerenciais, com indicadores de gestão.

Compete ao Gabinete da Presidência – GABIN, unidade vinculada ao Diretor-Presidente, o gerenciamento das atividades de assessoramento, tendo como atribuições:

- 1) assessorar o Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria;
- 2) coordenar e controlar as atividades constantes das agendas dos membros da Diretoria; e
- 3) manter contatos de interesse da EMGEA, com autoridades e representantes dos setores público e privado, apoiando a Diretoria no atendimento de sua pauta de compromissos.

Compete à Consultoria Jurídica - COJUR o exercício das atividades jurídicas de natureza consultiva e contenciosa, judicial ou extrajudicial da EMGEA, bem como assessorar juridicamente a Administração da EMGEA, nela compreendidos o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria, em matéria concernente ao objeto social da EMGEA, tendo como atribuições:

- 1) analisar a legalidade dos atos jurídicos praticados pela EMGEA, tais como instrumentos contratuais e convênios, seus aditamentos, e elaborar os respectivos pareceres;
- 2) patrocinar a defesa dos Dirigentes, Conselheiros e Prepostos, presentes e passados, em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da EMGEA;
- 3) prestar assessoramento às áreas da EMGEA sobre assuntos de natureza jurídica; e
- 4) ingressar em juízo com ações de qualquer natureza em defesa dos interesses da EMGEA, quando a Diretoria julgar inconveniente a utilização do serviço terceirizado ou quando a urgência e a relevância assim o exigirem.

Compete à Assessoria Especial da Presidência – ASSES:

- 1) assessorar o Diretor-Presidente e os demais membros da Diretoria no exercício de suas atribuições;
- 2) coordenar planos e projetos cujo escopo possa envolver a atuação de mais de uma Unidade da EMGEA;
- 3) realizar, em conjunto com a ASCOM e as áreas de negócios, a análise da conveniência e oportunidade de atender pleitos de patrocínios apresentados à EMGEA; e
- 4) promover a articulação entre a EMGEA e a assessoria parlamentar dos órgãos públicos nos assuntos de interesse da EMGEA.

Compete à Assessoria de Comunicação Social – ASCOM:

- 1) promover o relacionamento entre a EMGEA e a imprensa mediante o atendimento à demanda dos profissionais de comunicação;
- 2) gerenciar as atividades inerentes à comunicação institucional da EMGEA;
- 3) coordenar as atividades referentes ao sítio da EMGEA na internet – www.emgea.gov.br; e
- 4) realizar, em conjunto com a ASSES e as áreas de negócios, a análise da conveniência e oportunidade de atender aos pleitos de patrocínios apresentados à EMGEA.

É subordinada ao Diretor de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas – DIREF a Superintendência de Operações com Pessoas Físicas – SUPEF.

Compete à SUPEF recuperar os créditos imobiliários da EMGEA, cujos devedores sejam pessoas físicas, tendo como atribuições:

- 1) gerenciar as atividades relacionadas à recuperação da carteira de créditos originária de contratos firmados com pessoas físicas;
- 2) gerenciar as atividades relacionadas à alienação de imóveis não de uso, vinculados a contratos firmados com pessoas físicas;
- 3) propor políticas de atuação e medidas a serem aplicadas aos créditos de difícil recuperação;
- 4) realizar estudos e propor à Diretoria, modelos de negócio relacionados com a alienação de imóveis não de uso; e
- 5) gerenciar os projetos de conciliação mantidos com a Justiça Federal.

São subordinadas ao Diretor de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ a Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas – SUPEJ e a Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS - SUREF.

Compete à SUPEJ recuperar os créditos imobiliários da EMGEA, cujos devedores sejam pessoas jurídicas do setor privado, tendo as seguintes atribuições:

- 1) gerenciar as atividades relacionadas com a recuperação da carteira de créditos originária de contratos firmados com entidades de direito privado;
- 2) autorizar o início e propor a suspensão ou desistência do processo de execução judicial ou extrajudicial dos contratos inadimplidos;
- 3) propor políticas, ações de cobrança e medidas com vistas à recuperação de créditos sob sua responsabilidade; e
- 4) subsidiar a COJUR com informações sobre os contratos sob sua responsabilidade com vistas à instrução dos processos de ação judicial em andamento.

Compete à SUREF recuperar os créditos imobiliários da EMGEA, cujos devedores sejam pessoas jurídicas vinculadas ao setor público e instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, bem assim gerenciar as atividades referentes aos haveres relacionados com o setor público, tendo como atribuições:

- 1) gerenciar as atividades relacionadas com a recuperação da carteira de créditos originária de contratos firmados com pessoas jurídicas vinculadas ao setor público e com instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial;
- 2) manifestar-se sobre as propostas de negociações que envolvam o ingresso ou a disponibilidade de créditos do FCVS; e
- 3) propor normas e diretrizes para a realização de créditos contra o FCVS.

São subordinadas ao Diretor de Gestão de Pessoas e Logística – DILOG, a Superintendência Financeira - SUFIN, a Superintendência de Gestão de Pessoas e Logística - SUPEL e a Superintendência de Tecnologia - SUTEC.

Compete à SUFIN promover a gestão do fluxo de caixa da EMGEA, buscando sua sustentabilidade financeira e a maximização do retorno dos recursos disponíveis, tendo como atribuições:

- 1) gerenciar o fluxo diário de caixa da EMGEA e propor a alocação dos recursos nas contas correntes e nos fundos de investimentos;
- 2) acompanhar o desempenho dos fundos de investimentos nos quais a EMGEA aplique suas disponibilidades;
- 3) opinar, quando for o caso, sobre a política de investimentos e demonstrações de resultados desses fundos; e
- 4) manifestar-se sobre a viabilidade financeira das propostas negociais, inclusive as que envolvam o recebimento de títulos como moeda de pagamento, e sobre as metodologias de cálculo que lhe forem submetidas.

Compete à SUPEL analisar, orientar, propor e coordenar a execução das políticas e estratégias de gestão de pessoas e de recursos logísticos, tendo como atribuições:

- 1) coordenar as ações para melhoria da governança;
- 2) propor medidas com vistas à modernização e à organização administrativa;
- 3) planejar, controlar, coordenar e executar processos e atividades relativas à gestão de pessoas;
- 4) gerenciar e executar os processos e as atividades de aquisição e guarda de bens móveis e de material de consumo, bem como de manutenção e guarda de material permanente;
- 5) controlar e supervisionar os contratos de prestação de serviços terceirizados que estejam delegados à Superintendência; e
- 6) gerenciar e executar as atividades referentes aos processos licitatórios da EMGEA.

Compete à SUTEC gerenciar as atividades relacionadas com a tecnologia da informação, tendo como atribuições:

- 1) desenvolver e gerenciar os sistemas computacionais de apoio ao negócio e à gestão da EMGEA;
- 2) gerenciar os bancos de dados da EMGEA, responsabilizando-se pela importação de informações provenientes de sistemas computacionais externos, inclusive no que se refere a verificação de sua integridade e sua adequação aos modelos utilizados pela EMGEA;
- 3) acompanhar a evolução da tecnologia da informação e de redes, bem como propor a implementação de novos padrões decorrentes do avanço tecnológico; e
- 4) gerenciar a manutenção e atualização dos equipamentos de informática.

São subordinadas ao Diretor de Controladoria - DICON a Superintendência de Controles, Obrigações e Direitos – SUCOD e a Superintendência de Contabilidade - SUCON.

Compete à SUCOD propor e coordenar a execução das atividades relativas à melhoria dos controles internos, tendo como atribuições:

- 1) assegurar, em conjunto com as demais áreas da organização, a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do Sistema de Controles Internos;
- 2) propor medidas preventivas que visem mitigar riscos que a EMGEA está exposta;
- 3) zelar pelo cumprimento de normas, leis e regulamentos internos e externos; e
- 4) coordenar a elaboração e a divulgação de relatórios gerenciais e informações corporativas para o público interno e externo.

Compete à SUCON gerenciar as atividades inerentes ao registro da escrituração contábil e fiscal, bem como as atividades relativas à elaboração e à execução do Programa de Dispêndios Globais – PDG da EMGEA, tendo como atribuições:

- 1) elaborar e manter atualizado o Plano de Contas da EMGEA;
- 2) gerenciar as atividades relativas ao registro dos atos e dos fatos administrativos;
- 3) elaborar e analisar as demonstrações contábeis previstas na legislação, bem como aquelas de caráter gerencial;
- 4) gerenciar o controle e a manutenção da regularidade fiscal da EMGEA perante a fazenda pública; e
- 5) manifestar-se quanto ao impacto contábil e fiscal das medidas negociais propostas pelas áreas negociais.

INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão desta Empresa Gestora de Ativos – EMGEA para prestar contas dos resultados de 2010, elaborado conforme previsto na Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010. Este Relatório está assim estruturado:

Conteúdo Geral – fazem parte desse conteúdo os seguintes itens:

- Item 1 – Identidade da Unidade Jurisdicionada.
- Item 2 – Planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades.
- Item 3 – Recursos Humanos da Unidade Jurisdicionada.
- Item 4 – Cumprimento das obrigações da Lei nº 8.730/1993 – Entrega das Declarações de Bens e Rendas.
- Item 5 – Sistema de Controle Interno da Unidade Jurisdicionada.
- Item 6 – Sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços.
- Item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.
- Item 8 – Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a Unidade Jurisdicionada se vincula.
- Item 9 – Outras informações consideradas relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.
- Item 10 – Informações contábeis da gestão.

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada os seguintes itens da Decisão Normativa TCU nº 107/2010:

- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Item 3 da DN).
- Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores (Item 4 da DN).
- Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência (Item 6 da DN).
- Contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV (Item 7 da DN).
- Gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros (Item 11 da DN).
- Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social (Item 14 da DN).
- Não houve recomendação da unidade de controle interno no exercício (Item 16 da DN).

Conteúdo Específico – fazem parte desse conteúdo os seguintes itens que tratam das informações sobre:

- Item 1 – Demonstrativo analítico das despesas com ações de Publicidade e Propaganda.
- Item 2 – Remuneração paga aos Administradores da Unidade Jurisdicionada, membros da Diretoria estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Em função das especificidades da EMGEA, não se aplicam à natureza jurídica desta Unidade Jurisdicionada as informações solicitadas na parte que trata das Unidades Jurisdicionadas com Relatório de Gestão Customizado.

Conteúdo Geral

1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério da Fazenda		Código SIORG: 55962
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Empresa Gestora de Ativos		
Denominação abreviada: EMGEA		
Código SIORG: 55962	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: UJ 179102
Situação: ativa		
Natureza jurídica: empresa pública		
Principal atividade: empresa não financeira controlada		Código CNAE: 6462-0/00
Telefone: (061) 3214-4909 e 3214-4910		Fax: (061) 3214-4900
Endereço eletrônico: emgea@emgea.gov.br		
Página da Internet: http://www.emgea.gov.br		
Endereço postal: Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja – Ed. São Marcus - CEP 70070-902 - Brasília – DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) foi criada pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.155, de 22.6.2001 – atual MP nº 2.196-3, de 24.11.2001.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura da Unidade Jurisdicionada		
O estatuto da EMGEA, aprovado pelo Decreto nº 3.848, de 26.6.2001, e seus sucedâneos, define a estrutura da empresa. A data de publicação do estatuto da EMGEA no Diário Oficial da União é 27.6.2001.		
Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Não se aplica		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se aplica	Não se aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica	Não se aplica	

2 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

2.1 – Responsabilidades institucionais da Unidade – Papel da Unidade na execução das políticas públicas

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal. De acordo com a Medida Provisória nº 2.196/2001, que autorizou a criação da Empresa, destacamos os seguintes artigos:

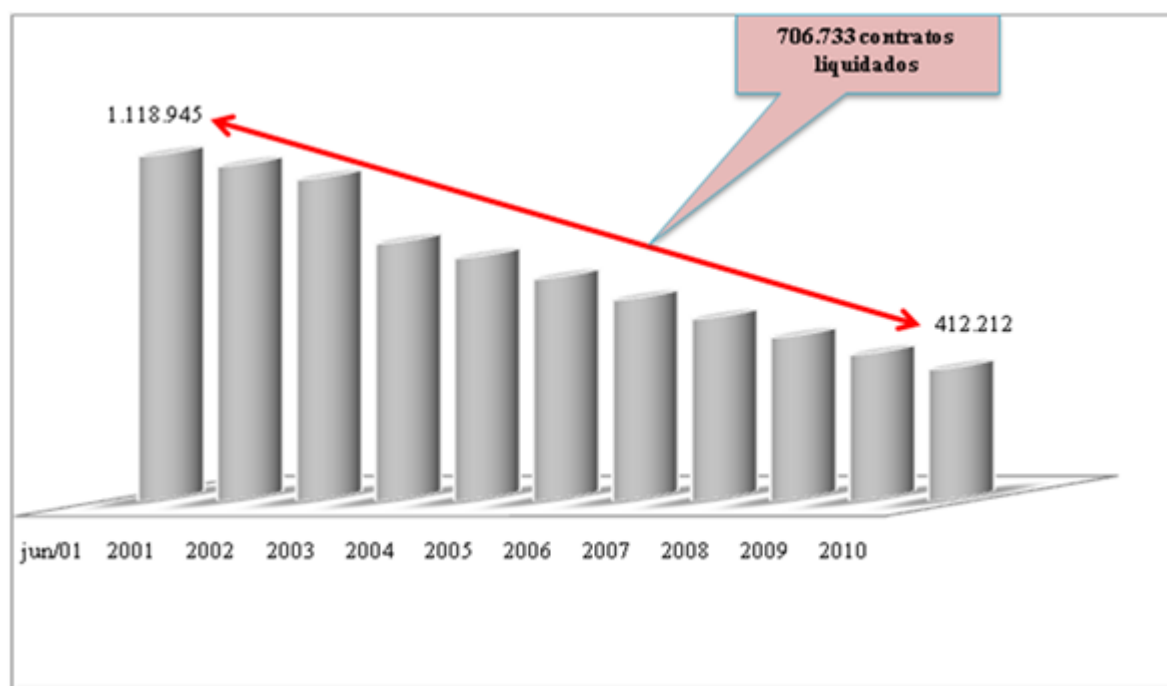
Art. 7º - § 1º - “A EMGEA terá por objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações.”

(...)

Art. 8º - “Fica a União autorizada a transferir bens e direitos para a EMGEA, para constituição de seu patrimônio inicial ou aumentos de capital subsequentes”.

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de cerca de 1 milhão de contratos de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, originários da CAIXA e de outros agentes financeiros, integrantes do antigo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Desde então, a EMGEA tem atuado para assegurar solidez na retomada do fluxo financeiro da carteira de contratos. No decorrer do período, as ações da empresa orientaram-se, inicialmente, por ratificar e dar continuidade aos programas já praticados pela CAIXA. Ao final de 2010, estavam registrados nos sistemas operacionais cerca de 412 mil contratos de financiamento, redução equivalente a 63% da carteira existente em 2001.

Gráfico I – Redução da Carteira de Contratos Habitacionais
2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOD

A EMGEA tem implantado medidas negociais capazes de acelerar liquidações que viabilizam não só a realização desses ativos, como também o ingresso de recursos e a redução dos custos com a tarifa de administração para o prestador de serviço – CAIXA. A milhares de mutuários, sobretudo os de baixa renda, foi conferido o benefício social de obter a regularização dos débitos e a solução definitiva para o problema da moradia.

A EMGEA ratificou sua responsabilidade instituída legalmente ao definir, como missão, “*Gerir ativos públicos por meio de soluções inovadoras*” e, como visão de longo prazo, “*Ser referência na gestão de ativos públicos*”.

2.2 – Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 – Objetivos estratégicos - A EMGEA definiu a seguinte diretriz: *Garantir a sustentabilidade financeira e a solvência da Empresa para o triênio 2010/2012*. Assim, relativamente ao exercício de 2010, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

2.2.1.1 – Arrecadar na Carteira de Pessoa Física: Garantir a arrecadação do equivalente a R\$ 4,10 bilhões, em papel moeda, oriunda das carteiras de crédito Pessoa Física e Imóveis não de uso. Foram traçadas as seguintes metas:

- Arrecadar no mínimo o montante de R\$ 1.350,00 milhões – Carteira de Pessoa Física – contratos originários da CAIXA – Créditos *Pro Soluto* e *Pro Solvendo*. O volume arrecadado foi de R\$ 1.370,52 milhões, superando em 1,52% da meta prevista.
- Arrecadar no mínimo o montante de R\$ 150,00 milhões com a venda de Imóveis não de uso. O volume arrecadado foi de R\$ 218,80 milhões, superando em 45,87% da meta prevista.

2.2.1.2 – Arrecadar na Carteira de Pessoa Jurídica: Promover a arrecadação no triênio de R\$ 3,52 bilhões em espécie e outras moedas, decorrentes de operações com Pessoas Jurídicas e FCVS. Foram traçadas as seguintes metas:

- Arrecadar o montante de R\$ 200,00 milhões – Carteira de Pessoa Jurídica – Entidades de Direito Privado. O volume arrecadado foi de R\$ 43,88 milhões, equivalente a 21,94% da meta prevista. (Vide detalhamento no Programa 2 – Gerenciamento de operações com Pessoas Jurídicas).
- Realizar a novação de R\$ 674,00 milhões de créditos perante o FCVS. O volume realizado foi de R\$ 635,72 milhões, equivalente a 94,32% da meta prevista.
- Formalizar processos de novação de créditos perante o FCVS no montante de R\$ 790,00 milhões. O volume formalizado alcançou R\$ 795,52 milhões, superando em 1% da meta prevista.
- Arrecadar o montante de R\$ 422,00 milhões, em espécie e outras moedas, provenientes de carteiras de operações imobiliárias de Pessoas Jurídicas, oriundas no setor público (estados, PROER e FGC). O volume arrecadado foi de R\$ 632,57 milhões, superando em 49,90% da meta prevista.

- Arrecadar o montante de R\$ 108,00 milhões em espécie, provenientes de carteiras de financiamentos ao setor público estadual e municipal. O volume arrecadado foi de R\$ 110,71 milhões, superando em 2,51% da meta prevista.

2.2.1.3 - Coordenar as ações para a melhoria da governança: - Como medida de coordenação objetivando a melhoria da governança no âmbito da EMGEA, foram estabelecidas as seguintes metas:

- Implantar modelo de Controles Internos – Os esforços dedicados à implantação de modelo de Controles Internos na EMGEA proporcionaram atingir 98% da meta estipulada e desdobraram-se mediante o estabelecimento das ações a seguir comentadas:

- Migrar atuais atividades desempenhadas pela Superintendência de Controle, Obrigações e Direitos – SUCOD.

As atividades passíveis de migração da SUCOD para outras unidades, relacionadas aos macroprocessos identificados no Relatório do Grupo de Trabalho instituído na forma da Portaria nº 82/2009, de 30.9.2009, com o objetivo de “elaborar proposta de atuação e respectivos macroprocessos de trabalho para a Superintendência de Controle, Obrigações e Direitos – SUCOD”, tiveram sua execução e gestão transferidas como demonstrado no Anexo I, representando o cumprimento de 97% das subações estabelecidas. Restou para migração no exercício de 2011 o processo de controle da arrecadação recebida.

- Propor modelo de Gestão de Riscos; Propor modelo de Gestão da Conformidade; Propor modelo de Gestão das Informações Corporativas; e Definir processos de trabalho da unidade de controles internos.

Os modelos propostos para a Gestão de Riscos, da Conformidade e das Informações Corporativas, e a definição dos processos de trabalho da futura unidade de controles internos, estão consignados no Relatório do Grupo de Trabalho instituído na forma da Portaria nº 045/2010, de 6.7.2010, com o objetivo de “descrever os processos e definir as metodologias e ferramentas de atuação para a implantação da Superintendência de Controles Internos – SUCOI”, como resultado dos trabalhos para os quais foi constituído o referido GT, encerrado em 29.11.2010.

- Adequar o Regimento Interno – Foram cumpridos 70% dos esforços necessários à adequação do regimento. Os 30% não alcançados devem-se ao amadurecimento e aprofundamento do debate para adequação do Regimento Interno. Estima-se que a apreciação do documento final se dê até o término do 1º quadrimestre de 2011.
- Revisar Regulamentos Internos – Dos quatro regulamentos propostos para revisão, 100% do Regulamento de Pessoal e 92% do Regulamento de Treinamento e Desenvolvimento foram alcançados. O Regulamento de Gestão Documental e o Regulamento de Saúde e Bem Estar foram revisados em 76% e 55% respectivamente. Com efeito, a meta de revisar regulamentos internos obteve grau de esforço atingido em 80%. Os trabalhos de revisão desses documentos terão continuidade no exercício 2011.

2.2.1.4 – Estruturar a Consultoria Jurídica visando otimização da assessoria

A EMGEA identificou a necessidade de adequar o quadro de advogados ao volume da demanda interna, a fim de proporcionar condições para o desempenho das atividades de consultoria e advocacia preventiva e o efetivo cumprimento das competências definidas em seu Regimento Interno.

Assim, ao final do exercício e com a nova estrutura e aparelhamento da área jurídica foi possível incrementar as seguintes atividades:

- Definição de carteiras para acompanhamentos dos processos judiciais estratégicos, como Ações Cíveis Públicas, Falências e Concordatas, Liquidandas e Repassadoras e maiores Grupos Devedores, selecionados pelas áreas competentes;
- Atuação preventiva na identificação e intervenção em situações que sugiram fragilização de garantias contratuais da Empresa, visando a mitigação de riscos; e
- Atuação na assessoria jurídico-negocial direta às áreas negociais, propondo soluções adequadas aos parâmetros legais e normativos vigentes, visando o alcance dos objetivos da EMGEA.

2.2.2 – Programas priorizados no exercício - Com o objetivo de cumprir a diretriz estabelecida para o triênio e atender aos objetivos estratégicos priorizados, foram definidos programas, que têm merecido contínuos esforços de atuação. Cada programa abaixo será detalhado no Item 2.3.1 deste Relatório. Cabe esclarecer que para esses programas não foram atribuídos códigos na forma da Lei nº 11.653/2008, que aprovou o PPA para o período 2008/2011.

1. Gerenciamento de créditos imobiliários de contratos com Pessoas Físicas;
2. Gerenciamento de operações com Pessoas Jurídicas;
3. Realização dos créditos da EMGEA contra o FCVS;
4. Gestão do seguro habitacional;
5. Ressarcimento das despesas com execução judicial e extrajudicial;
6. Redução das despesas com pagamento de tarifa de administração;
7. Gerenciamento dos Imóveis não de uso;
8. Gerenciamento das dívidas assumidas; e
9. Gerenciamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal.

2.2.3 – Parcerias - Destacamos como estratégia de atuação da Empresa a priorização da parceria que a EMGEA mantém com a Justiça Federal, a qual vem incentivando, desde 2002, a prática da conciliação nas ações ajuizadas por mutuários do SFH, para solucionar tais conflitos.

Enfatizamos a importância dessas audiências para a Justiça e sua imediata repercussão social, sobretudo para as camadas mais carentes da população, ao permitir a solução rápida de processos em que se discutem contratos de financiamento da casa própria.

Outro destaque foram os acordos firmados pela EMGEA com governos estaduais e entidades vinculadas ao setor público, que viabilizaram a quitação de suas carteiras imobiliárias, beneficiando cerca de 25.600 famílias, que agora poderão regularizar sua dívida com descontos e obter a escritura definitiva, no caso da quitação do saldo devedor.

2.3 – Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade

Programa 807 – Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio – PPA 2008-2011

Na forma da Lei nº 11.653/2008 que aprovou o PPA para o triênio 2008/2011, a estrutura orçamentária da EMGEA, registrada sob o nº 25.276 no Sistema SIDORNET do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contempla somente Ações para o Programa nº 0807 – “Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio”.

Apresentamos a seguir demonstrativo da execução orçamentária do Orçamento de Investimento - 2010, segregado por Ação. Os referidos dados estão inseridos no sistema SIEST.

Quadro II - Programa 807 – “Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio”

Código	Ação	Valores em R\$ 1,00		
		Aprovado	Realizado	%
4101	Manutenção de Bens Imóveis	69.458	0	0
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	326.450	158.931	48,7
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	740.000	426.431	57,6
Total		1.135.908	585.362	51,5

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCON

Em termos gerais, verificamos a realização de 51,5% nas rubricas de Investimento, justificada, sobretudo pela adesão da EMGEA à Ata de Registro de Preços (modalidade de licitação), a qual gerou economia nos preços dos bens adquiridos no exercício, sobre os quais apresentamos as seguintes considerações:

Ação 4101 - Manutenção de Bens Imóveis: o montante aprovado para a atividade constitui dotação para gastos eventuais em imóvel de terceiros, visando realização de obras necessárias à segurança e à manutenção do prédio sede da Empresa. Não houve demanda de gastos para o exercício.

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos: realização de 48,7% do previsto, justificado pela adesão da EMGEA à Ata de Registro de Preços para aquisição de mobiliários, o que representou substancial diminuição nos gastos para o exercício, bem como pela baixa demanda para aquisição de outros bens. Tal fato ocasionou a aquisição de bens em quantidades inferiores às esperadas (dezenove unidades adquiridas contra trinta unidades programadas), especificamente pela redução da quantidade de equipamentos adquiridos (quatro unidades adquiridas contra quinze unidades programadas).

Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação de Teleprocessamento: realização de 57,6% do montante aprovado, em razão da utilização pela EMGEA, da modalidade de licitação pela adesão à Ata de Registro de Preços, gerando economia de gastos dos valores aprovados. Por outro lado, houve problemas nos processos licitatórios nas aquisições previstas. Também ocorreu mudança no mix de equipamentos, sendo adquiridas quantidades inferiores às esperadas (cinquenta e oito unidades adquiridas, contra trezentas e oitenta e três unidades programadas), especificamente equipamentos de informática (vinte e seis equipamentos adquiridos, contra duzentos e oito equipamentos programados) e licença de uso de softwares (trinta e duas unidades adquiridas, contra cento e setenta e cinco unidades programadas).

2.3.1 - Relação dos Programas

Conforme já ressaltado, a esses Programas não foram atribuídos códigos na forma da Lei nº 11.653/2008, que aprovou o PPA para o período 2008/2011 e que, portanto, não estão registrados em quaisquer sistemas do governo federal.

Programa 1 - Gerenciamento de créditos imobiliários de contratos com Pessoas Físicas

Quadro III – Dados do Programa 1 - Gerenciamento de créditos imobiliários de contratos com Pessoas Físicas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Apresentar soluções e implementar medidas que resultem na retomada do fluxo financeiro e na melhoria da rentabilidade da carteira
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas (SUPEF)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Vide Indicadores Institucionais - Segmento Gestão dos Créditos Imobiliários
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas físicas devedoras de financiamentos habitacionais

Para melhorar a performance da arrecadação, a EMGEA vem procurando regularizar os contratos habitacionais, mediante incentivo à liquidação e à reestruturação de dívidas, para eliminar o desequilíbrio financeiro, combater a inadimplência e realizar acordos nas esferas administrativa e judicial. As medidas aumentaram o ingresso de recursos, com a retomada do fluxo de pagamento dos contratos.

Em 2010 foram liquidadas as dívidas de 36.551 contratos, o que representa redução estimada de R\$ 1,46 milhão por mês no pagamento de tarifa de administração ao prestador de serviços. As ações estão traduzidas nas metas estipuladas para o período.

A arrecadação alcançou o montante de R\$ 1,37 bilhão, proveniente do recebimento de prestações, amortizações extraordinárias, liquidações antecipadas, que representaram 95,% daquele montante e 5% em créditos referentes a indenizações securitárias, depósitos judiciais, etc.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas.

Principais Ações do Programa

As ações pautaram-se pelo acompanhamento e controle das medidas negociais adotadas em exercícios anteriores, bem como pela busca de ajuste das medidas de incentivo à liquidação e à reestruturação dos contratos, para incrementar o ingresso de recursos mediante a retomada do fluxo de pagamentos.

Ação 1 – Programa “Ô de Casa!”

Quadro IV – Dados da Ação 1 – Programa 1

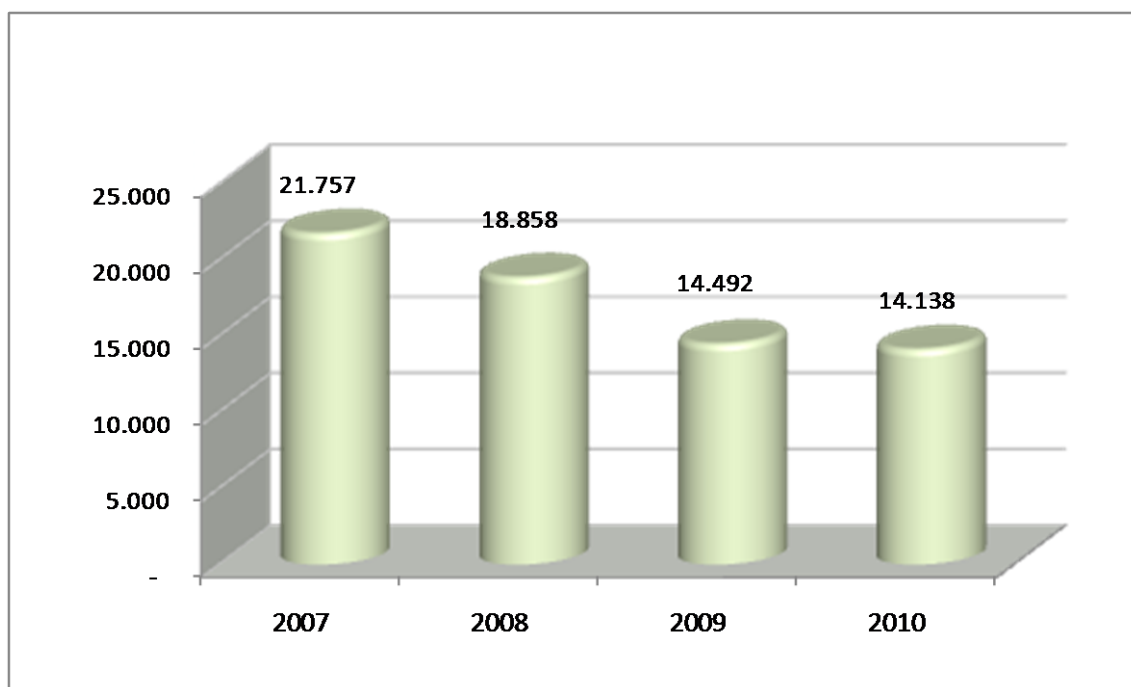
Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Recuperar créditos
Descrição	Conceder incentivos à regularização de dívida para os contratos sem a cobertura FCVS e com previsão de resíduos ao término do prazo
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Lançado em julho de 2005 com o objetivo de abranger contratos sem a cobertura do FCVS, este Programa é hoje o principal foco de atuação da Empresa, haja vista as características dos contratos:

- Elevada inadimplência;
- Grande número de ações judiciais;
- Perspectiva de resíduos com valores elevados;
- Expressivo número de contratos com prazo original de vencimento concentrado nos próximos anos.

Resultados e Conclusões - Desde o início do Programa até 2010, 115.642 mutuários haviam aderido às condições negociais, para liquidar ou reestruturar suas dívidas. Em 2010, houve 14.138 adesões, contra 14.492 em 2009, o que representou uma redução equivalente a 2,44%.

Gráfico II – Adesões ao Programa “Ô de Casa!”
Período de 2007 a 2010



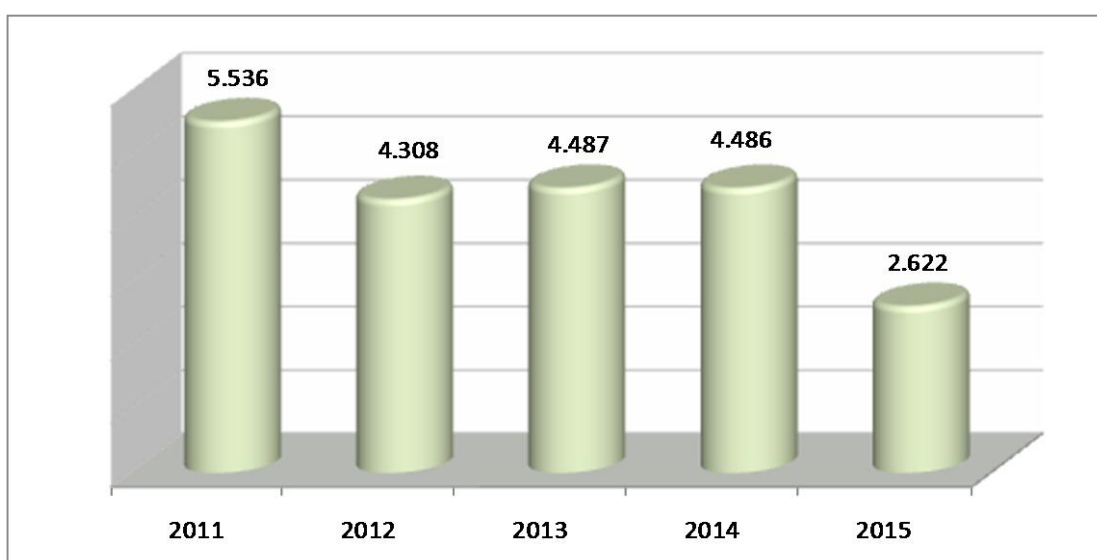
Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

A arrecadação dos contratos vinculados ao Programa alcançou R\$ 783,26 milhões. A opção dos mutuários tem sido pela liquidação e pela reestruturação da dívida em prazos curtos, já que 82,77% dos mutuários que aderiram à medida em 2010 liquidaram a dívida até 31.12.2010.

Observa-se ainda que o Programa tem contribuído para diminuir o índice de inadimplência dos contratos da carteira, uma vez que no fim de 2010 cerca de 49 mil contratos estavam inadimplidos, redução equivalente a 11% do número de contratos no mesmo período de 2009 (55 mil contratos).

Espera-se a manutenção desses números, pois ainda é grande a concentração de contratos cujo prazo original vencerá nos próximos anos. Tal fato certamente ainda vai gerar expressiva quantidade de renegociação de dívidas para a solução do problema. As quantidades projetadas figuram no gráfico a seguir.

Gráfico III – Quantidade de contratos por término de prazo
Período de 2011 a 2015



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Ação 2 – Empreendimentos Incentivados

Quadro V – Dados da Ação 2 – Programa 1

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Recuperar créditos
Descrição	Conceder incentivos à regularização de dívida para os contratos vinculados a empreendimentos habitacionais de baixa renda
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Definido como Programa de Incentivo à Regularização dos Empreendimentos de Baixa Renda, merece destaque pela relevância social, ao conceder incentivos para a liquidação ou renegociação das dívidas referentes a contratos vinculados a conjuntos habitacionais que apresentam características de difícil recuperação, geralmente ocupados por público de menor capacidade financeira. Estão incluídos nesse segmento os empreendimentos originários das COHABs e cooperativas habitacionais.

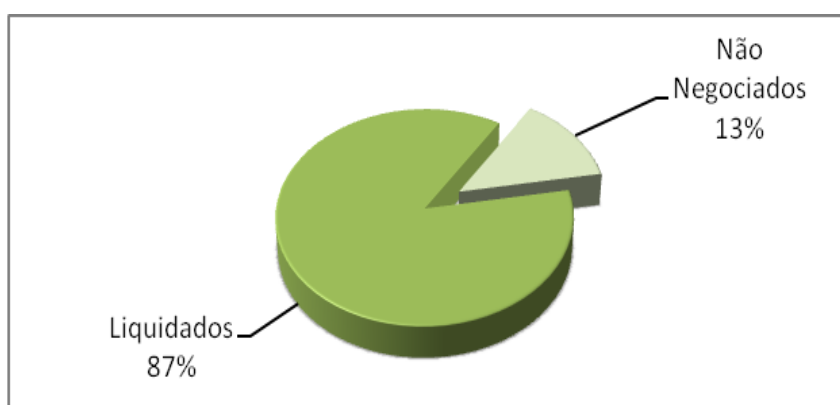
Resultados e Conclusões - Foram revistas e atualizadas as medidas destinadas aos empreendimentos habitacionais em que, devido à baixa adesão aos incentivos concedidos, verificou-se a necessidade de ações específicas. Foram incentivados 93 novos empreendimentos, totalizando 1.021 desde a criação da EMGEA, localizados nas diversas regiões do país, no total de 253.664 contratos.

A dívida de 14.733 contratos foi liquidada no exercício, totalizando, desde o início do Programa, a quitação (à vista ou parcelada) de 217.814 contratos vinculados a esses empreendimentos incentivados.

Na busca contínua de soluções inovadoras, foi aprovada a negociação com os governos de estados para liquidação de dívidas de 6.520 contratos vinculados a empreendimentos habitacionais, mediante o ingresso de recursos na ordem de R\$ 2,50 milhões em créditos junto ao FCVS, além da possibilidade de receber dos mutuários a importância estimada de R\$ 9,30 milhões, correspondente à liquidação ou reestruturação em condições especiais.

Até o final do exercício, foram liquidados 5.647 contratos, representando 87% da massa negociável, resultado este que evidencia a expressiva aceitação e o sucesso das condições propostas.

Gráfico IV – Situação dos contratos
2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Ação 3 – Contratos *sub judice*

Quadro VI – Dados da Ação 3 – Programa 1

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Recuperar créditos
Descrição	Conceder incentivos à liquidação e à reestruturação de dívidas para os contratos <i>sub judice</i> , por meio de ações voltadas ao incentivo da conciliação nos tribunais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

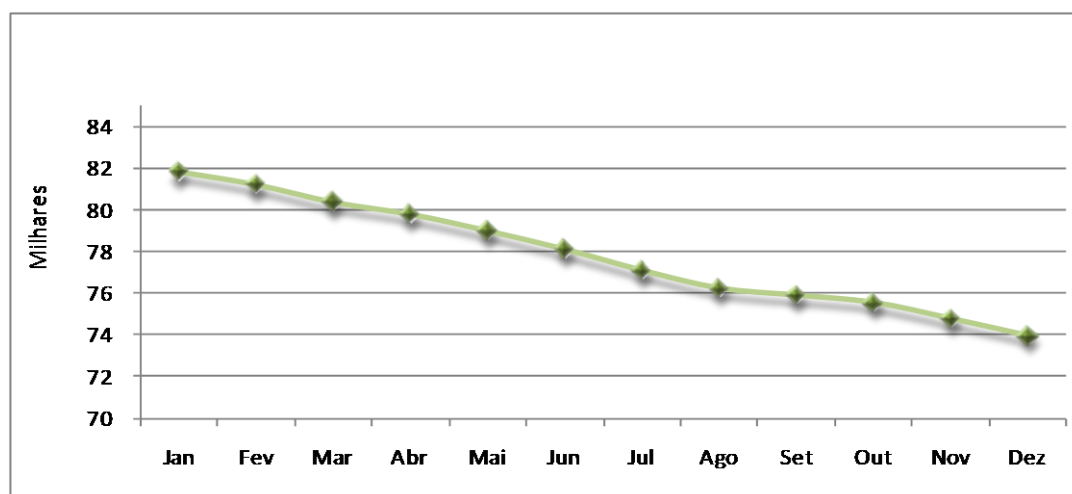
A Justiça Federal tem incentivado a prática da conciliação nas ações ajuizadas por mutuários do SFH, para solucionar de maneira definitiva tais conflitos. A EMGEA adotou medidas flexibilizadoras de incentivo à liquidação desses contratos, as quais propiciaram condições de encerramento de milhares de demandas.

Resultados e Conclusões - Visando ao cumprimento da meta de arrecadar no mínimo R\$ 1,35 bilhão no ano de 2010, foi proposta a diminuição do atual estoque de créditos *sub judice* em pelo menos 9.000 contratos até dezembro de 2010. A redução do quantitativo desses contratos, entretanto, é impactada por novos ajuizamentos de ações na Justiça Federal. No exercício, 3.310 contratos passaram à condição de *sub judice*.

Não obstante os novos ajuizamentos, as audiências de conciliação e os acordos administrativos fizeram com que a quantidade de contratos *sub judice* apresentasse decréscimo contínuo ao longo do ano.

A carteira de contratos *sub judice* apresentou, de fato, uma redução de 10,82% em relação ao exercício anterior, passando de 82.943 em 2009 para 73.966 em 2010.

Gráfico V – Variação mensal da quantidade de contratos *sub judice* 2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Quadro VII – Fluxo dos contratos *sub judice* Período de 2008 a 2010

Carteiras	Quantidade de Contratos			Fluxo	
	2008 (A)	2009 (B)	2010 (C)	(B - A)	(C - B)
Programa "Ô de casa!" (SFH)	40.830	38.376	32.933	(2.454)	(5.443)
Programa "Ô de casa!" (SH)	2.186	1.880	1.684	(306)	(196)
Carta de Crédito (Caixa e FGTS)	19.756	18.082	15.634	(1.674)	(2.448)
Empreendimento Baixa Renda	9.115	9.559	8.400	444	(1.159)
Empreendimento Incentivado	4.405	4.833	6.351	428	1.518
Contratos com FCVS assinados a partir de 1º.1.1988	6.627	5.448	4.702	(1.179)	(746)
Contratos com FCVS assinados até 31.12.1987 - Inativos	5.274	3.846	3.563	(1.428)	(283)
Contratos com FCVS assinados até 31.12.1987	936	835	612	(101)	(223)
Contratos assinados a partir de 30.6.2001	83	84	87	1	3
Outros	967			(967)	-
Total	90.179	82.943	73.966	(7.236)	(8.977)

Fonte: SIFOB

O significativo aumento do fluxo negativo dos contratos relativos ao Programa “Ô de Casa!” no último exercício – 5.639 contratos - indica que este segmento foi priorizado, devido à aplicação de medidas especiais nos mutirões de audiências de conciliação. A redução do quantitativo dos contratos *sub judice* – 8.977 contratos - deveu-se especialmente aos mutirões com ações específicas realizados no decorrer do ano.

A conciliação, como forma de solucionar em definitivo as demandas judiciais, é prática que vem sendo incentivada pela Justiça Federal desde 2002. Desde então já se realizaram em todo o país mais de 73 mil audiências de conciliação entre mutuários e a EMGEA, que resultaram na celebração de 43 mil acordos, 4 mil deles no último ano.

Com o objetivo de promover mutirões de conciliação processual e pré-processual para a resolução de litígios envolvendo dívidas de contratos do SFH, a EMGEA firmou convênios de cooperação técnica com a Justiça Federal dos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Ação 4 – Contratos com cobertura do FCVS

Quadro VIII – Dados da Ação 4 – Programa 1

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Recuperar créditos
Descrição	Conceder incentivos à regularização de dívida para os contratos com cobertura do FCVS, para viabilizar a habilitação ao Fundo
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

O FCVS, gerido pelo Conselho Curador do FCVS, objetiva garantir ao agente financeiro a quitação de eventual saldo residual existente ao término do prazo original do contrato. Por causa da amortização negativa dos contratos, tais resíduos têm crescimento contínuo ao longo do tempo.

Além dos benefícios previstos na Lei nº 10.150/2000, que dispõe sobre a novação, pela União, de dívidas do FCVS, a EMGEA concede descontos adicionais aos contratos que contam com a cobertura do Fundo, a fim de acelerar o processo de habilitação e o recebimento dos recursos do FCVS, sob a forma de títulos CVS.

Resultados e Conclusões - Foram negociados 10.187 contratos com cobertura do FCVS, possibilitando o ingresso de R\$ 57,90 milhões, sob a forma tanto de recursos próprios quanto de oriundos do FGTS dos mutuários. Desde 2001, foram liquidados 472.863 contratos com FCVS, remanescendo na carteira da EMGEA 47.521 contratos.

Programa 2 – Gerenciamento de operações com Pessoas Jurídicas

Quadro IX – Dados do Programa 2 – Gerenciamento de operações com Pessoas Jurídicas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Buscar soluções que resultem na retomada do fluxo financeiro com consequente melhoria da rentabilidade da carteira
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas (SUPEJ) e Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS (SUREF)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Vide Indicadores Institucionais – Segmento Gestão dos Créditos Imobiliários
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas Jurídicas – de direito público e de direito privado <input type="checkbox"/> devedoras de financiamentos habitacionais

A EMGEA administra operações originárias da CAIXA e de outros agentes financeiros, vinculadas à área habitacional e à área comercial, de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

Relativamente às pessoas jurídicas de direito público, a Empresa detém em sua carteira operações vinculadas ao setor público, representadas por contratos de aquisição de carteiras imobiliárias e de financiamentos a estados e municípios, formalizados no âmbito de programas públicos federais voltados ao saneamento de instituições financeiras e ao desenvolvimento urbano (habitação, saneamento e infraestrutura).

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas, das quais algumas já se reverteram em resultado e outras terão impacto nos exercícios subsequentes, conforme detalhado no Item 9.2 deste relatório - Ações que não se converteram em resultados em 2010.

Principais Ações do Programa

Ação 1 – Entidades de Direito Privado - Priorizar negócios financeiramente viáveis com grandes devedoras, com perspectivas de negociação

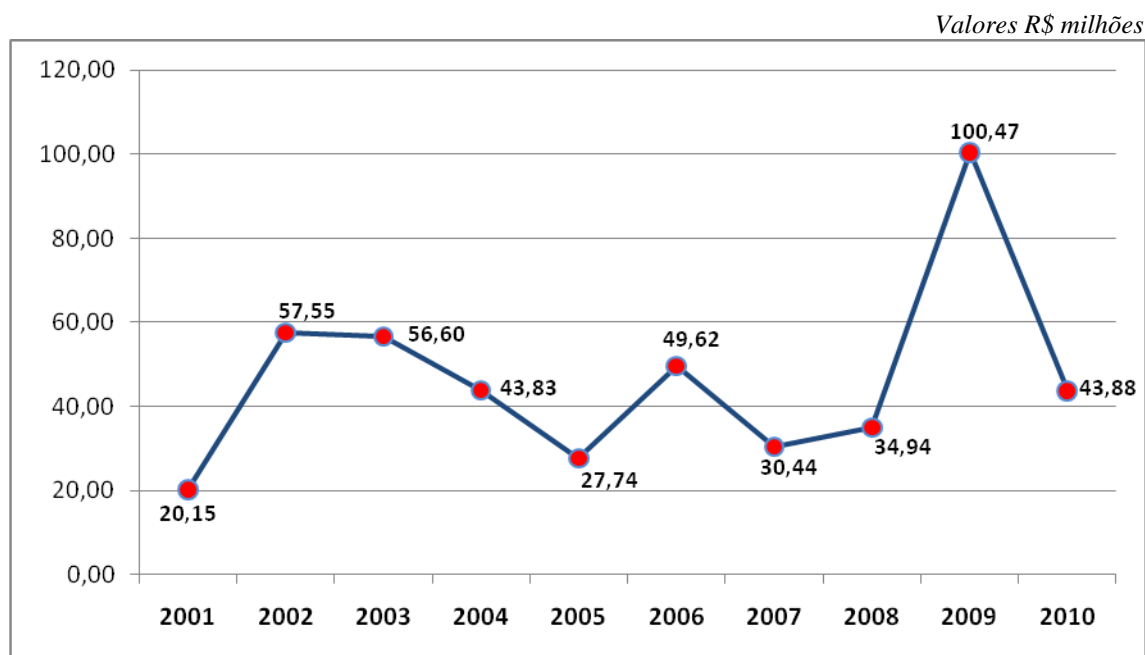
Quadro X – Dados da Ação 1 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Viabilizar a recuperação dos créditos junto a entidades detentoras de contratos com maior retorno em arrecadação
Descrição	Negociar por via administrativa ou judicial
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Essa ação objetiva buscar soluções negociadas para recuperar dívidas inadimplidas que compõem a carteira da EMGEA, de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito privado.

Resultados e Conclusões - A arrecadação alcançou o montante de R\$ 43,88 milhões, proveniente de acordos com pagamento à vista ou parcelado. A meta definida para o exercício foi de R\$ 200,00 milhões. Esse valor não foi atingido em sua totalidade, principalmente em função da não concretização de negociações que dependiam de decisão judicial.

Gráfico VI – Arrecadação das entidades de direito privado
Período de 2001 a 2010
Incluídas as Liquidandas e Repassadoras



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEJ

Ação 2 – Negociar as operações vinculadas às empresas Liquidandas e Repassadoras.

Quadro XI – Dados da Ação 2 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Viabilizar a recuperação dos créditos, em especial no campo judicial, por intermédio de ajuizamento de execuções e avaliação das ações em curso.
Descrição	Buscar soluções junto à área jurídica da EMGEA e da CAIXA para a cobrança dessas dívidas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Essa ação objetiva buscar solução para a cobrança das dívidas vinculadas às empresas denominadas Liquidandas e Repassadoras, tanto pela via judicial quanto negocial.

Resultados e Conclusões - As principais providências encontram-se sob a análise da área jurídica da EMGEA, cujo encaminhamento, em face de sua complexidade, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2011.

Ação 3 – Desenvolver projeto objetivando desligamento de unidades habitacionais e comerciais no Rio de Janeiro.

Quadro XII – Dados da Ação 3 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Regularizar aproximadamente 10.400 unidades habitacionais e comerciais vinculadas a empreendimentos localizados no estado do Rio de Janeiro.
Descrição	Regularizar pendências dos contratos de pessoa jurídica celebrados no Rio de Janeiro (região metropolitana e interior) com cooperativas, construtoras e incorporadoras, vinculados a unidades habitacionais e demais segmentos, vinculados a unidades comerciais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Objetiva a regularização da totalidade das unidades habitacionais e comerciais, ainda pendentes de solução, vinculadas às cooperativas, construtoras, incorporadoras e demais segmentos no estado do Rio de Janeiro.

Resultados e Conclusões - Foram identificados e selecionados empreendimentos que servirão de piloto para a implementação das ações, prevista para o segundo trimestre de 2011.

Ação 4 – Operações vinculadas ao Setor Público - Arrecadação de recursos oriundos da carteira de financiamento a estados e municípios.

Quadro XIII – Dados da Ação 4 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Contribuir para o equilíbrio financeiro da EMGEA
Descrição	Recebimento de recursos provenientes de contratos de programas públicos firmados com governos estaduais e municipais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas - (DIREJ)

A EMGEA possui 1.122 operações distribuídas em 23 Unidades da Federação, referentes à carteira de financiamentos concedidos, no âmbito de programas de governo voltados para áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

O valor das operações ao final do exercício alcançou o montante de R\$ 350,38 milhões, sendo R\$ 143,34 milhões relativos a 441 contratos firmados com 11 estados e R\$ 207,04 milhões referentes a 681 contratações assinadas com 408 municípios. Essas operações de financiamento contam com garantias oriundas das receitas advindas da arrecadação do ICMS e, principalmente, das receitas originárias das quotas-parte do FPE ou do FPM.

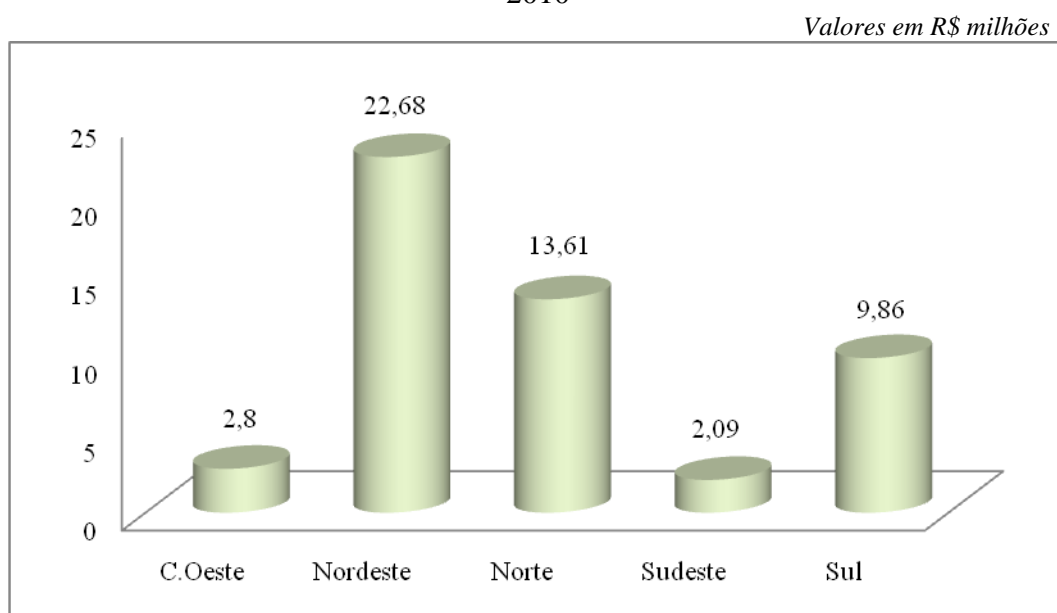
A EMGEA definiu para o exercício a meta de arrecadação da carteira de financiamentos a estados e municípios no montante de R\$ 108,00 milhões. Para cumprimento dessa meta, foram desempenhadas atividades de acompanhamento sistêmico das operações, avaliação do desempenho dos pagamentos mensais e adoção de ações corretivas com vistas a assegurar o nível de recebimento compatível com a meta estabelecida.

Resultados e Conclusões - No exercício, a arrecadação referente à carteira de financiamento a estados e municípios atingiu o montante de R\$ 110,71 milhões, o equivalente a 102% da meta definida, sendo que do total arrecadado, R\$ 50,31 milhões são relativos às operações firmadas com os estados e R\$ 60,39 milhões decorrentes de financiamentos concedidos aos municípios.

Os estados do nordeste foram responsáveis pelo ingresso de 20% dos recursos arrecadados, enquanto que os municípios concentrados na região sul responderam por 22% da arrecadação global. Encontra-se abaixo a representação gráfica dos valores arrecadados nos estados e nos municípios por região geográfica.

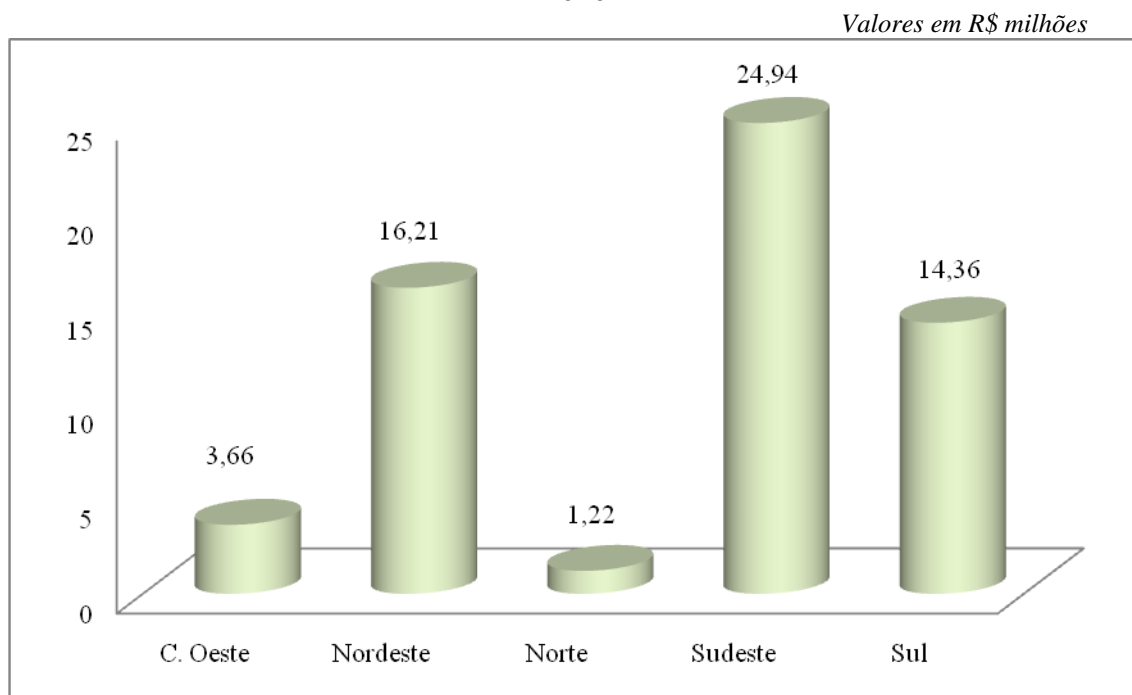
Vale registrar que desde a cessão dos créditos à EMGEA ocorrida em 2001 e até 2010, a carteira de financiamentos a estados e municípios foi responsável pelo ingresso de R\$ 964,76 milhões, sendo R\$ 436,35 milhões provenientes de operações firmadas com estados e R\$ 528,39 milhões oriundas de contratações formalizadas com municípios.

Gráfico VII – Arrecadação estadual por região geográfica
2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Gráfico VIII – Arrecadação municipal por região geográfica
2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Ação 5 – Operações vinculadas ao Setor Público – Negociação de dívidas de operações estruturadas

Quadro XIV- Dados da Ação 5 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Promover o ingresso de recursos financeiros.
Descrição	Realizar acordos para quitação das obrigações consignadas contratualmente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

A EMGEA possui operações de pessoas jurídicas pertencentes à carteira e contratos de créditos imobiliários adquiridos de governos estaduais, empresas em regime de liquidação extrajudicial e demais entidades relacionadas com o setor público.

A negociação das operações estruturadas, relativamente aos contratos de créditos imobiliários adquiridos, compreende a obtenção do reconhecimento, por parte dos agentes cedentes, das obrigações de *pro solvendo* estabelecidas contratualmente; a renegociação de dívidas pactuadas em instrumento contratual; e a formalização de acordos visando ao recebimento das dívidas.

Por se tratarem de dívidas oriundas de cessão na condição de *pro solvendo*, que prevê a apuração definitiva do valor através de análise financeira e documental de cada crédito imobiliário, o montante envolvido nas negociações somente será confirmado após a finalização da depuração das carteiras. Considerando o histórico das negociações efetivas até 31.12.2009, o valor estimado das operações ativas no início de 2010 estava em torno de R\$ 1,20 bilhão.

Com base no montante global estimado, a EMGEA elaborou planejamento com o objetivo de realizar negociações que resultassem na arrecadação de R\$ 422,00 milhões no exercício.

Resultados e Conclusões - As negociações efetuadas resultaram na formalização de acordos de quitação de dívidas de carteiras imobiliárias, reposicionamento de ativos e de renegociação de contratos, possibilitando a arrecadação anual do montante de R\$ 632,57 milhões, equivalente a 149% do objetivo definido para o exercício. As realizações encontram-se relacionadas no quadro a seguir.

Quadro XV – Negociações efetuadas
2010

Valores em R\$ 1,00

Negociações	Montantes recebidos
Quitação de dívidas	616.545.179,93
Reposicionamento de ativos	11.653.939,06
Renegociação de contrato	4.377.875,49
Total	632.576.994,48

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Os acordos de quitação de dívidas realizados resultaram, além da arrecadação expressiva, na regularização da situação da moradia de 19 mil famílias detentoras de financiamentos habitacionais vinculados às carteiras imobiliárias adquiridas, bem como contribuíram para a amortização da dívida da EMGEA perante o FGTS.

A formalização do reposicionamento de ativos de uma carteira imobiliária representou o ingresso de novos recursos, ao tempo que proporcionou o cumprimento de cláusula contratual que estabelecia a atualização dos valores de aquisição iniciais em até 60 dias, a contar da assinatura do contrato, prazo este vencido desde agosto de 1999. Ademais, a negociação também contemplou a quitação de 6.420 contratos de financiamentos destinados à aquisição de imóveis residenciais de famílias de baixa renda, vinculados a diversos conjuntos habitacionais.

A renegociação de dívida foi realizada como forma de manter o contrato adimplente, a partir do recebimento de recursos em espécie, a título de contrapartida, para a concessão de novo prazo para quitação do contrato com títulos CVS (moeda prevista contratualmente para liquidação integral da dívida), tendo em vista o fato de o agente não ter logrado êxito na obtenção desses papéis durante o ano de 2010.

As moedas de pagamento usualmente disponibilizadas pelos agentes cedentes são constituídas de créditos FCVS e/ou títulos CVS, no entanto, destacamos que as negociações realizadas no exercício 2010 geraram o ingresso de R\$ 519,23 milhões em espécie, representando 82% do valor arrecadado.

Ação 6 – Operações vinculadas ao Setor Público – Qualificação das carteiras imobiliárias adquiridas

Quadro XVI – Dados da Ação 6 – Programa 2

Tipo da ação	Não Orçamentária
Finalidade	Melhorar o resultado financeiro das carteiras
Descrição	Estabelecimento e acompanhamento de procedimentos operacionais destinados à regularização de pendências e melhoria da qualidade dos ativos adquiridos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas – DIREJ

A cessão dos créditos integrantes das carteiras imobiliárias adquiridas foi formalizada na condição de *pro solvendo*, ou seja, os valores foram negociados inicialmente de forma provisória. Assim, os respectivos contratos de aquisição estabeleceram a necessidade de submeter os créditos ao processo de validação, através da análise documental e financeira de cada crédito, com o objetivo de reconhecer a validade, homologar seu valor e confirmar ou não a cessão.

O processo de validação das carteiras envolve as seguintes etapas: depuração dos créditos para determinar os saldos de cessão e as diferenças dos valores negociados; apresentação do resultado da depuração aos agentes; manifestação do agente quanto ao resultado da depuração; elaboração de recursos pelo Agente quando há discordância do resultado apresentado e análise de recursos pela CAIXA.

Vale destacar que, invariavelmente, os agentes manifestam divergências em relação ao resultado da depuração, alegando que os valores apurados são superiores à realidade financeira dos ativos cedidos, fato que impõe dificuldades nas negociações que objetivam a formalização de acordos para conclusão dos processos de aquisição de carteiras.

A EMGEA possui 15 carteiras em processo de validação há mais de uma década, envolvendo a depuração de 145 mil créditos. Considerando a morosidade do processo de validação e os inúmeros questionamentos dos agentes quanto ao resultado das depurações, no decorrer do exercício foram desenvolvidos planos de trabalho específicos para 8 carteiras, envolvendo ações e procedimentos operacionais destinados à melhoria do perfil dos respectivos créditos cedidos.

Resultados e Conclusões - A melhoria da qualidade dos créditos obtida nos planos de trabalho especificados para 8 carteiras, propiciou a diminuição das obrigações de *pro solvendo* de responsabilidade dos agentes, o que possibilitou a negociação visando à conclusão do processo de aquisição de 5 carteiras, conforme quadro a seguir.

Quadro XVII – Plano de qualificação de carteiras
2010

Valores em R\$ milhão

Resultado Planos de Qualificação de Carteiras		Qtde Carteiras	Valores <i>Pro Solvendo</i>
Negociações 2010	Conclusão do processo de aquisição.	1	250,92
	Aprovação no âmbito da Diretoria da EMGEA de negociação visando à conclusão do processo de aquisição.	1	10,09
	Elaboração de propostas financeiras e negociais destinadas à conclusão do processo de aquisição.	3	28,33
Planos de qualificação em andamento.		3	151,35
Total		8	440,69

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Programa 3 – Realização dos créditos da EMGEA contra o FCVS

Quadro XVIII – Dados do Programa 3 – Realização dos créditos da EMGEA contra o FCVS

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Obter o reconhecimento da certeza e liquidez dos créditos da EMGEA contra o FCVS e Títulos CVS de emissão do Tesouro Nacional
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência de Realização de Créditos junto ao FCVS (SUREF)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica
Público-alvo (beneficiários)	Interno

A gestão dos créditos com evento FCVS tem como finalidade obter o ressarcimento dos saldos devedores remanescentes ou residuais dos contratos de financiamentos habitacionais firmados com os mutuários finais do SFH com cobertura desse Fundo, mediante a novação de dívidas de que trata a Lei nº 10.150/2000, com o consequente recebimento de títulos de emissão do Tesouro Nacional (CVS), ou tornar possível a utilização dos créditos como ativo negocial.

A realização dos créditos perante o FCVS compreende as etapas de habilitação, reversão de negativa de cobertura procedida pelo Fundo, validação, formalização de processos com vistas à novação e a efetivação da novação em si.

Ao final do exercício, a carteira de créditos com evento FCVS somava expectativa de recebimento de cerca de R\$ 14,18 bilhões, relativos a 316.722 contratos de financiamento habitacionais encerrados, sendo que desses créditos R\$ 12,49 bilhões, referentes a 273.719 contratos, encontravam-se habilitados ao Fundo, e o restante, no montante de R\$ 1,68 bilhão, para habilitar, conforme demonstrado a seguir.

Quadro XIX – Expectativa de recebimento de FCVS de contratos encerrados
2010

Valores em R\$ 1,00

Situação dos Contatos	Créditos Originários da CAIXA		Créditos originários de Outros Agentes Financeiros (Cedidos e Adquiridos)		Total FCVS (*)	
	Quantidade de Contratos	Valor Expectativa FCVS	Quantidade de Contratos	Valor Expectativa FCVS	Quantidade de Contratos	Valor Expectativa FCVS
Não Habilitados	16.534	723.973.387,37	26.469	964.084.710,73	43.003	1.688.058.098,10
Habilitados	90.561	3.224.009.634,13	183.158	9.269.135.582,01	273.719	12.493.145.216,14
Total	107.095	3.947.983.021,50	209.627	10.233.220.292,74	316.722	14.181.203.314,24

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Dos créditos habilitados ao FCVS, no montante de R\$ 12,49 bilhões, já foram analisados R\$ 11,83 bilhões, tendo sido homologados pelo Fundo o montante de créditos de R\$ 8,71 bilhões, referentes a 262.780 contratos. A diferença de R\$ 3,12 bilhões são perdas do processo FCVS ou valores a recuperar por meio de recursos à Administradora do Fundo.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir elencadas.

Principais Ações do Programa

Ação 1 - Habilitação de créditos contra o FCVS

Quadro XX – Dados da Ação 1 – Programa 3

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Propiciar a apuração dos valores de responsabilidade do FCVS
Descrição	Consiste no encaminhamento ao FCVS das informações relativas aos contratos, para análise e homologação dos valores de responsabilidade do Fundo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

O processo de habilitação consiste na apresentação de informações iniciais e da documentação básica e complementar do contrato de financiamento habitacional firmado com cobertura do FCVS, para fins de apuração dos valores de responsabilidade do Fundo.

Resultados e Conclusões - As ações desenvolvidas na etapa de habilitação de créditos resultaram em 5.979 contratos habilitados, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 448,43 milhões, atingindo 49,66% da meta analítica estabelecida de R\$ 903,00 milhões.

Foram habilitados ainda 1.294 contratos que tiveram eventos do FCVS no decorrer do exercício, com expectativa de recebimento do Fundo de R\$ 57,68 milhões, totalizando um esforço realizado de habilitação no montante de R\$ 506,12 milhões, relativos a 7.273 contratos, atingindo com isso 56,05% do valor da meta estabelecida.

Quadro XXI – Créditos Habilitados 2010

Valores em R\$ 1,00

Total	Realizado Meta Mensal		Extrameta Mensal		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
	5.979	448.432.456,64	1.294	57.688.256,57	7.273	506.120.713,21

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Ação 2 – Reversão de negativa de cobertura pelo FCVS

Quadro XXII – Dados da Ação 2 – Programa 3

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Recuperar créditos com negativa de cobertura procedida pelo FCVS
Descrição	Consiste na análise e descaracterização da negativa de cobertura procedida pelo FCVS, para reversão dos valores do crédito à EMGEA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

A reversão consiste na descaracterização das negativas de cobertura procedidas pelo FCVS para os contratos de financiamentos habitacionais da carteira imobiliária da EMGEA com evento de participação ocorrido, de forma a recuperar créditos com potencial a ser revisto, por intermédio de fundamentação de análise e elaboração de recurso administrativo ao Fundo.

Resultados e Conclusões - Foi estabelecido como meta de reversão de negativa de cobertura o montante de R\$ 187,00 milhões de um total de créditos negativados existentes até o exercício anterior, selecionados prioritariamente e com valor potencial a recuperar de R\$ 561,00 milhões, correspondentes a 19.624 contratos de financiamento imobiliário.

Para cumprimento da meta estabelecida, foram analisados 3.046 contratos, no montante de R\$ 229,35 milhões, atingindo um percentual de realização de 122,65%, da seguinte forma:

- Realização de reversão de negativa de cobertura para 172 contratos, no montante de R\$ 12,37 milhões;
- Expectativa de reversão por recurso administrativo apresentado ao FCVS para 1.610 contratos, no montante de R\$ 138,59 milhões;
- Análise de que não cabe recurso administrativo ao FCVS para 1.264 contratos, o que confirma o prejuízo a ser realizado de R\$ 78,38 milhões decorrente da negativa de cobertura procedida pelo FCVS para esses contratos.

Por outro lado, ocorreu ainda a reversão de negativas procedidas pelo FCVS durante o exercício, relativas a 539 contratos, no montante de R\$ 36,81 milhões, que computados ao resultado de R\$ 229,35 milhões, perfaz um total geral de esforço realizado para análise e/ou reversão de negativa de coberturas no montante de R\$ 266,16 milhões, referente a 3.585 contratos, com percentual de realização da meta de 142,34%, conforme segue.

Quadro XXIII – Reversão de negativa de cobertura do FCVS 2010

Valores em R\$ 1,00

Total	Realizado Meta		Recurso à Administradora		Não cabe recurso		Extrameta		Total	
	Qt	Valor	Qt	Valor	Qt	Valor	Qt	Valor	Qt	Valor
	172	12.372.569,43	1.610	138.598.488,56	1.264	78.385.221,03	539	36.811.339,91	3.585	266.167.618,93

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Ação 3 – Validação de créditos homologados pelo FCVS

Quadro XXIV – Dados da Ação 3 – Programa 3

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Aceitar o valor homologado pelo FCVS, dando condições de novação aos créditos
Descrição	Consiste na informação analítica dos contratos com saldos anuídos por meio da emissão de RCV (Relação de Contratos Validados)
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

A validação de créditos homologados pelo FCVS consiste na análise e confirmação do valor atribuído pelo FCVS, mediante emissão de RCV ou, se for o caso, na definição operacional de que não cabe recurso ao Fundo para melhoria de créditos com valor homologado diferente daquele apresentado pela EMGEA, como também para os não contemplados pelas medidas de validação estabelecidas pela Empresa.

A validação com RCV é um dos requisitos para a novação de que trata a Lei nº 10.150/2000. Os demais requisitos estão ligados à inexistência de impedimentos operacionais e negociais apropriados na cadeia de matrículas dos cedentes dos créditos ou na matrícula do credor atual, se for o caso.

Resultados e Conclusões para a validação de créditos não contemplados pelas medidas EMGEA - As ações para validação dos créditos homologados pelo FCVS com valores divergentes daqueles apresentados pela EMGEA e não contemplados pelas medidas de validação da Empresa, resultaram na emissão de RCV para 480 contratos, com valor a receber do Fundo de R\$ 24,10 milhões, e na análise 4.594 contratos, no montante de R\$ 300,46 milhões, para os quais foi concluído que não cabe recurso administrativo ao FCVS para melhoria do crédito, totalizando um esforço realizado de validação de R\$ 324,57 milhões, atingindo 70,87% da meta analítica estabelecida de R\$ 458,00 milhões.

Quadro XXV – Validação dos créditos homologados – fora da medida
2010

Valores em R\$ 1,00

Total	Realizado Meta Mensal		Realizado Mensal Não cabe recurso		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
	480	24.108.871,05	4.594	300.468.554,74	5.074	324.577.425,79

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Resultados e Conclusões para a validação de créditos contemplados pelas medidas EMGEA - As ações para validação dos créditos com valores homologados dentro das medidas autorizadas pela empresa resultaram na emissão de RCV para 17.676 créditos, no montante de R\$ 872,59 milhões, atingindo 95,05% da meta analítica estabelecida de R\$ 918,00 milhões.

Foram validados ainda 6.545 créditos, no montante de R\$ 280,69 milhões, totalizando um esforço de validação de créditos com RCV com valores dentro das medidas EMGEA, de R\$ 1,15 bilhão, atingindo com isso 125,63% da meta analítica estabelecida.

Quadro XXVI – Validação dos créditos homologados – dentro da medida
2010

Valores em R\$ 1,00

Total	Realizado Meta Mensal		Extrameta Mensal		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
	17.676	872.597.015,45	6.545	280.692.697,29	24.221	1.153.289.712,74

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

O esforço total de validação de créditos de FCVS no exercício atingiu o montante de R\$ 1,47 bilhão, relativo a 29.295 contratos, que corresponde a 107,4% do somatório das metas analíticas estabelecidas (R\$ 1,37 bilhão).

Ação 4 – Formalização de processos de novação de créditos perante o FCVS

Quadro XXVII – Dados da Ação 4 – Programa 3

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Obter a certeza e a liquidez da dívida do FCVS para emissão de títulos CVS
Descrição	Consiste nos procedimentos operacionais para certificar o cumprimento de todos os requisitos necessários à novação, com a União, dos créditos contra o FCVS
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Resultados e Conclusões - Ao final do exercício, os créditos homologados pelo FCVS encontravam-se em análise, no montante de R\$ 6,76 bilhões e, em processo de novação, no montante de R\$ 1,95 bilhão, conforme demonstrado a seguir.

Quadro XXVIII – Créditos Homologados pelo FCVS 2010

Valores em R\$ 1,00

Homologados por Situação	Valor Expectativa	Valor Homologado
Em Análise	9.884.738.900,85	6.764.577.195,43
Em Processo de Novação	1.945.692.884,58	1.953.863.774,84
Total	11.830.431.785,43	8.718.440.970,27

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Foram formalizados 35 processos de novação no montante de R\$ 795,52 milhões, sendo que cinco processos foram cancelados pela Administradora do FCVS, no montante de R\$ 156,80 milhões. Assim, os pedidos de novação do exercício passaram a somar R\$ 638,72 milhões, que acrescidos aos de exercícios anteriores, de R\$ 1,28 bilhão, perfazem o montante de R\$ 1,95 bilhão de créditos em processo de novação. Os processos estão sendo submetidos à aprovação dos órgãos responsáveis pela novação.

Ação 5 - Novação de créditos contra o FCVS

Quadro XXIX – Dados da Ação 5 – Programa 3

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Novar com a União créditos detidos pela EMGEA contra o FCVS
Descrição	Consiste na conversão dos valores a receber do FCVS em títulos CVS, recebendo títulos de emissão do Tesouro Nacional e valores deles decorrentes.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

A novação consiste na contratação de nova dívida para extinguir a anterior. Na novação do FCVS, a União, mediante contrato, assume a dívida do Fundo sob novas condições de pagamento, remuneração e prazo, entregando ao credor, no ato da assinatura do contrato, títulos de emissão do Tesouro Nacional – títulos CVS.

Resultados e Conclusões - A EMGEA assinou, com a União, onze contratos de novação de créditos contra o FCVS, o que possibilitou à Empresa a obtenção de ativos em valores equivalentes a R\$ 582,77 milhões, conforme a seguir.

Quadro XXX – Contratos formalizados
2010

Valores em R\$ milhões

Contrato de Novação	Créditos na Posição de Novação	Débito Compensado na Posição de Novação	Valor Líquido	Títulos CVS Emitidos					Valor Recebido
				A	B	C	D	Total	
5ª Novação - nº 535	190,82	2,22	188,60	21.659	61.224	-	-	82.883	221,39
6ª Novação - nº 536	10,40	0,01	10,39	1.595	2.832	-	-	4.427	12,19
7ª Novação - nº 549	29,31	0,00	29,31	10.222	190	29	-	10.441	36,52
8ª Novação - nº 573	27,94	0,00	27,94	8.843	374	8	-	9.225	32,40
9ª Novação - nº 593(*)	1,07	0,30	0,77	178	77	-	-	255	1,16
10ª Novação - nº 613(*)	98,23	5,54	92,69	8.014	28.731	-	15	36.760	104,27
12ª Novação - nº 611(*)	33,55	1,92	31,62	9.474	33	18	-	9.525	36,45
13ª Novação - nº 594(*)	31,74	2,90	28,83	8.116	692	81	-	8.889	34,56
14ª Novação - nº 595(*)	27,33	0,00	27,33	7.908	367	61	-	8.336	29,79
16ª Novação - nº 614(*)	48,93	5,35	43,57	8.108	7.136	67	-	15.311	52,62
17ª Novação - nº 612(*)	16,74	2,22	14,51	4.771	488	13	-	5.272	21,37
Total	516,11	20,48	495,62	88.888	102.144	277	15	191.324	582,77

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Observação:

(*) O valor recebido apresentado para esses contratos refere-se ao valor dos créditos homologados no mês da novação, visto que as parcelas exigíveis de juros e de principal serão pagas à EMGEA no dia 1º do segundo mês após a assinatura dos contratos de novação.

Ainda das novações, a EMGEA, na qualidade de Interveniente, assinou com a União e o FGTS dois Contratos de Assunção de Dívidas do FCVS, relativos a créditos originados do disposto no art. 15 da Lei nº 10.150/2000 (VAF3) e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.181-45/2001 (VAF4), conforme a seguir.

Quadro XXXI – Contratos de Assunção de Dívidas do FCVS
2010

Valores em R\$ 1,00

Contrato de Assunção de Dívidas	Créditos na Posição de Novação	Títulos CVS Emitidos	Valor Recebido
5ª Assunção - nº 540	2.650.295,42	1.272	2.989.396,87
6ª Assunção - nº 541	44.295.678,96	21.270	49.955.305,56
Total	46.945.974,38	22.542	52.944.702,43

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUREF

Da assunção de dívida pela União, são emitidos títulos CVSB970101 em favor do FGTS, como também são creditados ao Fundo juros e principal retroativos, tendo sido os recursos posteriormente liberados para a EMGEA.

Ação 6 - Recolhimento das contribuições mensais devidas ao FCVS pelos mutuários da EMGEA

Quadro XXXII – Dados da Ação 6 – Programa 3

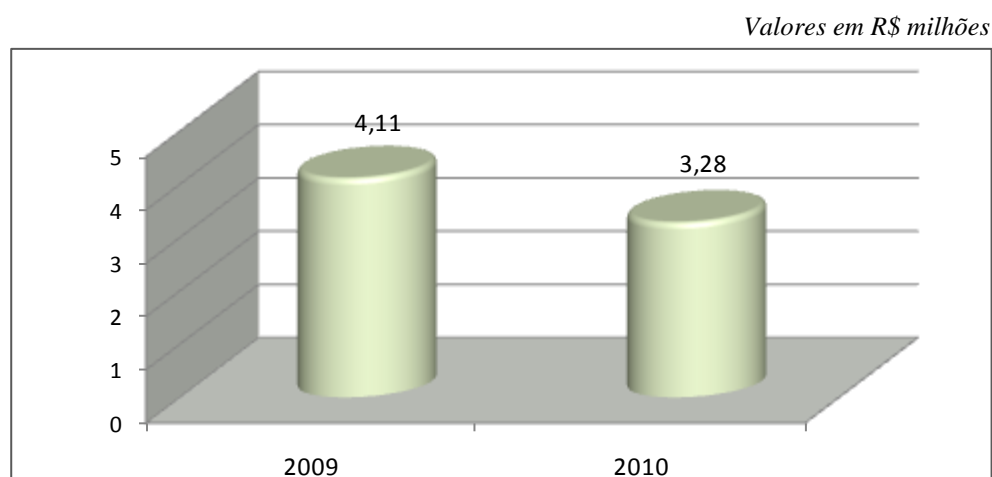
Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Garantir o reconhecimento do FCVS dos saldos devedores residuais dos contratos habitacionais
Descrição	Consiste na contribuição ao FCVS da parcela mensal devida pelo mutuário, na ordem de 3% (três por cento) sobre o valor da prestação de amortização e juros do contrato de financiamento
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Controladoria (DICON)

A contribuição mensal ao FCVS obedece às disposições legais contidas no MNPO e é calculada mensalmente, com base no somatório dos encargos mensais devidos pelos mutuários que contrataram financiamentos com cobertura do Fundo.

O gerenciamento dessa ação objetiva certificar que a contribuição está sendo calculada dentro dos parâmetros definidos na legislação pertinente e, sobretudo, garantir que o recolhimento alcance apenas os contratos com cobertura do FCVS.

Resultados e Conclusões - A EMGEA efetuou recolhimentos ao FCVS que totalizaram R\$ 3,28 milhões. Esse valor é menor em relação ao ano de 2009 (R\$ 4,11 milhões) em 20%, devido à redução da base de contratos, motivada principalmente por liquidações extraordinárias dos financiamentos, reestruturações de dívidas e decurso de prazo contratual.

Gráfico IX – Recolhimentos ao FCVS
2010



Fonte: Demonstrações Contábeis

Observação: Não está incluído o valor de R\$ 26.920,81, relativo ao recolhimento efetuado excepcionalmente no decorrer do ano.

Programa 4 – Gestão do seguro habitacional

Quadro XXXIII – Dados do Programa 4 – Gestão do seguro habitacional

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a cobertura securitária de riscos previstos nas apólices
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas (SUPEF)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica
Público-alvo (beneficiários)	Mutuários segurados nas apólices

O Programa gerencia o recolhimento dos prêmios de seguro, o recebimento de indenizações decorrentes de sinistros de natureza pessoal - MIP e o controle de sinistros de natureza material - DFI.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas.

Principais Ações do Programa

Ação 1 - Recolhimento de prêmios de seguro

Quadro XXXIV – Dados da Ação 1 – Programa 4

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Preservar o direito a indenizações securitárias pela ocorrência de riscos contratados nas apólices
Descrição	Consiste no repasse às seguradoras dos prêmios de seguros devidos pelos mutuários de acordo com a apólice em que o mutuário ou imóvel encontra-se segurado
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

O gerenciamento dessa ação controla os recolhimentos dos prêmios devidos pelos mutuários, realizados pela EMGEA independentemente do pagamento pelos detentores dos financiamentos, para assegurar a indenização securitária no caso de sinistro.

Resultados e Conclusões - A EMGEA recolheu às seguradoras e à Administradora do FCVS o montante de R\$ 120,11 milhões a título de repasse de prêmios de seguro das operações de crédito imobiliário. Esse valor é 5% menor em relação ao ano de 2009 (R\$ 126,42 milhões), devido à redução da quantidade de contratos motivada por liquidações extraordinárias dos financiamentos ou por decurso de prazo contratual.

Do total de prêmios recolhidos, foi deduzido cerca de R\$ 1,80 milhão, referente à remuneração devida a esta Empresa pela operacionalização do seguro, conforme quadro a seguir. Essa remuneração, cujo valor é contabilizado como receita não operacional, está instituída apenas na apólice do SFH e corresponde a 1,6% dos prêmios emitidos.

**Quadro XXXV – Recolhimento de prêmios de seguro
2010**

Valores em R\$ 1,00

Total	Recolhimento de Prêmios de Seguro		
	Prêmio Emitido	Remuneração do Estipulante	Prêmio Recolhido
	121.917.360,05	1.804.948,92	120.112.411,13

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Observação:

(1) Prêmio Recolhido = Prêmio Emitido – Remuneração do Estipulante

(2) Não está incluído o valor de R\$ 323.770,19, referente ao recolhimento de seguro do PARAIBAN – Nota Técnica nº 458/2010 – SUREF.

Ação 2 - Indenizações securitárias

Quadro XXXVI – Dados da Ação 2 – Programa 4

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Amortizar, parcial ou totalmente, os saldos devedores de contratos com sinistros de natureza pessoal (morte ou invalidez permanente do segurado)
Descrição	Consiste no recebimento das seguradoras de valores decorrentes da cobertura de riscos de natureza pessoal previstos nas apólices
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

As indenizações correspondem ao reconhecimento, pelas seguradoras e pela Administradora do FCVS, de sinistros de natureza pessoal ou material. Para os sinistros de natureza pessoal morte ou invalidez permanente do mutuário - MIP, o valor da indenização é repassado à EMGEA para amortizar (sinistro parcial) ou quitar (sinistro total) o saldo devedor remanescente do contrato. No sinistro de natureza material danos físicos do imóvel – DFI, as seguradoras promovem a recuperação do bem.

Resultados e Conclusões - Com relação às indenizações de natureza pessoal, ingressou no caixa da EMGEA o montante de R\$ 44,94 milhões, a título de pagamento de indenização de sinistros, o que representou o equivalente 37% do total de prêmios recolhidos às seguradoras. Esse valor é inferior em relação ao recebido durante o ano de 2009 (R\$ 92,35 milhões) em 51%.

Em junho de 2010 houve uma significativa redução dessas indenizações, com efeitos no decorrer do segundo semestre do exercício, em face principalmente da interrupção das regulações de sinistros comunicados no período de junho a outubro de 2010, quando foram suspensas pela Administradora do FCVS.

**Quadro XXXVII – Indenizações securitárias ingressadas
2010**

Valores em R\$ 1,00

Total	Quantidade de Indenizações	Valor
	1.964	44.947.742,43

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOD

Programa 5 – Ressarcimento das despesas com execução judicial e extrajudicial

Quadro XXXVIII – Dados do Programa 5 – Ressarcimento das despesas com execução judicial e extrajudicial

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar o retorno dos recursos aplicados nos financiamentos habitacionais mediante realização das garantias ou purgação da dívida
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas (SUPEF)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica
Público-alvo (beneficiários)	Interno

O Programa consiste no ressarcimento ao prestador de serviços, pela EMGEA, das despesas incorridas nas execuções de dívidas, no rito judicial, extrajudicial e demais ações judiciais, bem como no controle dos valores recebidos e ressarcidos à Empresa, pelo mutuário, a título de purga de mora.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas.

Principais ações do Programa

Ação 1 - Ressarcimento pela EMGEA de despesas incorridas em procedimentos judiciais e extrajudiciais

Quadro XXXIX – Dados da Ação 1 – Programa 5

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Assegurar a continuidade e conclusão dos procedimentos de execução de dívidas e demandas judiciais envolvendo os contratos habitacionais da EMGEA
Descrição	Consiste na restituição à CAIXA, na qualidade de prestadora de serviços, dos valores pagos nos processos de cobrança de dívida e nas ações judiciais envolvendo contratos habitacionais da carteira da EMGEA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Resultados e Conclusões - Foram ressarcidas despesas judiciais e extrajudiciais, a maioria decorrente de medidas de execução de dívidas, no valor de R\$ 38,66 milhões. O decréscimo dessas despesas equivale a 12,37% em relação ao observado em 2009, no montante de R\$ 44,12 milhões.

Ação 2 - Ressarcimento pelo mutuário de despesas de execução de dívida

Quadro XL – Dados da Ação 2 – Programa 5

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Suspender a execução da dívida para retornar ao devedor os direitos contratuais relativos ao financiamento habitacional
Descrição	Consiste no pagamento pelo mutuário das despesas incorridas nos procedimentos de execução judicial ou extrajudicial
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Resultados e Conclusões - O ressarcimento de despesas de execução de dívida pelo mutuário em favor da EMGEA corresponde à efetivação da prerrogativa do devedor de suspender a execução da dívida, por meio do recolhimento do valor das despesas incorridas no processo de execução, com a finalidade de resgatar os direitos contratuais relativos a seu financiamento habitacional.

O montante de R\$ 8,17 milhões foi recuperado dos mutuários que pagaram os débitos sob execução, caracterizando a purga de suas moras mediante o ressarcimento de despesas à EMGEA. O valor recuperado em 2010 foi superior em 35,04% ao de 2009 (R\$ 6,05 milhões).

**Quadro XLI – Recuperação de Despesas Judiciais e Extrajudiciais
2010**

Valores em R\$ 1,00

Total	Quantidade de eventos	Valor
	25.495	8.171.940,67

Fontes: Demonstrações Contábeis e Relatórios Gerenciais da SUCOD

Ação 3 - Ressarcimento pela EMGEA de despesas incorridas em procedimentos de depósitos judiciais e/ou recursais

Quadro XLII – Dados da Ação 3 – Programa 5

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Cumprir decisões judiciais e assegurar possibilidade de recurso judicial, referentes a demandas em desfavor da Empresa, relacionadas a contratos habitacionais da EMGEA
Descrição	Consiste na restituição à CAIXA, na qualidade de prestadora de serviços, dos valores pagos a título de depósito judicial ou recursal envolvendo contratos habitacionais da carteira da EMGEA
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Resultados e Conclusões - Foram ressarcidas ao prestador de serviços as despesas com depósitos judiciais e/ou recursais de 65 contratos, no total de R\$ 2,70 milhões, conforme demonstrado no quadro seguinte. Em contrapartida, a EMGEA recuperou o montante de R\$ 1,47 milhão.

**Quadro XLIII – Ressarcimento de Depósitos Judiciais Recursais
2010**

Valores em R\$ 1,00

Total	Quantidade de Contratos	Valor Principal (A)	Atualização (B)	Total (A + B)
	65	2.398.495,72	308.870,59	2.707.366,31

Fontes: Demonstrações Contábeis e Relatórios Gerenciais da SUCOD

Programa 6 – Redução das despesas com pagamento de tarifa de administração

Quadro XLIV – Dados do Programa 6 – Redução das despesas com tarifa de administração

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir despesa com o pagamento à CAIXA de tarifa de administração de contratos sem perspectiva de recebimento
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas (SUPEF)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Vide Indicadores Institucionais – Segmento Gestão dos Créditos Imobiliários
Público-alvo (beneficiários)	Interno

O Programa consiste na redução da despesa paga à CAIXA com tarifa de remuneração dos contratos, por intermédio de processamentos especiais que propicia a baixa operacional e contábil da dívida dos contratos. Tais contratos apresentam baixa perspectiva de recebimento e se referem a valores residuais de responsabilidade dos mutuários.

São transferidos, preponderantemente, contratos liquidados e decursados com valores pendentes de até R\$ 5 mil e, também, contratos resultantes de outras medidas negociais implantadas pela EMGEA, após a avaliação da relação custo/benefício da manutenção desses contratos nos sistemas operacionais da Empresa.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas.

Principais Ações do Programa

Ação 1 - Processamento especial para baixa operacional e contábil da dívida de contratos com valores pendentes

Quadro XLV – Dados da Ação 1 – Programa 6

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Reduzir a base de contratos passíveis de tarificação pelos serviços de administração da carteira imobiliária
Descrição	Consiste na retirada semestral do Sistema GCE dos contratos com financiamentos liquidados ou com prazo contratual expirado que apresentem valores pendentes de até R\$ 5.000,00 e na baixa por iniciativa negocial
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Resultados e Conclusões - Foram baixados 2.663 contratos, decorrentes dos processamentos especiais realizados nos meses de março e setembro, resultando em uma economia média anual de cerca de R\$ 776,70 mil, com a remuneração da tarifa de administração. No período de 2003 a 2010, foram realizados 13 processamentos especiais, que resultaram na baixa de cerca de 84 mil contratos.

Ação 2 - Recuperação de valores dos contratos transferidos do GCE e controlados pelo SISCOB

Quadro XLVI – Dados da Ação 2 – Programa 6

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Recuperar valores dos contratos transferidos do Sistema GCE para o SISCOB
Descrição	Consiste no retorno dos valores pendentes mediante pagamentos efetuados na rede de atendimento da CAIXA pelos mutuários detentores dos contratos baixados no Sistema GCE
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Por intermédio de processamentos especiais, os contratos registrados em sistema da CAIXA são transferidos para sistema próprio da EMGEA, permanecendo sob a gestão desta, com o propósito de tornar os valores disponíveis para pagamento pelo mutuário.

Resultados e Conclusões - Os pagamentos das quantias pendentes pelos mutuários são considerados operacionalmente como recuperação de valores e totalizaram R\$ 2,24 milhões, representando acréscimo de 8,21% em relação ao ano de 2009 (R\$ 2,07 milhões).

Programa 7 – Gerenciamento dos Imóveis não de uso

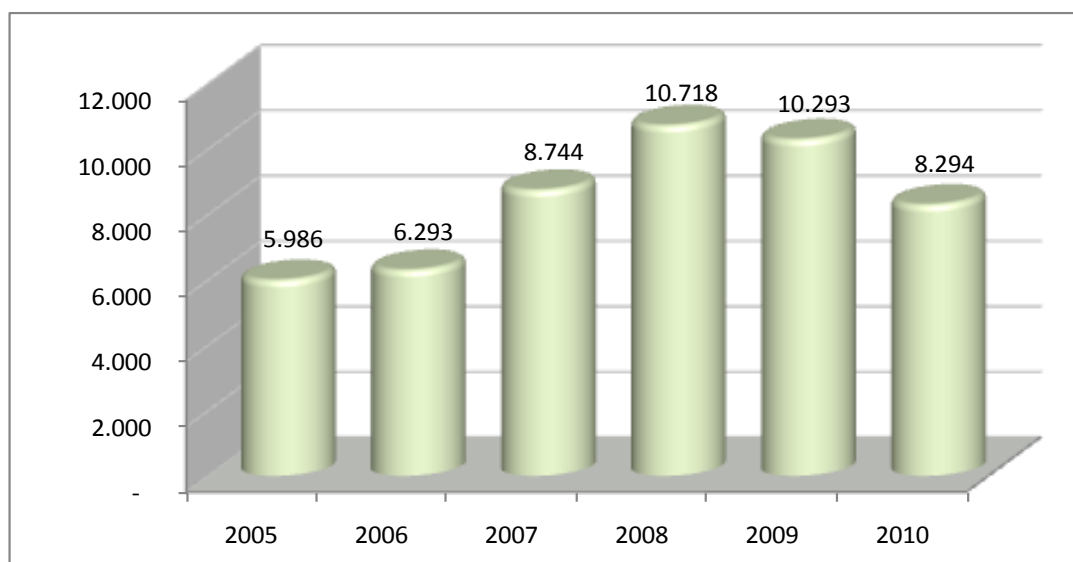
Quadro XLVII – Dados do Programa 7 – Gerenciamento dos Imóveis não de uso

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Realizar as garantias mediante alienação de imóveis
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas (SUPEF)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Vide Indicadores Institucionais – Segmento Gestão dos Imóveis não de uso
Público-alvo (beneficiários)	Interessados em aquisição de imóveis

Em razão de adjudicações, arrematações ou recebimentos em dação em pagamento no curso de execuções de natureza judicial ou extrajudicial, a EMGEA detém a propriedade de imóveis, denominados imóveis não de uso. A incorporação desses ativos a seu patrimônio ocorre acompanhada de obrigações que se vinculam à propriedade imobiliária e oneram a Empresa. Parte dos imóveis não de uso é objeto de pendências que inibem ou até impedem sua venda.

Resultados e Conclusões - Ao adotar a política de desonto, a EMGEA conseguiu aumentar a venda desses imóveis. O estoque no fim de 2010 (8.294 unidades) mostra uma redução de 1.999 unidades em relação a 2009 (10.293), conforme gráfico a seguir.

Gráfico X – Quantidade de Imóveis não de uso em estoque
Período de 2005 a 2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas.

Principais Ações do Programa

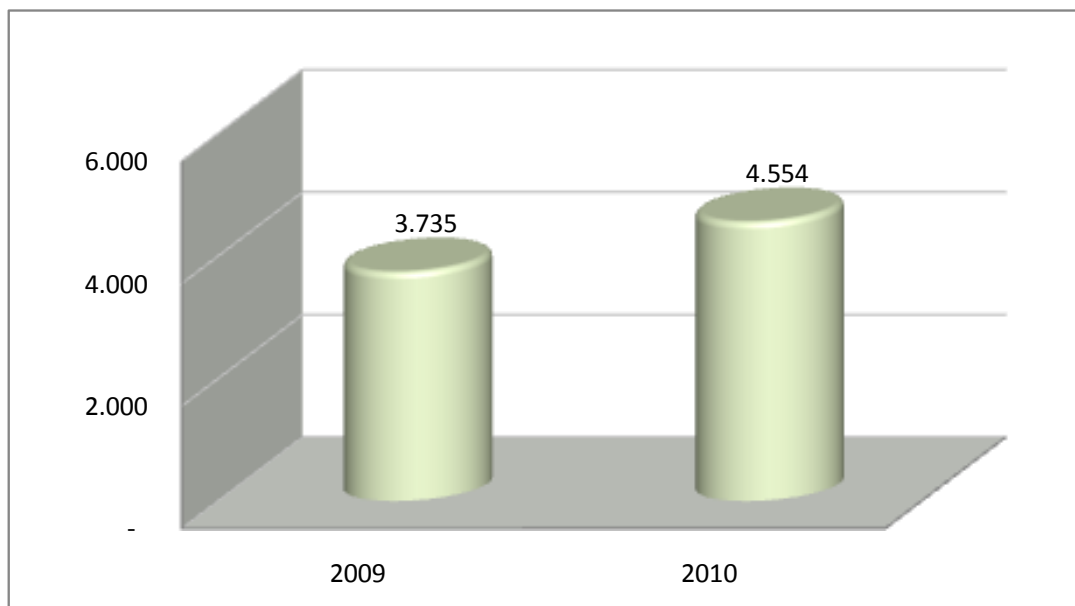
Ação 1 – Alienar imóveis não de uso

Quadro XLVIII – Dados da Ação 1 – Programa 7

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Recuperar a garantia por meio de alienação dos imóveis não de uso
Descrição	Ofertar os imóveis à venda, mediante concorrência pública ou venda direta
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Resultados e Conclusões - A EMGEA ofertou esses imóveis à venda mediante concorrência pública ou venda direta, para reduzir a quantidade em estoque e eliminar despesas com sua manutenção. No período, foram alienados 4.554 imóveis, superando em 22% a quantidade de 2009 (3.735 unidades), conforme gráfico a seguir.

Gráfico XI – Quantidade de Imóveis não de uso alienados
Período de 2009 e 2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

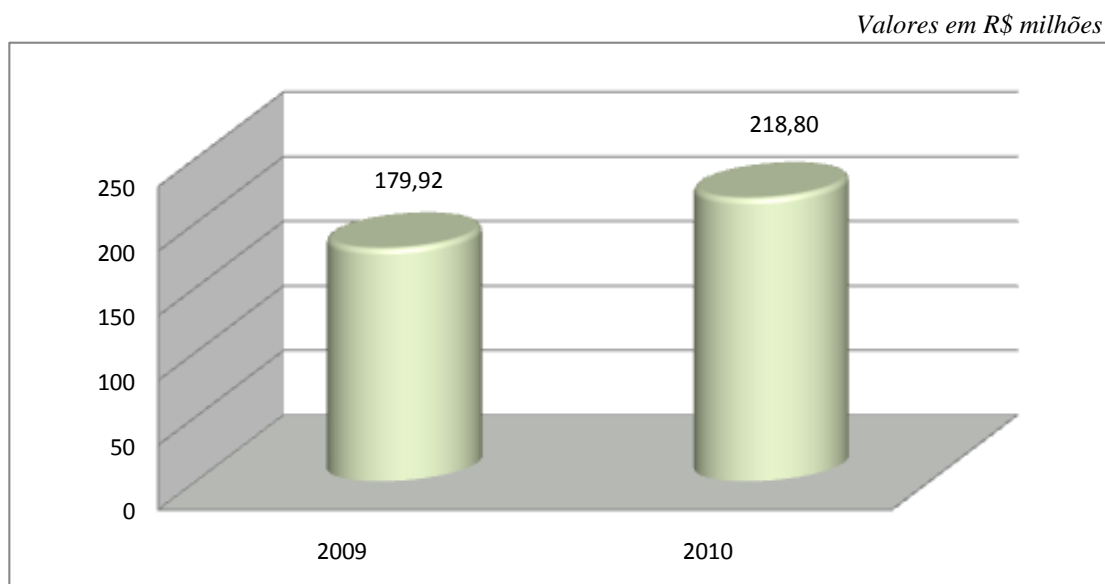
Ação 2 – Ingresso de recursos com a venda de imóveis não de uso

Quadro XLIX – Dados da Ação 2 – Programa 7

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Possibilitar o ingresso de recursos financeiros na Empresa
Descrição	Transformar ativos não de uso em disponibilidades financeiras
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Resultados e Conclusões - A arrecadação proveniente da venda desses imóveis alcançou o montante de R\$ 218,43 milhões. Houve ainda a recuperação de R\$ 371,50 mil com despesas de manutenção, totalizando a arrecadação de R\$ 218,80 milhões nos quais foram incluídos os valores relativos à taxa Selic. Esse valor representa incremento de 22% em relação ao realizado em 2009 (R\$ 179,92 milhões).

Gráfico XII – Arrecadação de Imóveis não de uso
2009 e 2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEF

Observação: Os totais informados incluem os valores relativos à taxa Selic

As despesas de manutenção vinculadas à propriedade dos imóveis e as despesas diretas dos imóveis não de uso equivaleram a 18% dos valores arrecadados, conforme a quadro a seguir.

Quadro L – Despesas de manutenção com Imóveis não de uso
2010

Valores em R\$ 1,00

Tipo de despesa	Valores
Obrigações e manutenção – condomínios, tributos, concessionárias de serviços públicos, reparos, laudos de avaliação e outras despesas	21.806.956,25
Despesas com laudo de avaliação	2.474.800,00
Remuneração paga à CAIXA pelos serviços de administração e venda dos imóveis	16.148.298,30
Total	40.430.054,55

Fonte: Demonstrações Contábeis

Programa 8 - Gerenciamento das dívidas assumidas

Quadro LI – Dados do Programa 8 – Gerenciamento das dívidas assumidas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar o pagamento das obrigações financeiras oriundas das dívidas assumidas pela Empresa em sua criação
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência Financeira (SUFIN)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Vide Indicadores Institucionais – Segmento Gestão das Dívidas Assumidas
Público-alvo (beneficiários)	Credores

Quando de sua criação, a Empresa assumiu dívidas de longo prazo com o FGTS, FDS e instituições financeiras credoras do FAHBRE.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas.

Principais Ações do Programa

Ação 1 – Administrar as dívidas assumidas

Quadro LII – Dados da Ação 1 – Programa 8

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Satisfazer dívidas assumidas
Descrição	Gerir as dívidas assumidas pela Empresa, quando de sua criação, propondo os pagamentos em seus vencimentos, acompanhando os saldos devedores e promovendo análises
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Pessoas e Logística (DILOG)

Resultados e Conclusões - A EMGEA pagou aos respectivos credores o montante de R\$ 2.814,40 milhões, conforme a seguir.

Quadro LIII – Valores pagos aos Fundos
2010

Valores em R\$ 1,00

Tipo de Desembolso	Credores do FAHBRE	FGTS	FDS	Total
Juros	1.158.919,17	620.972.189,09	104.752,28	622.235.860,54
Amortizações	43.689.242,15	2.144.907.852,01	3.563.401,76	2.192.160.496,72
Total	44.848.161,32	2.765.880.041,90	3.668.154,04	2.814.396.357,26

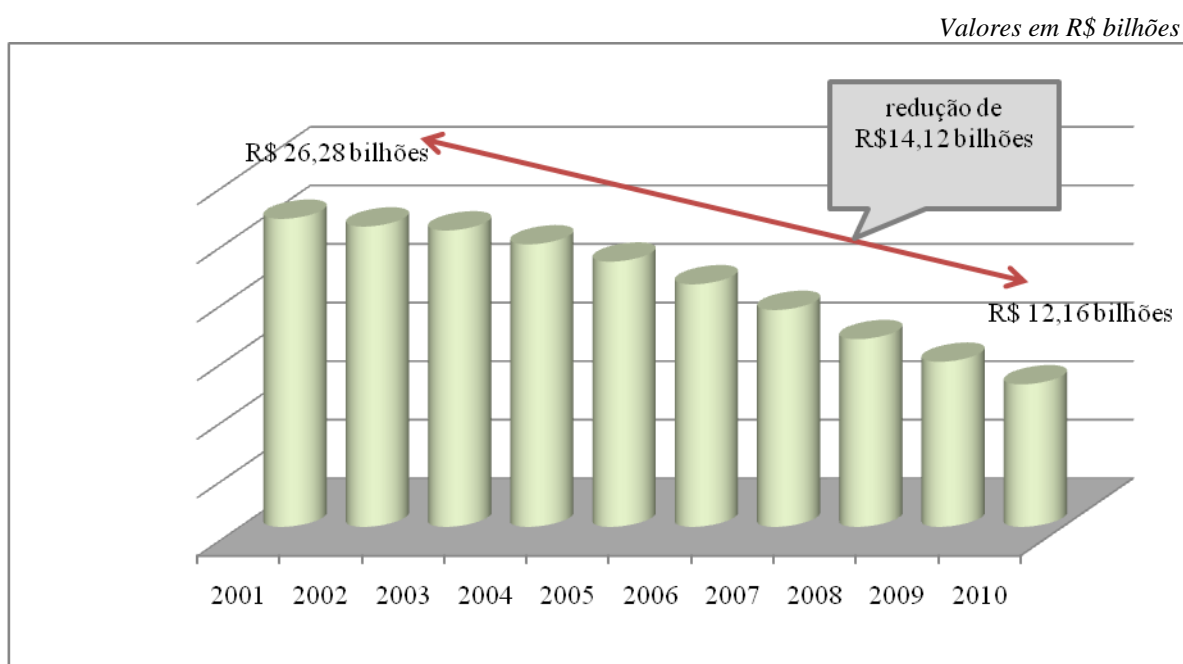
Fonte: Demonstrações Contábeis

Cabe registrar a assinatura do Contrato de Pagamentos, Recebimentos e Outras Avenças, por meio do qual a EMGEA utilizou créditos junto ao FCVS para quitação de parcelas mensais da dívida junto ao FGTS, nos meses de junho e julho. Os créditos FCVS, equalizados na forma contida na Resolução nº 631/CCFGTS, na posição de 1º.6.2010, alcançavam R\$ 404,31 milhões.

Além disso, a Empresa assinou com o FGTS o Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Condições de Dívidas, que, além de trazer os contratos para a condição de equilíbrio financeiro, permitiu significativa redução do valor da prestação mensal. Dessa forma, em 2010, o montante efetivamente desembolsado pela EMGEA no pagamento da dívida assumida junto ao FGTS foi R\$ 2.359,91 milhões.

O saldo das dívidas assumidas teve queda de 14% no período, passando de R\$ 14.082,11 milhões em 2009 para R\$ 12.156,40 milhões em 2010. O gráfico a seguir demonstra a redução do saldo das dívidas assumidas pela EMGEA desde sua criação.

Gráfico XIII – Redução do saldo das dívidas
Período de 2001 a 2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Programa 9 - Gerenciamento dos serviços prestados pela Caixa Econômica Federal

Quadro LIV – Dados do Programa 9 – Gerenciamento dos serviços prestados pela CAIXA

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar o cumprimento das obrigações financeiras decorrentes dos contratos de prestação de serviços firmados com a Caixa Econômica Federal
Objetivos específicos	Não se aplica
Gerente do programa	Superintendência de Operações com Pessoas Físicas (SUPEF)
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não se aplica
Público-alvo (beneficiários)	Caixa Econômica Federal

A CAIXA é o agente prestador dos seguintes serviços para a EMGEA:

- Administração dos contratos de crédito imobiliário;
- Registro contábil das operações de crédito imobiliário;
- Administração e venda dos imóveis não de uso;
- Serviços jurídicos;
- Cobrança bancária.

Para alcançar os resultados projetados para o exercício, foram definidas as ações a seguir descritas.

Principais Ações do Programa

Ação 1 – Gerenciar os pagamentos de remunerações devidas à CAIXA

Quadro LV – Dados da Ação 1 – Programa 9

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Assegurar conformidade e cumprir os pagamentos das remunerações devidas à prestadora de serviços
Descrição	Atestar a pertinência das prestações de contas apresentadas pela CAIXA e propor os pagamentos correspondentes
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Físicas (DIREF)

Resultados e Conclusões - A tarifação para remunerar a CAIXA depende da quantidade de contratos de financiamento habitacional enquadrados nos seguintes grupos: manutenção e cobrança, realização do FCVS e *sub judice*, e cada grupo apresenta um valor de tarifa específica para o tipo de serviço prestado. Adicionalmente, a CAIXA é remunerada a título de performance pelos recursos que arrecade e repasse à EMGEA, como resultado dos financiamentos habitacionais.

A EMGEA também remunera a CAIXA pelos serviços de registro contábil, mediante tarifa específica por balancete produzido. Pelos serviços de administração e venda de imóveis, a CAIXA é remunerada mediante tarifa por imóvel administrado e comissão sobre o resultado das vendas. São também tarifados e pagos pela EMGEA à CAIXA os serviços de cobrança bancária. Em 2010 essas despesas ficaram assim distribuídas.

Quadro LVI – Valores pagos à CAIXA
2010

Valores em R\$ 1,00

Serviços Contratados	Remuneração Bruta (A)	Tributos Retidos (B)	Remuneração Líquida (A – B)
Administração de Crédito Imobiliário e Serviços Jurídicos	224.729.179,06	15.843.407,13	208.885.771,93
Administração e Venda de Imóveis	16.148.298,30	1.138.455,04	15.009.843,26
Registro Contábil	4.099.781,68	289.034,64	3.810.747,04
Cobrança Bancária	6.720,09	0,00	6.720,09
Total	244.983.979,13	17.270.896,81	227.713.082,32

Fonte: Demonstrações Contábeis

Comparativamente à remuneração paga no exercício anterior, houve uma queda de 9,12%, influenciada pela diminuição da quantidade de contratos remunerados, das tarifas remuneratórias e da arrecadação em 2010.

2.4 – Desempenho Financeiro e Orçamentário

2.4.1- Gestão Financeira

2.4.1.1 - Gestão do fluxo de caixa

Em termos de fluxo de caixa, a EMGEA movimentou R\$ 2.833,97 milhões em ingressos de recursos e R\$ 2.865,87 milhões em saídas de caixa. Comparado ao ano anterior, a redução de 1,7% (R\$ 49,27 milhões) no volume de ingressos está associada à queda da arrecadação da Carteira Habitacional, menor em 7,0% (R\$ 122,82 milhões) e aos repasses de Itaipu/Eletrobras, menores em 9,1% (R\$ 51,67 milhões).

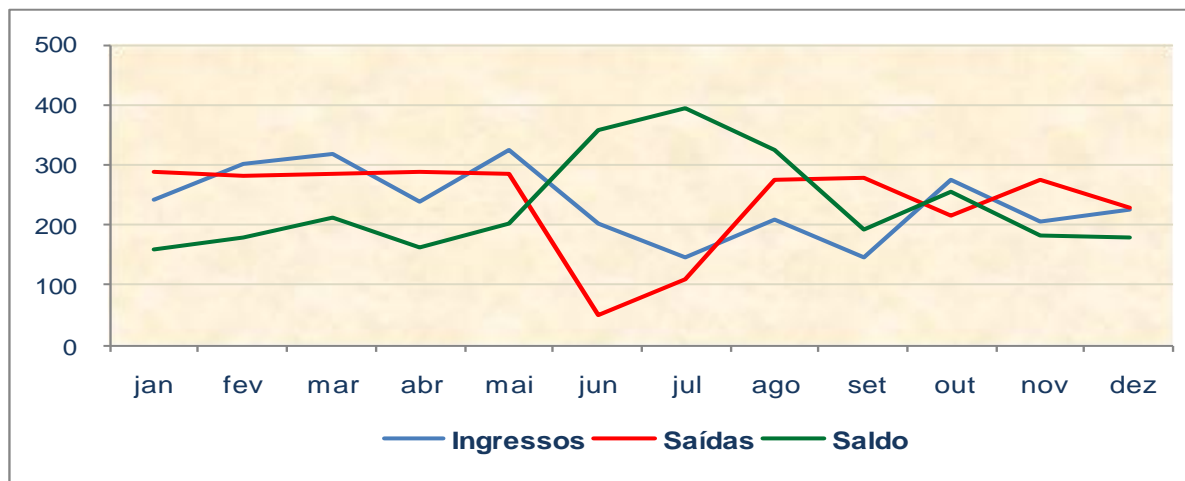
Em contrapartida, registrou-se aumento de recursos provenientes da Alienação de Imóveis não de Uso, superiores em 21,5% (R\$ 38,25 milhões); das Receitas Financeiras, maiores em 51,5% (R\$ 46,03 milhões), e da monetização de títulos, maiores em 12,9% (R\$ 38,05 milhões).

Relativamente à saída de caixa, o resultado apresenta queda de 16,6% (R\$ 571,26 milhões) relacionada ao menor desembolso com o Serviço da Dívida, em 18,3% (R\$ 540,97 milhões), decorrente da repactuação das dívidas e das amortizações realizadas junto ao FGTS com a utilização, pela EMGEA, de créditos do FCVS no pagamento de algumas prestações.

O saldo de disponibilidades verificado em 31.12.2010 alcançou o montante de R\$ 177,65 milhões, 15,2% (R\$ 31,90 milhões) inferior ao saldo final de 2009, quase que integralmente alocados em aplicações financeiras. A dinâmica do fluxo de caixa observada ao longo de 2010 apresenta-se no gráfico a seguir.

Gráfico XIV – Fluxo de caixa
2010

Valores em R\$ milhões

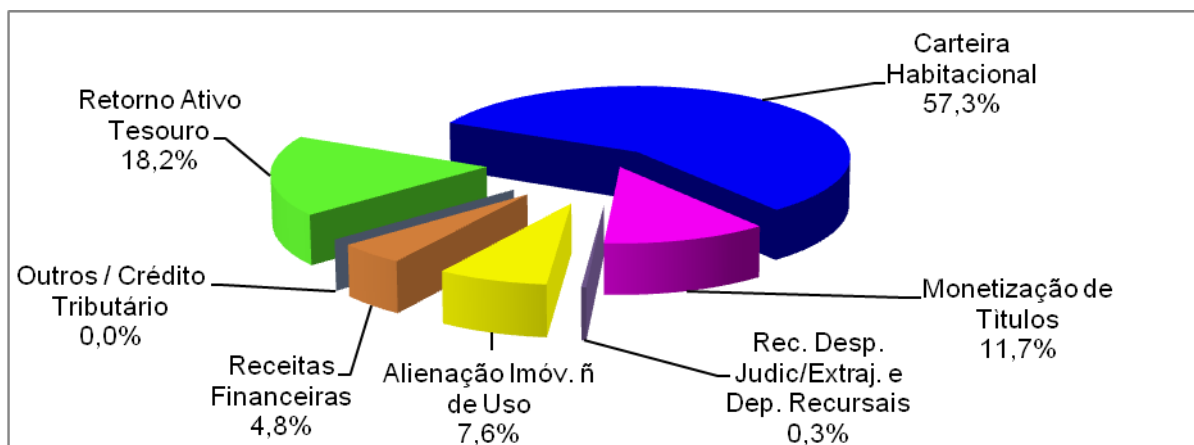


Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

A elevação do saldo observada entre maio e julho reflete a expressiva redução do desembolso com o Serviço da Dívida, possibilitado pela assinatura do Contrato de Pagamentos, Recebimentos e Outras Avenças, por meio do qual a EMGEA utilizou créditos FCVS no pagamento das prestações do FGTS de junho e julho (parcial).

No tocante à composição dos ingressos de recursos, observamos a maior participação advinda das arrecadações da Carteira Habitacional – R\$ 1.625,12 milhões (57,3%), seguida de Retorno Ativo Tesouro – R\$ 514,79 milhões (18,2%), Monetização de Títulos – R\$ 332,64 milhões (11,7%), Retorno da Alienação de Imóveis não de Uso – R\$ 216,36 milhões (7,6%), e Receitas Financeiras – R\$ 135,46 milhões (4,8%). A Recuperação de Despesas Judiciais/Extrajudiciais (purga de mora e depósitos recursais) representou a menor parcela – R\$ 9,60 milhões (0,3%) □ do total de ingressos. A composição dos ingressos apresenta-se no gráfico a seguir.

Gráfico XV – Composição dos Ingressos
2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

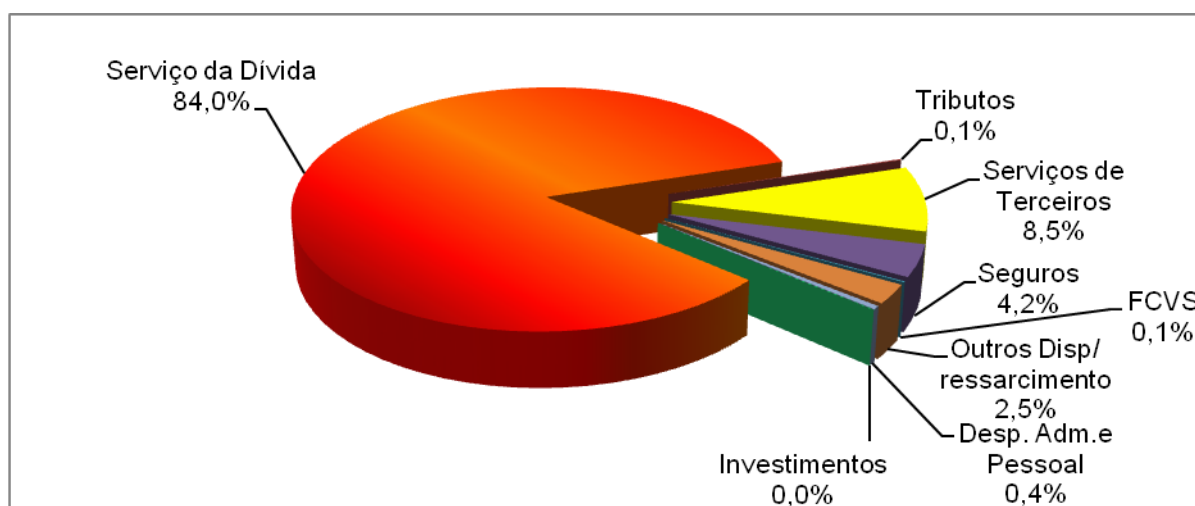
Em decorrência da antecipação do fluxo de recebíveis de Itaipu/Eletrbras, originalmente previstos para setembro a dezembro de 2010, para os meses de janeiro a abril, conforme Terceiro Termo Aditivo ao Contrato, foi registrado o ingresso de R\$ 514,79 milhões, equivalentes a US\$ 285,20 milhões, totalmente utilizado para liquidação de parte dos compromissos da Empresa junto ao FGTS.

As operações de monetização de títulos públicos federais permutados com o Tesouro Nacional por títulos CVS detidos pela Empresa alcançaram o montante de R\$ 332,64 milhões, o que representou aumento de 12,9% (R\$ 38,05 milhões) quando comparado a 2009. Ressalte-se, também, a entrada extraordinária de recursos originários de negociação com instituição financeira em processo de liquidação no montante de R\$ 108,89 milhões.

Quanto à composição das saídas de caixa (dispêndios), observa-se maior participação relacionada aos pagamentos do Serviço da Dívida da EMGEA com os Fundos FGTS, FDS e credores do extinto FAHBRE, que alcançaram o montante de R\$ 2.408,43 milhões (84% do total). Cabe comentar que, além da utilização dos créditos FCVS para pagamento das prestações, a Empresa assinou com o FGTS o Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Condições de Dívidas, que permitiu significativa redução do valor da prestação mensal, bem como trazer os contratos para a condição de equilíbrio financeiro.

Merecem destaque os gastos com Serviços de Terceiros – R\$ 243,62 milhões (8,5%), Seguro Habitacional – R\$ 120,44 milhões (4,2%) e Outros Dispêndios Correntes – R\$ 72,54 milhões (2,5%). Os desembolsos com Tributos e Encargos, despesas administrativas, investimentos e outras saídas (FCVS e adiantamentos) representaram 0,7% do total de saídas (R\$ 20,84 milhões). A composição das saídas apresenta-se no gráfico a seguir.

Gráfico XVI – Composição das Saídas
2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

O resumo da movimentação financeira da EMGEA está apresentado no quadro a seguir.

Quadro LVII – Movimentação financeira
2009 e 2010

Valores em R\$ milhões

Item	2009	2010	Δ 2010 x 2009	
	Dezembro	Dezembro	Δ % acumulada	
Saldo Inicial	763,44	209,55	-72,6%	
			-	
Ingressos	2.883,24	2.833,97(*)	-1,7%	
1. Retorno Ativo Tesouro	566,46	514,79	-9,1%	
2. Carteira Habitacional	1.747,94	1.625,12	-7,0%	
3. Monetização de Títulos	294,59	332,64	12,9%	
4. Rec. Desp. Judiciais e Extrajudiciais e Dep. Recursais	6,27	9,60	53,2%	
5. Alienação de Imóveis Não de Uso	178,11	216,36	21,5%	
6. Receitas Financeiras	89,43	135,46	51,5%	
7. Outros / Crédito Tributário	0,45	0,00	-99,9%	
Saídas	3.437,13	2.865,87	-16,6%	
1. Serviço Dívida	2.949,40	2.408,43	-18,3%	
2. Tributos / Encargos	12,55	4,15	-66,9%	
3. Serviços de Terceiros	263,62	243,62	-7,6%	
4. Prêmios de Seguros	126,42	120,44	-4,7%	
5. FCVS	4,13	3,31	-19,9%	
6. Outros dispêndios correntes – ressarcimentos	67,45	72,54	7,6%	
7. Despesas Administrativas e de Pessoal	12,59	12,64	0,4%	
8. Investimentos	0,93	0,66	-29,1%	
9. Adiantamentos/Outros	0,03	0,07	126,0%	
Indicadores de Gestão	Saldo final	209,55	177,65	-15,2%
	Resultado Financeiro (+2+4+5-Saídas)	(1.504,81)	(1.014,79)	-32,6%
	Resultado Financeiro (média mensal)	(136,80)	(84,57)	-38,2%
	Indicador de Gestão: Cobertura de Dispêndios Correntes – Nominal	1.458,08	1.398,45	-4,1%
	Indicador de Gestão: Cobertura de Dispêndios Correntes – Percentual	407%	409%	0,4%

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Observação (*): Vale destacar o ingresso de créditos FCVS no valor de R\$ 405,96 milhões recebidos em função de renegociação de dívidas, os quais foram utilizados no pagamento do serviço da dívida da EMGEA junto ao FGTS.

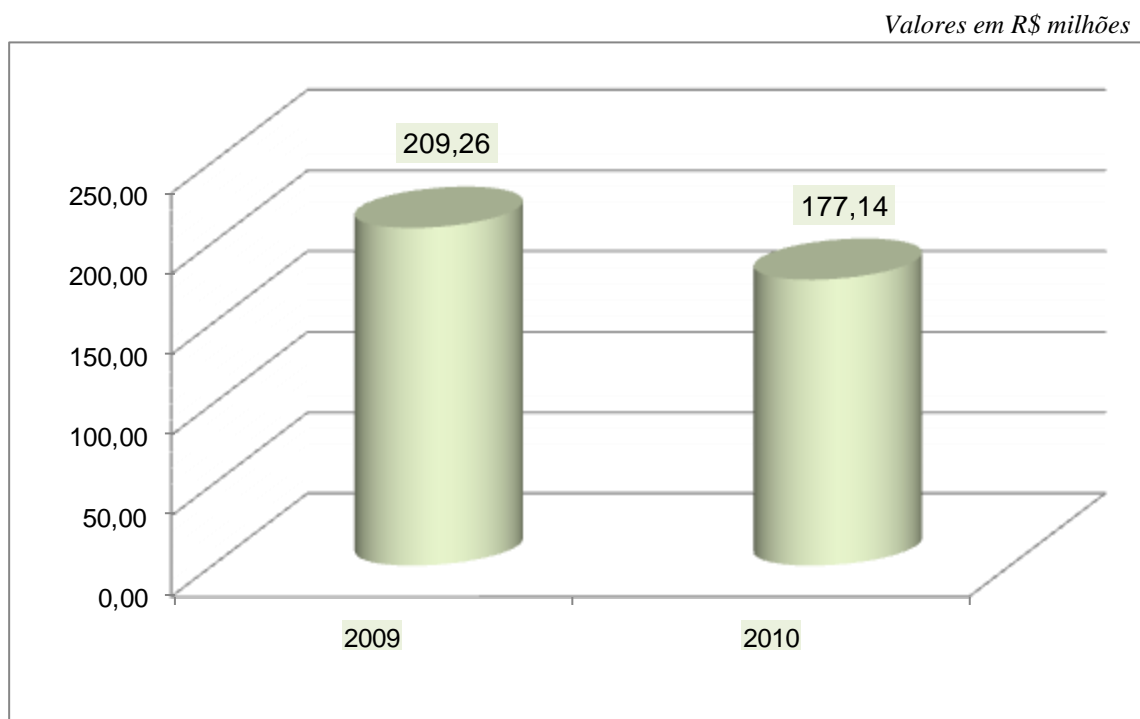
2.4.1.2 - Gestão de Investimentos – Fundos Extramercado

A EMGEA, por força da Resolução nº 3.284/2005, do CMN, aplica suas disponibilidades financeiras oriundas de recursos próprios exclusivamente por intermédio do Banco do Brasil (BB DTVM).

O Fundo BB Extramercado Exclusivo 31, criado para acolher e monetizar os títulos públicos federais recebidos em permuta pelos títulos CVS detidos pela EMGEA, registrou movimentação de recursos resultante das operações de permuta no montante de R\$ 332,64 milhões.

Comparando-se os exercícios de 2009 e 2010, o saldo das aplicações reduziu-se em cerca de 15% (R\$ 32,12 milhões), conforme gráfico a seguir.

Gráfico XVII – Saldo dos fundos de investimento
2009 e 2010



Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Os recursos originários das operações realizadas entre a EMGEA e o Tesouro Nacional (permutas de títulos e repasses de Itaipu/Eletronbras) não foram suficientes para a cobertura integral dos déficits estruturais de caixa da Empresa (medidos pelo Indicador de Gestão Resultado Financeiro do Quadro LVII – Movimentação financeira), que, em 2010, alcançaram o montante de R\$ 1.014,79 milhões.

Quanto à rentabilidade dos fundos de investimento, medida em termos nominais e em percentual da TMS, os fundos apresentaram, na média, a seguinte performance.

Quadro LVIII – Rentabilidade dos fundos de investimento
2010

Ano	Rentabilidade Acumulada Nominal Média	Rentabilidade Acumulada Média (%TMS)
2009	13,37%	138,06%
2010	11,49%	117,54%

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUFIN

Em 2010, a performance média dos fundos apresentou-se superior ao benchmark de rentabilidade estabelecido em 98% da TMS. Esse resultado está associado ao Fundo BB Extramercado Exclusivo 31, notadamente com relação ao efeito do fechamento de taxas de juros verificado entre as datas da precificação e da integralização dos novos títulos ao Fundo, na permuta de ativos realizada em maio de 2010, que gerou uma receita nominalmente significativa frente ao reduzido Patrimônio Líquido do Fundo antes da integralização. Efeito semelhante, mas ainda de maior proporção, foi observado em novembro de 2009.

2.4.1.3 - Créditos junto a Itaipu Binacional e União

Em 2005 foi celebrado o Contrato de Cessão de Créditos, por meio do qual a União transferiu à EMGEA, para aumento de capital, parte dos direitos de crédito junto à Itaipu/Eletronbras no montante de R\$ 6,45 bilhões, equivalentes a US\$ 2,47 bilhões.

O referido crédito é atualizado anualmente pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América. Os valores resultantes da aplicação do fator de inflação, a partir de janeiro de 2008, são de responsabilidade da União e são liquidados até agosto de cada ano, conforme Primeiro Termo Aditivo ao Contrato.

Os recursos destinam-se exclusivamente à liquidação das obrigações da Empresa junto ao FGTS. Em junho de 2009, foi firmado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato, o qual possibilitou à EMGEA a utilização dos montantes recebidos no pagamento do fluxo das prestações mensais do citado passivo, antes destinados exclusivamente para amortizações extraordinárias do estoque.

Em decorrência da antecipação do fluxo de recebíveis para os meses de janeiro a abril de 2010, originalmente previsto para setembro a dezembro de 2010, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato formalizado em janeiro de 2010, e do recebimento do fator de ajuste anual da inflação americana, a partir de 2008, aplicado sobre as parcelas cedidas, foi registrado o ingresso de R\$ 514,79 milhões, equivalentes a US\$ 285,19 milhões, integralmente utilizado para liquidação de parte dos compromissos da Empresa junto ao FGTS.

2.4.1.4 - Créditos em Títulos CVS

Os títulos CVS são ativos públicos federais emitidos em decorrência da securitização de créditos junto ao FCVS. O estoque de títulos CVS da EMGEA se forma em decorrência do recebimento desses ativos em negociações, mas, principalmente, a partir das novações de seus créditos perante o referido Fundo.

Desde julho de 2008, a EMGEA, com base na MP nº 2.196/2001, vem realizando permutas de títulos CVS com o Tesouro Nacional por outros títulos públicos federais, os quais são integralizados ao patrimônio do Fundo BB Extramercado Exclusivo 31. No exercício de 2010, foram realizadas cinco operações de permuta desses ativos no montante de R\$ 332,64 milhões, sendo a última em dezembro, com a qual a Empresa zerou seu estoque de títulos.

2.4.2- Gestão Orçamentária

A gestão orçamentária da EMGEA é realizada por meio da execução do Programa de Dispêndios Globais – PDG, aprovado pelo Decreto nº 6.997, de 4.11.2009. No decorrer do exercício, foi efetuada a reprogramação do PDG 2010 visando a melhor adequação do orçamento frente aos eventos não previstos quando da programação original, sendo aprovada pelo Decreto nº 7.417, de 30.12.2010.

Execução Orçamentária - O resumo da execução orçamentária da EMGEA e a composição dos Ingressos (Receitas) e Saídas (Despesas) constam do seguinte quadro.

Quadro LIX – Programa de Dispêndios Globais - Fluxo Econômico – Realizado
2010

Valores em R\$ 1,00

ITENS	2010		% Realizado	% Realizado
	Aprovado (a)	Realizado (b)	Δ b/a-1	Vertical
RECEITAS	4.888,38	4.421,78	-9,5%	100,0%
1. CARTEIRA HABITACIONAL e OUTROS	4.095,72	3.695,61	-9,8%	83,6%
1.1 CARTEIRA HABITACIONAL	2.289,94	2.239,01	-2,2%	50,6%
1.2 ATIVO TESOUREO - recebíveis Itaipu/União	1.290,50	957,83	-25,8%	21,7%
1.3 Créditos Tributários e Outros	515,28	498,77	-3,2%	11,3%
2. ALIENAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	473,45	332,64	-29,7%	7,5%
3. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1,57	1,81	15,2%	0,0%
4. RECEITAS FINANCEIRAS DIVERSAS	26,87	25,28	-5,9%	0,6%
5. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS - DEMAIS	290,77	366,45	26,0%	8,3%
DESPESAS	4.713,38	4.047,38	-14,1%	100,0%
1. SERVIÇO DA DÍVIDA TOTAL	4.114,70	3.556,31	-13,6%	87,9%
1.1 Amortização/Atualização (FGTS,FDS,FAHBRE)	3.320,28	3.081,33	-7,2%	69,7%
1.2 Encargos Financeiros/(Adiant. Cessão de Créditos)	794,42	474,99	-40,2%	10,7%
2. INVESTIMENTOS EM ATIVOS IMOBILIZADO	1,14	0,59	-48,5%	0,0%
3. OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	125,96	117,16	-7,0%	2,9%
4. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12,88	11,52	-10,6%	0,3%
5. OUTROS CUSTEIOS	458,71	361,79	-21,1%	8,9%
5.1 SERVIÇOS DE TERCEIROS	278,19	258,41	-7,1%	6,4%
5.4 TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	91,48	31,46	-65,6%	0,8%
5.5 OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	88,37	71,48	-19,1%	1,8%
5.5 DEMAIS	0,68	0,45	-32,9%	0,0%

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCON

Relativamente às Receitas, a execução das rubricas de Fontes/Ingressos apresentou realização de R\$ 4.421,78 milhões, 9,5% abaixo do PDG aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais relevantes foram as receitas associadas ao Ativo Tesouro - recebíveis Itaipu/União e Alienação de Valores Mobiliários, cuja realização se mostrou respectivamente 25,8% e 29,7% inferior ao previsto para o exercício, compensadas com a variação na rubrica Receitas não Operacionais - Demais, com realização de 26,0% superior ao aprovado.

A variação no item Ativo Tesouro - recebíveis Itaipu/União se justifica pelos efeitos da variação cambial negativa, decorrente da valorização do real frente ao dólar dos Estados Unidos da América no período, que reduziu o saldo do estoque de recebíveis, os quais são registrados naquela moeda e expressos em reais pela cotação do câmbio verificada no último dia do mês.

O item Alienação de Valores Mobiliários, representado pelas permutas de títulos CVS por outros títulos públicos federais, apresentou realização inferior ao aprovado, devido a não emissão de todos os títulos CVS provenientes da novação de créditos contra o FCVS pela União, nos montantes aprovados para o exercício.

Por outro lado, o item Receitas não Operacionais - Demais apresentou realização em torno de R\$ 366,45 milhões acima do aprovado, em razão, sobretudo, do aumento de 44,2% nas receitas com alienação de imóveis não de uso.

No que diz respeito às Despesas, a execução das rubricas de Usos/Dispêndios realizou o montante de R\$ 4.047,38 milhões, 14,1% abaixo do aprovado para o exercício.

Os itens que apresentaram variações mais significativas se referem às despesas relativas a Encargos Financeiros (Adiantamentos - Cessão de Créditos), Tributos e Encargos Parafiscais e Outros Dispêndios Correntes - Demais, com execução de 40,2%, 65,6% e 32,9% respectivamente, inferiores aos montantes aprovados para o exercício.

Quanto aos encargos financeiros, a variação se justifica por menores despesas relacionadas às reduções dos estoques de ativos indexados ao dólar dos Estados Unidos da América (recebíveis de Itaipu/União) decorrentes de eventuais valorizações do real frente àquela moeda. Em relação aos tributos e encargos parafiscais, houve redução de despesas de tributos vinculados ao resultado (IRPJ e CSLL), devido ao prejuízo fiscal apurado no exercício.

Houve baixa realização no item Outros Dispêndios Correntes - Demais, em razão de menores desembolsos relacionados aos ressarcimentos à CAIXA, de gastos com manutenção e alienação dos imóveis não de uso/manutenção dos créditos e com despesas judiciais e extrajudiciais em função do adiamento dessas despesas (efeito sazonal).

Resultado Primário - A contribuição de cada rubrica apresenta-se no quadro a seguir.

Quadro LX – Programa de Dispêndios Globais - Resultado Primário – Anual
2010

Valores em R\$ mil

	2010		Variação %
	Aprovado (a)	Realizado (b)	
Fontes			
RECEITAS	765.802	700.890	-8,5%
Receitas Operacionais	1.583	1.805	14,0%
Monetização de títulos (c)	473.449	332.637	-29,7%
Outras Receitas não operacionais	290.771	366.448	26,0%
Total dos Recursos (d)	765.802	700.890	-8,5%
Usos			
Dispêndios de Capital	118.985	126.213	6,1%
Dispêndios Correntes	406.866	333.032	-18,1%
Serviços de Terceiros	269.896	243.623	-9,7%
Tributos e Encargos Parafiscais	31.665	4.151	-86,9%
Demais Dispêndios Correntes	105.304	85.259	-19,0%
Total dos Usos (e)	525.850	459.245	-12,7%
1. Resultado Primário - acima da linha f=(d - e - c) *	(233.497)	(90.992)	-61,0%
Conceito Abaixo da Linha			
2. Novas Provisões	(374.537)	(281.392)	-24,9%
3 Reversão de Provisões	1.665.520	1.123.718	-32,5%
4 Descontos Concedidos	(2.294.370)	(1.534.184)	-33,1%
5 Descontos Concedidos com Impacto das reversões = (3+4)	(628.850)	(410.465)	-34,7%
6. Impacto Total = (2+5)	(1.003.387)	(691.857)	-31,0%
7. Resultado Primário abaixo da linha = (1+6)	(1.236.884)	(782.850)	-36,7%
8. Recursos Vinculados a Itaipu / União	(514.725)	(514.790)	0,0%
9. Resultado Primário abaixo da linha - com Itaipu/União = (7+8)	(1.751.609)	(1.297.640)	-25,9%
* Não considerados no cálculo do resultado primário os efeitos da monetização de títulos advindos das operações			

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCON

O resultado fiscal da Empresa, medido em termos de resultado primário (critério caixa) “Acima da Linha”, mostrou um déficit de R\$ 90,99 milhões em 2010, 61,0% inferior ao aprovado para o exercício.

A redução frente ao montante aprovado pode ser atribuída à queda de 12,7% (R\$ 66,61 milhões) nas despesas primárias, associadas notadamente com serviços de terceiros, demais dispêndios correntes e ao baixo recolhimento de tributos vinculados ao resultado, em razão do prejuízo fiscal no exercício, bem como ao menor recolhimento dos tributos vinculados à receita, atribuído à política de compensação de tributos gerados com créditos tributários da Empresa.

Pelo critério "Abaixo da Linha", que considera os efeitos das despesas econômicas (Novas Provisões/Descontos Concedidos/Reversões de Provisões), o déficit primário no exercício foi de R\$ 691,86 milhões, levando-se em conta os efeitos da reversão das provisões relativas aos contratos habitacionais liquidados e reestruturados, conforme discussões havidas com o BACEN, perfazendo realização de 36,7% abaixo do previsto para o ano.

Também, pelo critério "Abaixo da Linha", quando considerado os ingressos oriundos de recebíveis de Itaipu/União, por solicitação do DEST, o déficit primário aumenta para R\$ 1.297,64 milhões, com realização de 25,9% abaixo do previsto para o ano.

2.4.3 – Despesas por modalidade de contratação

Ao amparo da Lei nº 8.666/1993, a EMGEA realizou 72 procedimentos licitatórios contra 85 em 2009, para a aquisição de bens e serviços necessários a seu pleno funcionamento, conforme tabela a seguir.

Quadro LXI – Despesas por modalidade de contratação
2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Homologada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	80.000,00	45.640,23	198.232,69	61.140,74
Tomada de Preços			774.067,42	603.116,49
Concorrência				
Pregão	1.213.529,46	910.437,00	3.752.804,24	3.654.754,34
Ata de Registro de Preços	305.833,80	346.033,34	378.882,96	390.471,68
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	492.606,60	645.123,40	1.103.312,79	1.118.459,24
Inexigibilidade	112.964,52	285.502,25	187.978,45	196.883,20
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras			242.349,40	180.949,61

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

2.4.4 – Indicadores Institucionais

Quadro LXII – Indicadores do Segmento Gestão dos Créditos Imobiliários

Indicador	O que mostra	Interpretação	2008	2009	2010
1 - Variação das Arrecadações dos Créditos Imobiliários	Variação percentual das arrecadações oriundas dos créditos imobiliários entre dois períodos	Quanto maior, melhor	-2,44%	-5,43%	-11,90%
2 - Arrecadação Média por Contrato Ativo	Arrecadação média por contrato ativo de crédito imobiliário, em um período	Quanto maior, melhor	R\$ 437,09	R\$ 462,68	R\$ 506,59
3 - Arrecadação Média por Contrato Remunerado	Arrecadação média por contrato remunerado de crédito imobiliário, em um período	Quanto maior, melhor	R\$ 356,04	R\$ 360,18	R\$ 403,22
4 - Despesas com Tarifa de Administração dos Contratos de Crédito Imobiliário	Percentual do quanto a empresa deixou de gastar com tarifas de administração de contratos de crédito imobiliário em relação ao quanto gastou com as mesmas tarifas, no período	Quanto menor, melhor	-8,42%	-7,23%	-10,03%
5 - Margem de Contribuição dos Contratos de Crédito Imobiliário	Percentual do quanto resta das arrecadações dos créditos imobiliários, para a Empresa, após a cobertura das respectivas despesas variáveis	Quanto maior, melhor	74,20%	74,38%	74,24%
6 - Desconto nas Operações de Crédito	Percentual de descontos praticados em relação ao volume de créditos imobiliários brutos	Quanto menor, melhor	1,40%	1,69%	1,82%
7 - Provisionamento	Quanto a empresa constituiu de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total das operações de crédito	Quanto menor, melhor	36,41%	39,80%	40,54%

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOD

Comentários:

Indicador 1 – Mantendo-se a tendência observada em anos anteriores, a arrecadação dos créditos imobiliários em 2010 apresenta-se inferior à de 2009, em consequência da redução das operações ativas, representadas por créditos com maior dificuldade de recuperação, e ainda da reestruturação de dívidas, em face da continuidade das negociações com os incentivos oferecidos pela EMGEA.

Indicadores 2 e 3 – A arrecadação média por contrato ativo e a arrecadação média por contrato remunerado demonstram variação positiva em 2010 de 9,49% e 11,95%, respectivamente, em face

principalmente da redução da quantidade de contratos, por liquidações antecipadas de dívidas ou baixa operacional, superior à redução percentual da arrecadação.

Indicador 4 – A diminuição dessas despesas em proporção superior à de 2009 advém da redução da quantidade de contratos remunerados por tarifa.

Indicador 5 – A margem de contribuição manteve-se próxima em relação à observada em 2009, refletindo o decréscimo da arrecadação e das despesas variáveis, com destaque para a redução do montante despendido com tarifas de administração de contratos.

Indicador 6 – Apesar da queda dos descontos concedidos em 11,07%, os volumes de operações de crédito imobiliário sofreram redução superior em termos relativos, da ordem de 17,59%, ambos quando comparados com o exercício de 2009, ocasionando ligeira elevação do indicador no período.

Indicador 7 – O indicador de 2010 permanece no mesmo patamar de 2009, em consequência da manutenção do nível de provisionamento aplicado sobre os saldos dos contratos de operações de crédito imobiliário.

Quadro LXIII – Indicadores do Segmento Gestão dos Imóveis não de uso

Indicador	O que mostra	Interpretação	2008	2009	2010
1 – Quantidade de Imóveis Não de Uso	Variação da quantidade de imóveis não de uso em estoque	Quanto menor, melhor	22,58%	-3,97%	-19,42%
2 – Margem de Contribuição da Alienação dos Imóveis Não de Uso	Percentual do quanto resta do produto das alienações de imóveis para a Empresa, após a cobertura de suas despesas variáveis	Quanto maior, melhor	72,19%	81,41%	82,43%
3 – Resultado da Alienação dos Imóveis Não de Uso	Resultado contábil da alienação de imóveis não de uso em um período	Quanto maior, melhor	R\$ 30,32 milhões	R\$ 44,10 milhões	R\$ 52,12 milhões

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOD

Comentários:

Indicador 1 – O indicador reflete a redução percentual do estoque de imóveis em relação ao ano de 2009, resultante do incremento das vendas em 17,43% e do decréscimo da quantidade de imóveis adjudicados no período em 26,03%.

Indicador 2 – A melhoria observada no indicador decorre do aumento da arrecadação com a venda de imóveis em 21,5% frente ao crescimento de 15,23% de suas despesas variáveis.

Indicador 3 – Esse indicador reflete a comparação entre os valores de venda e o custo contábil dos imóveis não de uso. No exercício observa-se melhora dos resultados obtidos com as alienações, influenciada pela adoção de política de vendas mediante descontos sobre o valor de avaliação dos imóveis.

Quadro LXIV – Indicadores do Segmento Gestão das Dívidas Assumidas

Indicador	O que mostra	Interpretação	2008	2009	2010
1 - Cobertura das Obrigações Relativas às Dívidas Assumidas	Quanto das obrigações referentes às dívidas assumidas é coberto pelas arrecadações oriundas dos créditos imobiliários, da alienação de imóveis não de uso e pelos encargos por repasse em atraso, recebidos em um período	Quanto maior, melhor	66,88%	66,11%	61,90%
2 - Custo Financeiro das Dívidas Assumidas	Relação entre despesas financeiras e o respectivo saldo médio das dívidas assumidas	Quanto menor, melhor	0,64% a.m.	0,56% a.m.	0,57% a.m.

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOD

Comentários:

Indicador 1 – A redução da cobertura advém da diminuição do montante arrecadado com contratos de crédito imobiliário e com encargos por repasse em atraso, nada obstante o aumento da arrecadação proveniente da alienação dos imóveis não de uso e a redução dos desembolsos com amortizações e juros das dívidas assumidas, face à formalização, em 19.10.2010, do Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Condições de Dívidas da EMGEA com o FGTS.

Indicador 2 – A manutenção do custo financeiro em nível próximo ao de 2009 decorre da redução dos encargos financeiros incorridos, frente à diminuição do saldo total dessas dívidas, ambos causados pelas amortizações ocorridas no período.

Quadro LXV – Indicadores do Segmento Gestão Financeira

Indicador	O que mostra	Interpretação	2008	2009	2010
1 - Cobertura dos Dispêndios Correntes	Quanto dos desembolsos com dispêndios correntes é coberto pelas arrecadações oriundas dos créditos imobiliários, da alienação de imóveis não de uso e pelos encargos por repasse em atraso recebidos em um período	Quanto maior melhor	393,32%	407,45%	408,96%
2 - Custo da Carga Tributária	Quanto da receita total é consumida pela carga tributária em um período	Quanto menor melhor	5,67%	-16,63%	-7,59%
3 – Resultado Financeiro	Resultado financeiro de ingressos e saídas, exceto os recursos provenientes de capitalização	Quanto maior melhor	R\$ (1.678,00) milhões	R\$ (1.504,00) milhões	R\$ (1.015,00) milhões

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUCOD

Comentários:

Indicador 1 – Comparado ao resultado de 2009, apesar da redução dos recursos advindos da Carteira Habitacional em 7,0% (R\$ 122,82 milhões), o indicador apresenta melhora, refletindo o maior volume de receitas com alienação de imóveis não de uso em 21,5% (R\$ 38,25 milhões) e a redução em 4,6% (R\$ 21,62 milhões) dos desembolsos relacionados.

Indicador 2 - O indicador de -7,59% é resultante da relação entre o total de tributos e contribuições de R\$ 228,76 milhões (negativos) e a receita de R\$ 3,01 bilhões. Explica-se o índice negativo em decorrência da reversão da provisão para a não realização de créditos tributários junto à Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 262,06 milhões.

Indicador 3 – O Resultado Financeiro de 2010 apresentou melhora de 32,6% (R\$ 490,03 milhões) em relação ao déficit acumulado em 2009, em virtude do aumento das receitas com alienação de imóveis não de uso, em 21,5% (R\$ 38,25 milhões), e da redução das despesas gerais em 16,6% (R\$ 571,26 milhões), nada obstante a queda dos repasses da arrecadação da Carteira Habitacional em 7,0% (R\$ 122,82 milhões). Em termos relativos, esse resultado ilustra que o montante de recursos advindos da Carteira Habitacional, da recuperação de despesas judiciais ou extrajudiciais e da venda de imóveis não de uso cobriria 64,6% do total dos dispêndios de 2010 (R\$ 2.865,87 milhões), contra o índice de 56,2% observado em 2009 (R\$ 3.437,13).

3 – Informações sobre Recursos Humanos

3.1 - Composição dos Recursos Humanos

A Diretoria da Empresa é constituída por cinco Diretores, sendo um Diretor-Presidente. A Empresa não possui quadro de pessoal próprio. As funções comissionadas são ocupadas, em sua maior parte, por empregados originários da Administração Pública Federal. A estrutura atual foi aprovada pelo Ministério da Fazenda em dezembro de 2008 e apresenta a seguinte distribuição.

Quadro LXVI – Funções Comissionadas
2009 e 2010

em unidades

Diretoria	Dotação		
	31.12.2009	31.12.2010	Variação
Diretor-Presidente	1	1	-
Diretor Executivo	4	4	-
Total de cargos de Direção	5	5	-
Funções Comissionadas (FC)	Dotação		
	21.12.2009	31.12.2010	Variação
Assessor Especial da Presidência	3	2	(1)
Superintendente Executivo (*)	12	12	-
Gerente Executivo (**)	24	25	1
Assessor Sênior (***)	32	32	-
Assessor	31	31	-
Total de Funções Comissionadas	102	102	-
Sem Função Comissionada	Dotação		
	31.12.2009	31.12.2010	Variação
Requisitados sem FC	8	8	-
Total Sem Função Comissionada	8	8	-
Total Geral	115	115	-

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observações: (*) Inclui: Chefe de Gabinete da Presidência, Chefe de Auditoria Interna, Chefe da Consultoria Jurídica e Chefe da Contabilidade; (**) Inclui: Assessor da Presidência; (***) Inclui: três Auditores

Foram apurados os seguintes níveis de escolaridade na Empresa.

Quadro LXVII – Recursos Humanos por nível de escolaridade
Situação apurada em 31.12.2010

Tipologias do Cargo Regime do Ocupante do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1- Diretoria						5			
2 - Funções Comissionadas									
2.1 - Estatutário (requisitados)						1	1		
2.2 - Não Estatutários (requisitados)						17	14		
2.3 - Comissionados (sem vínculo)					12	42	10	1	
3 - Postos de Serviços Terceirizados					18	19	1		
<p>LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2- Alfabetizado sem cursos regulares; 3- Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnicos; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não classificada.</p>									

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

As despesas com pessoal apresentaram o seguinte comportamento.

Quadro LXVIII – Despesas com pessoal
2010, 2009 e 2008

Valores em R\$1,00

Natureza	2010	Δ%	2009	2008	Δ%
		2010/2009			2009/2008
Salário e gratificações	6.239.908,55	4,09	5.994.578,61	5.691.687,13	5,32
Honorários Diretoria e Conselheiros	956.852,37	5,66	905.614,97	785.972,83	15,22
Provisões – Férias e 13º	1.581.343,18	8,75	1.454.104,92	1.432.446,70	1,51
Encargos Sociais	2.709.256,71	8,31	2.501.411,59	2.365.212,97	5,76
Salário Maternidade (Lei nº 117)	6.374,26	-	-	-	-
Assistência médica e social	124.093,29	-1,49	125.975,00	104.941,31	20,04
Segurança e medicina do trabalho	22.883,84	35,98	16.828,23	18.030,67	-6,67
Diárias de viagens	425.845,22	44,79	294.106,48	297.594,20	-1,17
Passagens aéreas	271.221,37	5,25	257.690,42	308.515,01	-16,47
Auxílio-Alimentação	338.058,63	0,52	336.295,73	310.694,89	8,24
Mudanças e ajuda de custo	12.890,23	8,94	11.831,51	38.816,82	-69,52
Auxílio-moradia	21.600,00	-19,84	26.945,00	35.280,00	-23,63
Rescisões Contratuais	34.008,83	-43,69	60.405,43	32.770,26	84,33
Treinamento	274.092,65	2,69	262.921,97	222.735,48	18,04
Total	13.018.429,13	6,28	12.248.709,86	11.644.698,27	5,19

Fonte: Demonstrações Contábeis

O quadro dos Recursos Humanos da EMGEA apresenta a seguinte configuração.

Quadro LXIX – Quadro dos Recursos Humanos
2010

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal (*)
Diretoria	5	5	--
Funções Comissionadas	95	102	
Estatutários (requisitados)	2	3	--
Não Estatutários (requisitados)	28	34	-
Comissionados (sem vínculo)	65	65	-
Requisitados Sem Função Comissionada	3	8	-
Postos de Serviços Terceirizados (**)	59	68	--
Total	162	183	--

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observações:

(*) A Empresa não dispõe de quadro de pessoal próprio nem de estudo de lotação necessária de pessoal (Ideal) autorizados pelo DEST e Ministério da Fazenda;

(**) Inclui os serviços de vigilância, limpeza e conservação e apoio administrativo (Assistentes Técnico-Administrativos)

O comportamento da composição e dos custos de Recursos Humanos ocupantes de Função Comissionada está representado nos quadros a seguir.

Quadro LXX – Composição e custos de pessoal – Pessoal Requisitado - Regime Estatutário
Função comissionada
2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Função Comissionada de Livre Provisão - Pessoal Requisitado com ônus (Regime Estatutário)	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Total
2008	3	238.735,06	540.509,86	779.244,92
2009	3	243.773,88	594.085,22	837.859,10
2010	2	197.855,79	539.077,21	736.933,00

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação:

(*) Não estão incluídos os custos previdenciários e com o FGTS.

Quadro LXXI – Composição e custos de pessoal – Pessoal Requisitado - Regime da CLT
 Função comissionada
 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Função Comissionada de Livre Provisamento - Pessoal Requisitado com ônus (Regime da CLT)	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UJ Cedentes	Total
2008	21	1.275.984,94	5.332.220,17	6.608.205,11
2009	29	1.479.829,44	7.547.953,57	9.027.783,01
2010	32	1.641.786,74	9.959.643,99	11.601.430,73

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação:

(*) Não estão incluídos os custos previdenciários e com o FGTS.

Quadro LXXII – Composição e custos de pessoal – Pessoal sem vínculo - Regime da CLT
 Função comissionada
 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Função Comissionada de Livre Provisamento - Pessoal sem vínculo (Regime da CLT)	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Indenizações	Total
2008	68	3.551.678,10	32.770,26	3.584.448,36
2009	65	3.970.241,76	60.425,43	4.030.667,19
2010	60	4.598.121,81	34.008,83	4.632.130,64

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação:

(*) Não estão incluídos os custos previdenciários e com o FGTS.

O comportamento da composição e dos custos com os ocupantes de cargos de Direção está representado na tabela a seguir.

Quadro LXXIII – Composição e custos de pessoal – Direção
 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Cargos de Provisamento de Natureza Especial	Quantidade	Vencimentos e Vantagens Fixas (*)	Valor Reembolsado às UJ Cedentes (**)	Total
2008	5	537.683,18	863.546,47	1.401.229,65
2009	5	617.837,12	949.797,31	1.567.634,43
2010	5	743.941,67	1.132.787,56	1.876.729,23

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observações: (*) Não estão incluídos os custos previdenciários e com o FGTS.

(**) Em 2008, 4 requisitados; em 2009, 11 requisitados e 2010, 3 requisitados.

3.2. - Contratos de Terceirização de Área-fim

A EMGEA não terceiriza mão de obra para a área-fim. No entanto, ao amparo da Lei nº 8.666/93, realiza procedimentos licitatórios para a aquisição de bens e serviços necessários a seu pleno funcionamento, incluindo serviços de apoio administrativo para as atividades-meio.

Assim, para a realização dos trabalhos de vigilância, limpeza, conservação e apoio administrativo (atividades-meio), a EMGEA contrata empresa especializada. O comportamento da composição e dos custos com postos de serviços terceirizados está representado o quadro a seguir.

Quadro LXXIV – Composição e custos de Postos de Serviços Terceirizados
2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Descrição	2008		2009		2010	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	16	301.594,00	16	356.225,82	16	419.049,18
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	26	883.709,89	35	1.503.225,35	38	2.112.918,85
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	5	105.765,62	5	129.143,85	5	151.676,64
Total	47	1.291.069,51	56	1.988.595,02	59	2.683.644,67

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

3.3 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A EMGEA se utiliza dos seguintes indicadores para o gerenciamento dos Recursos Humanos.

A) - Índice de Rotatividade do Pessoal (*Turnover* *) - Em 2010, apurou-se uma taxa de 40,04%, considerando-se a mobilidade do quadro, decorrente de desligamentos e contratações para preencher cargos de livre provimento.

Observação: (*) Apuração = (Número de demissões + Número de admissões) / 2 / Número de empregados ativos no último dia do ano anterior.

B) - Demandas trabalhistas - A EMGEA figura no polo passivo em uma única demanda trabalhista impetrada por ex-comissionada que pleiteia, entre outras questões, a sua reintegração ao quadro de funções comissionadas. O processo encontra-se em fase de recurso por parte da impetrante já que, no julgamento de 1ª instância, a EMGEA logrou êxito na defesa de todas as questões demandadas. O processo não transitou em julgado e se encontra dentro do prazo para que a EMGEA apresente suas contra-razões ao recurso impetrado pela reclamante, devendo ser encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho.

C) - Perfil Etário

Quadro LXXV – Perfil etário da EMGEA

Comissionados por faixa etária	Exercício de 2010								
	Próprios			Requisitados			Total		
	Qtde	%	MI (*)	Qtde	%	MI (*)	Qtde	%	MI (*)
Acima de 50 anos	23	34,32	57,69	21	58,34	53,00	44	42,79	55,35
Acima de 45 e abaixo de 50 anos	6	8,96	47,33	7	19,44	48,57	13	12,60	47,95
Acima de 40 e abaixo de 45 anos	3	4,47	43,00	7	19,44	44,14	10	9,70	43,57
Acima de 35 e abaixo de 40 anos	9	13,44	37,55	1	2,78	38,00	10	9,70	37,78
Acima de 30 e abaixo de 35 anos	10	14,92	32,80	-	-	-	10	9,70	32,80
Acima de 25 e abaixo de 30 anos	16	23,89	29,13	-	-	-	16	15,51	29,13
Total	67	100,00	41,24	36	100,00	45,92	103	100,00	41,09

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Observação: MI = Média de Idade

D) - Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais - Verificou-se um acidente de trabalho com uma colaboradora que se desequilibrou na escada de acesso à EMGEA acarretando em contusão no calcanhar, que a impediu de comparecer ao trabalho, não obstante as ações de prevenção adotadas pela EMGEA no ambiente de trabalho, dotando as estações de trabalho da ergonomia, níveis de ruído e luminosidade adequados, conforme consta do seu Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), complementadas com a prática da ginástica laboral e exames periódicos previstos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Por outro lado não houve registro de nenhuma doença ocupacional em 2010.

E) - Educação Continuada - A Educação Continuada na EMGEA ocorre de várias formas e a todos os instantes, por meio de reuniões, instruções, trocas de experiências entre colaboradores e as capacitações contidas no Programa de Desenvolvimento de Competências, que inclui treinamentos presenciais com profissionais externos – abertos e fechados além da capacitações com profissionais internos no ambiente de trabalho.

F) - Satisfação e Motivação - Com a implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, a EMGEA se inseriu no contexto das empresas que instituíram uma política de qualidade de vida no trabalho segundo as concepções individual (ser biopsicossocial) e estratégica, procurando viabilizar as variáveis relativas à Saúde Integral e aos resultados organizacionais, em um esforço integrado de gestão.

G) - Disciplina - No tocante à disciplina, a EMGEA, em seu Regulamento de Pessoal estabelece os deveres, proibições, responsabilidades e penalidades cabíveis.

H) - Desempenho Funcional - Atualmente o desempenho funcional é avaliado pelo gestor da área de atuação do colaborador.

I) - Níveis Salariais - Os níveis salariais são estabelecidos pelo Ministério da Fazenda dentro da política salarial definida pelo Governo Federal.

3.4 - Análise crítica da gestão dos Recursos Humanos

A EMGEA adota, como estratégia de atuação, a manutenção de uma equipe de colaboradores motivada, inovadora e sempre atualizada com o que há de mais moderno em termos de gestão e estímulo à criatividade, já que opera com ativos de difícil recuperação.

A Empresa estimula sempre a participação de seus colaboradores em eventos de capacitação, para obter melhorias constantes nos seus processos de trabalho e estar atualizada com as modernas técnicas de gestão em diversas áreas do conhecimento, que vão desde seminários à participação em cursos de pós-graduação *lato sensu*.

As atividades de capacitação no decorrer do exercício foram realizadas com base no Programa de Desenvolvimento de Competências Profissionais. Foram realizadas atividades de capacitação com profissionais internos no ambiente de trabalho, em especial a formação de prepostos da EMGEA para atuarem nos mutirões de conciliação judicial.

A Empresa implantou o modelo de Gestão por Competências, a fim de adequar a sua gestão de pessoas aos termos do Decreto nº 5.707, de 23.2.2006. A EMGEA revisou as competências técnicas de cada uma das unidades e finalizou o levantamento das necessidades de capacitação e a aprovação do Programa de Desenvolvimento de Competências 2011/2012.

A adesão da EMGEA ao Programa Parceiros para a Excelência - PAEX consolidou a parceria com a Fundação Dom Cabral – FDC, cujo principal objetivo é a busca por resultados de médio e longo prazo, visando tornar a Empresa mais preparada e competitiva, a partir da construção gradativa de conhecimento por meio do intercâmbio, da interação e do desenvolvimento e adaptação de tecnologias de gestão empresarial e da capacitação de profissionais.

Nesse contexto, deve-se ressaltar a participação da EMGEA no PGA, cujo objetivo foi promover uma reflexão abrangente com ênfase nas funções empresariais e estratégicas, considerando o ambiente internacional e o desenvolvimento dos participantes como líderes. Nele, dirigentes de empresas do Brasil e do Exterior, junto com a FDC e o INSEAD – *The Business School of the World*, discutiram a competição global, os novos desafios impostos às organizações contemporâneas e as habilidades exigidas de seus líderes.

Ainda na linha do desenvolvimento integral das pessoas e da valorização dos colaboradores da Empresa, foi elaborado o PQVT, cujo objetivo é propiciar um ambiente de trabalho com clima organizacional onde as pessoas sejam reconhecidas em todas as suas dimensões – física, emocional, social, profissional, intelectual e espiritual - e possam gerir e melhorar o seu estilo de vida na busca da chamada Saúde Integral.

Foi aprovada, também, a implantação do Projeto Coral EMGEA, cuja concepção surgiu dos próprios colaboradores da Empresa, como uma forma de se buscar novas expressões de interação e socialização.

A EMGEA implantou o CLIN, que disponibiliza acervo bibliográfico relacionado às atividades desenvolvidas e material de consulta voltado para o autodesenvolvimento e o aprimoramento intelectual.

Além disso, foi disponibilizado o serviço de DSI, que contempla o acompanhamento, a coleta, o preparo e a distribuição de forma sistêmica e proativa de informações relevantes sobre temas identificados como prioritários na EMGEA, contribuindo para o acesso à informação e às pesquisas.

4 – Cumprimento das obrigações da Lei nº 8.730/1993 – Entrega das Declarações de Bens e Rendas

A EMGEA, em cumprimento à Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, que estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, efetuou o controle de entrega das declarações de imposto de renda - exercício 2010/ano base 2009 de seus colaboradores, por meio do recolhimento de envelopes lacrados contendo as respectivas declarações, arquivadas na Gerência de Gestão de Pessoas. Todos os colaboradores entregaram a declaração no prazo definido em regulamento.

5 – Estrutura de Controle Interno

Dentre as medidas adotadas visando ao aprimoramento da Gestão Empresarial e a melhoria da Governança Corporativa, a EMGEA decidiu pelo fortalecimento do Controle Interno na Empresa.

Assim, a Empresa reestruturou unidades administrativas e determinou a realocação de macroprocessos, para viabilizar a atuação de unidade administrativa específica de Controle Interno.

A EMGEA estabeleceu para a unidade de Controle Interno os seguintes macroprocessos: Gestão de Riscos, Gestão da Conformidade e Gestão das Informações Corporativas.

No período, os esforços foram destinados a desonerar parte da estrutura administrativa, mediante realocação de macroprocessos e atividades, a capacitar colaboradores, a descrever processos e definir metodologias e ferramentas de atuação, para a implantação da Superintendência de Controles Internos – SUCOI, de modo que em 2011 a unidade específica de Controle Interno seja implantada e desempenhe suas funções.

Em formulário constante do Anexo II é apresentada a avaliação da EMGEA sobre os aspectos do Sistema de Controle Interno no ambiente da Empresa.

6 – Sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços

Na forma do Anexo III, a EMGEA apresenta o formulário de avaliação da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, de forma a verificar se as aquisições de bens, produtos e contratação de obras e serviços são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, tendo em vista o impacto ambiental dos produtos e serviços adquiridos e de seus processos de elaboração e prestação.

7 – Gestão de Tecnologia da Informação

A EMGEA apresenta no item 9.1 deste Relatório uma análise das ações desenvolvidas no exercício de 2010 pela sua área de tecnologia e na forma do Anexo IV, apresenta o quadro de informações sobre a Gestão da Tecnologia da Informação, com o objetivo de analisar o grau de desenvolvimento da gestão de TI na Empresa.

8 – Providências adotadas para atender aos acórdãos do TCU

8.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

Informamos que não houve recomendação por parte do TCU no exercício de 2010 e não há qualquer pendência de atendimento junto àquela Corte de Contas.

8.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Informamos que não houve recomendação por parte do TCU no exercício de 2010 e não há qualquer pendência de atendimento junto àquela Corte de Contas.

8.3- Recomendações do OCI atendidas no exercício

A Secretaria Federal de Controle Interno da CGU - SFC realizou, em 2010, auditoria referente ao processo de prestação de contas da EMGEA do exercício de 2009, com emissão do Certificado de Auditoria nº 246655 com proposta de encaminhamento das contas dos responsáveis desta Empresa ao TCU, com manifestação pela regularidade.

Entretanto, no decorrer dos trabalhos foram emitidas por aquela Secretaria as Notas de Auditoria nº 246655/01, 246655/02 e 246655/03 com recomendações de melhorias.

Esta empresa acolheu as recomendações nº 001 e 002 consignadas na Nota de Auditoria nº 246655/02, e por meio do ofício nº 1.316/2010 – PRESI, de 26.10.2010, atendeu ao recomendado e encaminhou ao Ministério da Fazenda o pedido de convalidação da alteração efetuada no quadro de pessoal, aprovada pelo Conselho de Administração – Ata nº 112.

A seguir reproduzimos o teor da NA nº 246655/02

Nota de Auditoria nº 246655/02 – Número da Constatação: 1

Recomendação nº 001 - Que a EMGEA encaminhe ao Ministro de Estado da Fazenda para convalidação a alteração efetuada no quadro de pessoal, aprovada pelo Conselho de Administração – Ata nº 112.

Recomendação nº 002 - Que todas as alterações no quadro de pessoal da Empresa sejam efetuadas após a aprovação do Ministério da Fazenda, ainda que não ocasionem aumento de custos.

8.4 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Transcrevemos a seguir o teor das Notas de Auditoria nº 246655/01 e 246655/03 citadas no item anterior, as quais se encontram em prazo de atendimento e a correspondente manifestação desta Entidade por meio do Plano de Providências Permanente, remetido à SFC apenso ao ofício nº 1.320/2010 – PRESI, de 27.10.2010.

Nota de Auditoria nº 246655/01 - Número da Constatação: 1

Recomendação nº 001 - Reavaliar os indicadores da Empresa separando-os em dois grupos: aqueles que refletem o desempenho de ações da EMGEA, de modo que seus resultados devem servir de subsídio para melhorias em outros processos de trabalho; e aqueles que demonstrem os resultados gerenciais/contábeis/financeiros/ outros da Empresa, sendo calculados somente no final do exercício. Para o primeiro grupo, devem ser definidos valores aceitáveis e metas para o exercício;

Recomendação nº 002 - Definição dos objetivos de cada indicador, incluindo delimitação de como cada um contribui para uma tomada de decisão dos gestores e quais os processos envolvidos na avaliação do desempenho que poderão ser revistos após mensuração dos resultados;

Recomendação nº 003 - Avaliar a possibilidade de se criar de indicadores para mensurar a efetividade dos processos da Empresa;

Recomendação nº 004 - Avaliar o indicador 'Evolução das Arrecadações dos Créditos Imobiliários' para ajustá-lo às metas dos objetivos estratégicos (arrecadação da carteira de pessoa jurídica e física);

Recomendação nº 005 - Incluir informações estatísticas para os indicadores: 'Arrecadação Média por Contrato Ativo' e 'Arrecadação Média por Contrato Remunerado', uma vez que o universo de contratos que compõem a base de dados é em torno de 300 mil;

Recomendação nº 006 - Avaliar o indicador 'Despesas com Tarifa de Administração dos Contratos de Crédito Imobiliário' para verificar a possibilidade de desmembramento do indicador em dois, um referindo-se à redução cujo fato gerador da despesa deixou de existir naturalmente por consequência de atividades da Empresa e outro referente à economicidade decorrente de medidas adotadas com esse fim específico; e

Recomendação nº 007 - Para os indicadores do Segmento 'Gestão dos Imóveis Não de Uso', avaliar a necessidade de criação de um indicador que mensure a diferença entre o resultado do valor da venda do imóvel e o valor de adjudicação somado ao valor das despesas (despesas realizadas em função da propriedade de imóveis não de uso + despesas com a administração e comissão sobre vendas de imóveis não de uso).

Nota de Auditoria nº 246655/03 – Número da Constatação: 1

Recomendação nº 001 - Que a EMGEA promova estudos que permitam o desenvolvimento de metas individuais para as ações pertencentes ao Programa 001 – Gerenciamento de Créditos Imobiliários de Contratos firmados com Pessoa Física, de forma a permitir a avaliação individual de cada ação.

1. Manifestação do Gestor - Objetivando o aprimoramento da gestão no âmbito do Planejamento Estratégico da EMGEA, esta Administração vem adotando, regularmente, medidas estruturadas, dentre as quais as que se relacionam à revisão dos indicadores de desempenho empresarial.

Assim, em 26.6.2010 esta Empresa celebrou contrato de adesão ao PAEX, com a Fundação Dom Cabral, cujo objeto é o desenvolvimento e a adaptação de tecnologias de gestão empresarial, a capacitação de profissionais e a interação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências técnico-gerenciais.

Dentre os principais tópicos do PAEX, destacamos adiante os que têm aderência com as avaliações e reavaliações apontadas nas recomendações nº 001 a 007 da Nota de Auditoria nº 246655/01 e na recomendação nº 001 da Nota de Auditoria nº 246655/03, a saber:

- Uso de metodologia que privilegia a ampliação dos horizontes da empresa em tópicos relativos à gestão empresarial;
- Planejamento estratégico da organização por meio da implementação de um modelo integrado de gestão;
- Acompanhamento permanente do controle de metas e indicadores definidos no planejamento;
- Implementação de aplicativo para acompanhamento de resultados com base na metodologia do BSC – *Balanced Scorecard*; e
- Monitorias nos campos de gestão com a presença física de professores da FDC em conjunto com a equipe da empresa para discussão e avaliação dos temas correlatos.

As atividades do PAEX tiveram início em setembro de 2010 e têm o seguinte cronograma.

Quadro LXXVI – Cronograma de atividades do PAEX

2010	Setembro	Apresentação da metodologia e definição dos componentes estratégicos: negócio, visão, missão e valores.
	Outubro	Diagnóstico do ambiente interno e diagnóstico do ambiente externo.
	Novembro	Desdobramento da visão de futuro em objetivos estratégicos, elaboração do mapa estratégico de acordo com as perspectivas do <i>Balanced Scorecard</i> , definição de indicadores de desempenho e formulação de estratégias.
	Dezembro	Elaboração dos planos de ação por unidade.
2011	Janeiro	Elaboração dos planos de ação por unidade e realização de uma prévia da AGM (Avaliação Gerencial Mensal) para monitoramento dos indicadores de desempenho.
	Fevereiro	Realização de Avaliação Geral Mensal - AGM
	Março	Realização de Avaliação Geral Mensal - AGM
	Abril	Realização de Avaliação Geral Mensal - AGM
	Maio	Realização de Avaliação Geral Mensal - AGM
	Junho	Realização de Avaliação Geral Mensal - AGM
	Julho	Realização de Avaliação Geral Mensal - AGM
	Agosto	Realização de Avaliação Geral Mensal - AGM
	Setembro	Realização de AGM/Realinhamento estratégico 2012
	Outubro	Realização de AGM/Realinhamento estratégico 2012
	Novembro	Realização de AGM/Realinhamento estratégico 2012
	Dezembro	Realização de AGM/Realinhamento estratégico 2012

Fonte: Plano de Providências Permanentes remetido à SFC-CGU anexo ao Ofício nº 1.320/2010 – PRESI, de 27.10.2010.

Tendo em vista o que se propõe no PAEX, em especial no que tange à revisão do Planejamento Estratégico da Empresa, dos seus programas e ações, e dos indicadores de desempenho, entendemos oportuno que, para melhor aproveitamento, as avaliações e reavaliações apontadas nas recomendações da NA nº 246655/01 e os estudos requeridos na NA nº 246655/03 sejam tratados no escopo das atividades programadas para o referido PAEX no corrente ano, estendendo-se o prazo de atendimento das recomendações para 31.08.2011.

Acatado o entendimento supra, o prazo para atender às recomendações das NA nº 246655/01 e 246655/03 é indicado no quadro a seguir.

Quadro LXXVII – Prazo para atendimento às recomendações

Prazo	Atendimento
Até 31.12.2010	Definição dos indicadores associados ao desempenho estratégico
Até 28.2.2011	Estabelecimento de metas individuais para as ações vinculadas aos programas
Até 31.3.2011	Definição dos indicadores associados ao desempenho tático
Até 30.6.2011	Demonstração dos resultados de medição monitorados no período, tanto para o desempenho estratégico quanto para o tático
Até 31.8.2011	Apresentação de ajustes de metodologia ou reposicionamento dos indicadores avaliados e revisados

Fonte: Plano de Providências Permanentes remetido à SFC-CGU anexo ao ofício nº 1.320/2010 – PRESI, de 27.10.2010.

9 – Outras informações consideradas relevantes pela Unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

9.1 - Informações sobre o ambiente tecnológico

A área de Tecnologia da Informação - TI buscou, no decorrer do exercício de 2010, incrementar e melhorar o ambiente tecnológico da EMGEA, em especial nos aspectos que envolvem a infraestrutura, a segurança e o desenvolvimento de soluções corporativas, com vistas ao atendimento das demandas das diversas áreas da empresa. Dentre as atividades previstas e concluídas no ano, destacam-se:

9.1.1 - Infraestrutura do ambiente de TI da EMGEA – Hardware, Software e Processos de Trabalho

Considerando o planejamento de investimento contido no PDG 2010 e dentro das condições de conveniência e oportunidade, foram adquiridos:

- Novos servidores para serem utilizados no processo de virtualização;
- 1 Switch e 6 placas CNA/FCOE – (Adaptador de Redes Convergentes/Fibra ótica com padrão ethernet com tecnologia de fibra ótica, imprescindíveis à implantação da Fase II do Projeto Storage, iniciado no ano de 2009;
- 10 microcomputadores;
- 6 netbooks;
- 1 Projetor multimídia;
- Ferramentas de Desenvolvimento de Sistemas;
- Ferramenta de Gerenciamento de Projetos;
- Ferramenta de Gerenciamento de Dados;
- Recuperação de Arquivos/Pastas Excluídas;
- Sistema Operacional de Servidores.

Foram realizadas a migração do SMTP Gateway (Hator) – servidor de e-mail - e a virtualização desse servidor e de outros, com vistas a racionalizar o uso desses servidores, aumentar a segurança da informação.

Os serviços de impressão, reprografia, scanner e fac-símile passaram por uma remodelação completa, com a implantação de novas *pools* de impressão, mediante a utilização de impressoras de alta capacidade e com possibilidade de gerenciamento remoto de todo o processo.

Dentre as atividades que visam atualizar e modernizar os processos de trabalho existentes na área, foram analisados e atualizados os processos de backup corporativo, teste de restauração de backup corporativo, teste de segurança contra invasão da rede de sem fio, teste de segurança contra invasão do sítio da EMGEA

Foi realizada a migração do Active Directory - AD, ou Diretório Ativo da versão de 2003 para a versão 2008, propiciando melhores condições de utilização, segurança e gerenciamento dos usuários com acesso à rede EMGEA, por parte da equipe responsável.

Inclui-se também a duplicação virtual do WebMail da EMGEA (OWA), utilizado como contingência para as informações de “mensageria” eletrônica.

No processo de desenvolvimento de soluções foi adotado o “Check-List Qualidade de Software”, cujos requisitos pretendem conferir qualidade à solução desenvolvida, por meio de aplicação a documentos de análise, projeto, codificação e testes.

9.1.2 - Desenvolvimento de Soluções Corporativas

Foram finalizadas e se encontram em ambiente de produção, as seguintes ferramentas de gerenciamento e apoio ao negócio:

- Nova Intranet EMGEA – totalmente remodelada, com a implantação de novas funcionalidades, maior interatividade, transparência e gestão compartilhada.
- SISINC - Sistema de Informações de Contratos, cuja finalidade é disponibilizar em uma única interface, uma ferramenta capaz de abranger todas as operações que envolvam a célula “Contrato”, em que, de alguma forma, a EMGEA concorra como parte.
- SISAUD - Sistema de Auditoria, que tem por finalidade gerenciar o fluxo de trabalho da Auditoria Interna.
- SISGUD - Sistema de Gerenciamento de Usuários do Domínio, cujo principal objetivo é integrar o processo de gerenciamento do acesso das pessoas da EMGEA aos sistemas disponibilizados, quando da ocorrência de contratação de novos colaboradores, desligamento, férias, ausências, etc.
- SISPAQ - Sistema de Aquisição de Bens e Serviços, que tem como objetivo gerenciar o processo de aquisição de bens e serviços em todas as fases do processo.

9.1.3 - Manutenção corretiva e evolutiva de sistemas

Foram efetuadas intervenções das mais diversas naturezas, na prestação de serviços de melhorias dos sistemas em produção. Destacam-se as principais ocorrências:

- Sistema de Planejamento (SISPLA) - Ajustes em Relatórios Gerenciais e na tela de quantificação da arrecadação, inclusão de novos filtros objetivando a apuração da arrecadação de forma automatizada.
- Sistema de Controle Administrativo (SISCAD) - Confecção de formulário de dados cadastrais e relatório com as alterações de dados cadastrais por colaborador.

- Sistema de Controle de Arrecadação (SISCAR) - Elaboração de relatório de arrecadação por natureza de repasse e de relatório de arrecadação indenizatória securitária.
- Sistema de Controle de Despesas de Execução Judicial e Extrajudicial (SISDEX) - Elaboração de relatório analítico por tipo de despesa e de planilha contendo as despesas de execução de todos os contratos da EMGEA.
- Sistema de Informação de Contrato (SISINC) - Alteração do formulário resultante de pesquisa por contrato, respeitando o sistema de controle – SIAPF/CER ou SIACI.
- Transparência Pública - Ajustes no arquivo encaminhado à Controladoria Geral da União (CGU), página na internet - Transparência Pública.
- Manuais de Sistemas - Revisão e padronização de todos os manuais dos sistemas em produção, mediante disponibilização de versão atualizada no próprio aplicativo.
- Atendimento às demandas de melhoria de design de sistemas, buscando atender as sugestões das áreas e as melhores práticas existentes no mercado.

9.1.4 - Realização de testes em função de manutenção corretiva e evolutiva de sistemas

Considerando as diversas solicitações de modificações e atualizações nos sistemas em produção, destacam-se, abaixo, as principais intervenções efetuadas, com vistas a manter os sistemas dentro dos padrões de segurança exigidos.

- Sistema de Controle de Despesas de Execução Judicial e Extrajudicial (SISDEX) - Transferência de arquivos, importação arquivo CAIXA, validação do arquivo CAIXA, atualização da taxa Selic, atualização de críticas, análise de duplicidades, emissão de relatórios, construção de documento de teste.
- Sistema de Controle Administrativo (SISCAD) - Pesquisa e construção de tabela de veículos para inclusão no banco de dados.
- Sistema de Controle de Deslocamento de Pessoal (SISDEP) - Teste de novas funcionalidades.
- Sistema de Auditoria (SISAUD) - Atualização dos manuais do “auditor” e “auditado”.

9.1.5 - Outras atividades desenvolvidas

9.1.5.1 - Inventário para desfazimento de bens obsoletos e ou inservíveis - A desmobilização de equipamentos obsoletos ou inservíveis é parte da estratégia de renovação contínua do parque de equipamentos de TI, na forma da legislação vigente. O levantamento foi realizado e o processo de desmobilização encontra-se suspenso, atendendo à recomendação expressa pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, até o encerramento deste ano eleitoral.

9.1.5.2 - Auditoria Externa de Sistemas - KPMG Auditores Independentes - Cabe à área de tecnologia o acompanhamento das ações decorrentes dos apontamentos dos Relatórios de Auditoria Externa, relativos ao ambiente de TI da EMGEA e dos Sistemas gerenciados pela CAIXA e utilizados para controlar operações da EMGEA. Para tanto, considerando o cronograma estabelecido, esse processo se encontra totalmente normalizado e sob controle. Periodicamente a área aciona a CAIXA e as demais áreas da EMGEA com vistas a verificar o cumprimento das ações, o que vem sendo feito regularmente.

9.1.5.3 - Importação de Arquivos – Esta atividade foi absorvida pela área de tecnologia da EMGEA, dentro do processo de remanejamento de atividades previsto por ocasião da implantação da área de controle interno da EMGEA. Assim, coube à área de tecnologia a execução e o gerenciamento dessa atividade, que vem ocorrendo dentro da normalidade.

9.2 – Ações que não se converteram em resultados em 2010

Listamos a seguir as Ações do Programa 2 – Gerenciamento de Operações com Pessoas Jurídicas que não se converteram em resultado em 2010, não obstante terem merecido empenho das áreas competentes e que permanecerão em desenvolvimento em 2011.

Ação 1 - Entidades de Direito Privado - Realizar leilões de créditos

Quadro LXXVIII - Dados da Ação 1 sem resultado em 2010 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Elaborar projeto de alienação de créditos de responsabilidade de pessoa jurídica
Descrição	Possibilitar, por meio de leilão, a venda dos créditos ao mercado (pessoas físicas e jurídicas).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

O projeto leilão de créditos objetiva:

- Antecipar resultados financeiros;
- Possibilitar o ingresso de recursos no caixa da Empresa;
- Melhorar a composição do Patrimônio Líquido da EMGEA;
- Minimizar os custos com a gestão da carteira;
- Evitar o recebimento de bens em adjudicação;
- Contribuir com o mercado secundário de créditos inadimplidos; e
- Fortalecer a imagem da EMGEA como empresa que busca soluções inovadoras.

Conclusões - Em virtude da elevada gama de informações imprescindíveis para formação dos processos que serão disponibilizados aos investidores para realização das avaliações dos créditos (*due diligence*), essa tarefa demandou, por parte da CAIXA (prestador de serviço) todo o ano de 2010 com previsão de conclusão em fevereiro de 2011.

Uma vez concluído esse levantamento e realizadas as avaliações quanto aos riscos jurídicos e precificação dos créditos, o projeto será levado à apreciação e decisão da EMGEA, com perspectiva de implementação, se aprovado, até o final do primeiro semestre de 2011.

Ação 2 – Entidades de Direito Privado - Liquidandas e Repassadoras - Priorizar a avaliação jurídica sobre os riscos que envolvem os créditos dessa carteira

Quadro LXXIX – Dados da Ação 2 sem resultados em 2010 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Traçar a melhor estratégia para a recuperação desses créditos, com respaldo nas informações jurídicas – CAIXA e EMGEA.
Descrição	À luz da legislação vigente, com o concurso das áreas jurídicas da EMGEA e da CAIXA, avaliar os riscos relacionados aos créditos da carteira.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Conclusões - A análise encontra-se em curso nas áreas jurídicas da EMGEA e da CAIXA, conjuntamente.

Ação 3 - Entidades de Direito Privado - Buscar alternativas para motivar as empresas devedoras no sentido de comporem suas dívidas

Quadro LXXX - Dados da Ação 3 sem resultado em 2010 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Avaliar em conjunto com o Tesouro Nacional e a Administradora do FCVS a possibilidade de transferência de titularidade de créditos das devedoras Liquidandas e Repassadoras junto ao FCVS.
Descrição	Concluindo-se pela viabilidade jurídica, propor ao Tesouro Nacional via Administradora do FCVS, bloqueio de créditos próprios dos devedores da EMGEA (Liquidandas e Repassadoras) junto ao FCVS.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Conclusões - Trata-se de medida que necessita de articulação prévia com o Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional. A ação encontra-se na fase final de levantamentos por parte da CAIXA junto à Administradora do FCVS, a fim de subsidiar proposta desta EMGEA de medidas a serem sugeridas aos órgãos governamentais competentes.

Ação 4 - Entidades de Direito Privado - Buscar junto à área jurídica da EMGEA a contratação de serviços jurídicos externos destinados à elaboração de Parecer sobre a situação jurídica desses Agentes, no que respeita à cobrança judicial e patrimônio alcançável

Quadro LXXXI - Dados da Ação 4 sem resultado em 2010 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Definir a forma, juridicamente viável, de contratação dos serviços jurídicos externos.
Descrição	Contratar serviço jurídico externo para o exame das operações mais relevantes envolvendo as empresas denominadas Liquidandas e Repassadoras, de sorte a definir, principalmente, estratégia de cobrança administrativa e judicial, patrimônio alcançável, responsabilidade solidária de empresas do mesmo grupo econômico, dentre outros aspectos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Conclusões - Por envolver questões eminentemente jurídicas e de grande complexidade, o assunto encontra-se sob a condução da área jurídica da EMGEA, cuja definição deverá ocorrer no segundo trimestre de 2011.

Ação 5 - Entidades de Direito Privado - Desenvolver modelo comercial que permita agilizar e equacionar as pendências de dívidas, oriundas de diferenças de valores geradas pelos créditos imobiliários cedidos e que se encontram na situação de *pro solvendo*

Quadro LXXXII - Dados da Ação 5 sem resultado em 2010 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Eliminar todas as pendências de valores decorrentes de dívidas na situação de <i>pro solvendo</i> .
Descrição	Conferir caráter <i>pro soluto</i> para os créditos na situação de <i>pro solvendo</i> , via critério próprio de negociação desses valores com os agentes envolvidos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Conclusões - Encontra-se na fase final de elaboração, dependendo de informações e dados atualizados, que serão prestados pela CAIXA, no que se refere às pendências de *pro solvendo* a favor da EMGEA.

Ação 6 - Entidades de Direito Privado - Definir estratégia para atuação na recuperação de dívidas vinculadas a devedoras em processo falimentar e em recuperação judicial

Quadro LXXXIII - Dados da Ação 6 sem resultado em 2010 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Definir estratégias para a atuação e recuperação de dívidas vinculadas à carteira de empresas falidas e/ou em recuperação judicial.
Descrição	Elaborar diagnóstico e traçar plano de ação para cada uma das operações vinculadas a devedoras em situação falimentar, com foco inicial nas operações de maior saldo devedor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Conclusões – Essa ação encontra-se em fase de discussão e será priorizada em 2011.

Ação 7 – Rever autorizações de acordos aprovados e não concretizados integralmente

Quadro LXXXIV - Dados da Ação 7 sem resultado em 2010 – Programa 2

Tipo da ação	Não orçamentária
Finalidade	Detectar os entraves que impedem a concretização dos acordos e buscar soluções para sua implementação.
Descrição	Identificar acordos aprovados e não concretizados integralmente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Recuperação de Créditos de Pessoas Jurídicas (DIREJ)

Conclusões - Foram identificados e listados os contratos com acordos aprovados, inicialmente, em 2009 e 2010 e encaminhados à CAIXA para prestar as informações pertinentes. O acompanhamento desses casos é feito mediante pedido de informações quinzenais à CAIXA, sobre o andamento das implementações das medidas aprovadas pela EMGEA.

10 – Informações contábeis da Gestão

10.1 - Informações gerais

Merecem destaque as rubricas a seguir apresentadas.

Quadro LXXXV – Desempenho Econômico-Financeiro
2009 e 2010

Rubricas	Valores em R\$ milhões	
	2009	2010
Ativo Total	23.053,10	21.266,85
Operações de Crédito Imobiliário	7.167,87	5.761,13
Créditos junto ao FCVS	10.884,49	11.039,48
Patrimônio Líquido	8.572,88	8.652,28
Resultado do Exercício	(769,91)	79,40
Descontos Concedidos	1.725,46	1.534,18

Fonte: Demonstrações Contábeis

Observação: Os saldos dos Ativos incluem a provisão para perdas.

A EMGEA apresentou lucro líquido no exercício de 2010 no valor de R\$ 79,40 milhões. A rubrica referente ao Ativo Total da EMGEA em 2010 decresceu 7,75% comparativamente ao exercício anterior, passando de R\$ 23,05 bilhões para R\$ 21,26 bilhões. A redução deveu-se, sobretudo, à liquidação antecipada de dívida das operações de crédito imobiliário, decorrente das medidas de incentivo implantadas pela EMGEA.

No que se refere à contribuição financeira para a sociedade, foram recolhidos à União, estados e municípios, o montante de R\$ 44,65 milhões, a título de impostos e contribuições, conforme a seguir.

Quadro LXXXVI – Impostos e Contribuições
2010

Valores em R\$ milhões	
PASEP	4,56
COFINS	21,01
Outros	19,07
Total	44,65

Fonte: Sistema de Contabilidade - RM Saldus

Adequação às Normas da Contabilidade Internacional

Com ênfase na transparência e nas melhores práticas de governança corporativa, as demonstrações contábeis da EMGEA foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que visam adequar as normas contábeis aplicadas no Brasil às normas internacionais contábeis denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste Relatório de Gestão, na forma do Anexo VI, já seguem as novas regras contábeis.

Gestão Tributária

A EMGEA implantou desde 2009 o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED Contábil), que substituiu os livros contábeis impressos por equivalentes digitais Escrituração Contábil Digital (ECD).

Em 2010, a Empresa iniciou o processo de implantação e adequação de suas escriturações fiscais ao SPED FISCAL. A partir do exercício de 2011, a Empresa estará obrigada à escrituração digital referente à Escrituração Fiscal Digital do PIS e da COFINS (EFD-PIS/COFINS) e do Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico (@LALUR). O processo de implantação e adequação está sendo realizado conjuntamente com a área de tecnologia da EMGEA e a empresa que desenvolveu o sistema de escrituração fiscal.

Estas novas obrigações têm como principal objetivo eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil e na fiscal e assim facilitar o cumprimento das obrigações acessórias.

Cabe destacar, ainda, que a EMGEA possui créditos tributários junto à Receita Federal do Brasil (RFB), originários de recolhimentos a maior de tributos em exercícios anteriores, no montante atualizado de R\$ 1.593,15 milhões, posição de 31.12.2010. Os créditos são corrigidos mensalmente à taxa Selic e vem sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Foram encaminhadas à RFB no exercício de 2010 as Declarações de Compensação no montante de R\$ 65,72 milhões. Para todos os créditos tributários, a EMGEA encaminhou, também, Pedidos de Restituição à RFB, que ainda estão pendentes de manifestação daquele Órgão.

10.2 - Composição Acionária do Capital Social

O capital social da EMGEA é de R\$ 20,01 bilhões, totalmente integralizado pela União.

Na forma do Anexo VI e VII, a EMGEA apresenta, respectivamente, as Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas e o Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Conteúdo Específico

1 – Despesas com ações de Publicidade e Propaganda

Nos termos do Decreto nº 6.555/2008, a EMGEA é integrante do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM e apresentou o seguinte demonstrativo no exercício de 2010.

Quadro LXXXVII – Despesas com ações de Publicidade e Propaganda
2010

Ações	Valores em R\$ 1,00
Publicidade	Valor
Legal	54.686,06
Mercadológica	0,00
Institucional	0,00
Utilidade pública	0,00
Patrocínio	
Contrato Administrativo nº 14/2010 Patrocinada: Associação dos Juizes Federais da 1ª Região – AJUFER CNPJ/MF 02.289.963/0001-82 Evento: 8º Encontro Anual da AJUFER – <i>Justiça Federal – Interiorização e Desafios</i> Data da assinatura: 22.7.2010	60.000,00
Contrato Administrativo nº 21/2010 Patrocinada: Associação dos Servidores da Justiça Federal no Estado de Pernambuco ASSERJUFE-PE CNPJ/MF 04.837.796/0001-92 Evento: VIII Encontro Regional de Juizes Federais da 5ª Região Data da assinatura: 29.9.2010	90.000,00
Total	204.686,06

Fonte: Relatórios Gerenciais da ASSES e ASCOM

No exercício de 2010, a EMGEA não firmou contrato com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.

2 – Remuneração paga aos Administradores, Membros do Conselho de Administração e Fiscal

A remuneração da Diretoria Executiva da EMGEA não se sujeita ao teto constitucional, em vista de a Empresa não receber repasses do Tesouro Nacional para custeio de despesas com pessoal. Dessa forma, os honorários ou remuneração dos dirigentes da EMGEA não são fixados por Decreto do Poder Executivo. A remuneração e as demais vantagens dos membros da Diretoria Executiva são fixadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor.

A remuneração da Diretoria Executiva é composta dos seguintes elementos:

- Gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.
- Os membros farão jus à Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem.

Relativamente à legislação, de acordo com o contido no artigo 21 do Decreto nº 7.122/2010 aplicar-se-ão à EMGEA subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei nº 6.404/1976. Ademais são observadas as disposições da Resolução nº 9/1996 do então Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais Resolução, atual Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST que resolveu em seu Artigo 1º:

Estabelecer que os dirigentes das empresas públicas, sociedade de economia mista e suas controladas e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, promovam alterações nos seus regulamentos internos de pessoal e planos de cargos e salários, ressalvados os direitos adquiridos na forma da legislação vigente, com vistas a:

I - limitar, ao mínimo legal estabelecido na Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e demais normativos vigentes, a concessão das seguintes vantagens:

- a) adicional de férias;
- b) remuneração da hora-extra;
- c) remuneração de Adicional de sobreaviso;
- d) remuneração de Adicional Noturno;
- e) remuneração de Adicional de Periculosidade;
- f) remuneração de Adicional de Insalubridade;
- g) remuneração de Aviso Prévio;
- h) antecipação da gratificação natalina.

Posteriormente, com aprovação do Estatuto da EMGEA, por intermédio do Decreto nº 7.122/2010 (Decreto nº 3.848/2001, revogado pelo Decreto nº 5.434/2005), fez constar a composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Fiscal e da Diretoria Executiva, ficando assim definido:

• CAPÍTULO III- DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º

(...)

§ 5º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

• CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 8º

(...)

§ 3º - É assegurado aos membros da Diretoria Executiva gozo de férias anuais, proporcionais ao período trabalhado no ano respectivo, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem, vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa a férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

§ 4º - Os membros da Diretoria Executiva farão jus à Gratificação de Natal, proporcional ao período trabalhado no respectivo ano, não cumulativa com o eventual recebimento dessa vantagem em seu órgão de origem.

§ 5º - A remuneração e as demais vantagens dos membros da Diretoria Executiva serão fixadas pelo Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação em vigor.

- **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL**

Art. 12

(...)

§ 9º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pelo Ministro de Estado da Fazenda e não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos Diretores da EMGEA, nos termos da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Os quadros demonstrativos da remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal, mês a mês, durante o exercício de 2010 estão no Anexo V deste Relatório de Gestão.

A seguir estão apresentadas as sínteses da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, nos anos de 2008, 2009 e 2010.

**Quadro LXXXVIII – Síntese da remuneração da Diretoria Executiva
2008,2009 e 2010**

Valores em R\$1,00

Diretoria-Executiva			
Remuneração dos Diretores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros:	5	5	5
I- Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) Salário ou pró-labore	586.779,60	676.404,71	743.941,67
b) Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) Remuneração por participação em comitês			
d) Outros	-	-	-
II- Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) Bônus	-	-	-
b) Participação nos resultados	-	-	-
c) Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) Comissões	-	-	-
e) Outros	-	-	-
III-Total da remuneração (I+II)	586.779,60	676.404,71	743.941,67
IV-Benefícios pós-emprego	-	-	-
V- Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI-Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Quadro LXXXIX – Síntese da remuneração do Conselho de Administração
2008,2009 e 2010

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração			
Remuneração dos Diretores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros:	4	4	4
I- Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) Salário ou pró-labore	122.878,64	141.465,09	132.798,20
b) Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) Remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) Outros	-	-	-
II- Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) Bônus	-	-	-
b) Participação nos resultados	-	-	-
c) Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) Comissões	-	-	-
e) Outros	-	-	-
III- Total da remuneração (I+II)	122.878,64	141.465,09	132.798,20
IV- Benefícios pós-emprego			
V- Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI- Remuneração baseada em ações			

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Quadro XC – Síntese da remuneração do Conselho Fiscal
2008,2009 e 2010

Valores em R\$1,00

Conselho Fiscal			
Remuneração dos Diretores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros:	3	3	3
I- Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) Salário ou pró-labore	74.026,41	86.271,91	81.280,15
b) Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) Remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) Outros	-	-	-
II- Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
a) Bônus	-	-	-
b) Participação nos resultados	-	-	-
c) Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) Comissões	-	-	-
e) Outros	-	-	-
III- Total da remuneração (I+II)	74.026,41	86.271,91	81.280,15
IV- Benefícios pós-emprego			
V- Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI- Remuneração baseada em ações			

Fonte: Relatórios Gerenciais da SUPEL

Brasília, 31 de dezembro de 2010.

Josemir Manguiera Assis
Diretor-Presidente

Antonio Luiz Bronzeado
Diretor

Eduardo Pereira
Diretor

Eugen Smarandescu Filho
Diretor

Paulo Roberto Paixão Bretas
Diretor

Anexos

Anexo I – Relatório GT – Controles Internos

Macroprocesso	Processo	Subprocesso	Vinculação	A realizar	Intervenientes	Execução	Prazo	Migração
MP 1 - Gestão das Apólices dos Seguros Habitacionais	P 1 - Gerir a Apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SFH (Apólice Pública)		SUPEF	Normatização e automatização	SUCOD, SUPEF, SUTEC e SUPEL	1 assessor mensal 20 hs/mês	31.8.2010	03.11.2010
MP 1 - Gestão das Apólices dos Seguros Habitacionais	P 2 - Gerir as Apólices do Seguro Habitacional Fora do SFH (Apólices Privadas)					1 assessor mensal 20 hs/mês	30.9.2010	05.11.2010
MP 2 - Administração dos Pagamentos de Obrigações	P 1 - Propor o pagamento das contribuições mensais ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS		SUPEF	Normatização e automatização	SUCOD, SUREF, SUPEF e SUTEC	1 assessor mensal 12 hs/mês	31.7.2010	26.8.2010
MP 2 - Administração dos Pagamentos de Obrigações	P 2 - Administrar obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a Caixa Económica Federal – CAIXA	SP 1 - Propor a realização de ressarcimentos à CAIXA, em face de procedimentos judiciais e extrajudiciais	SUPEF, SUPEJ e COJUR	Aprimorar críticas do SISDEX	SUCOD, SUPEF, COJUR e SUTEC	1 assessor semanal 64 hs/mês	31.7.2010	15.10.2010
MP 2 - Administração dos Pagamentos de Obrigações	P 2 - Administrar obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a Caixa Económica Federal – CAIXA	SP 2 - Propor a realização de ressarcimentos à CAIXA, em face de depósitos judiciais ou recursais	SUPEF, SUPEJ e COJUR	Normatização e automatização	SUCOD, SUPEF, COJUR e SUTEC	1 assessor semanal 8 hs/mês	31.7.2010	15.10.2010
MP 3 - Manutenção Operacional	P 1 - Aferir a quantidade de contratos passíveis de remuneração à CAIXA		SUPEF, SUPEJ, SUREF e COJUR	Normatização e automatização	SUPEF, SUPEJ, SUREF, COJUR, SUCOD e SUTEC	1 assessor mensal 8 hs/mês	31.8.2010	22.10.2010
MP 3 - Manutenção Operacional	P 2 - Administrar baixas de contratos liquidados ou decursados		SUPEF	Repensar o processo	SUCOD, SUPEF e SUTEC	1 assessor semestral 8 hs/mês	30.6.2010	31.8.2010
MP 3 - Manutenção Operacional	P 3 - Gerir o Sistema Interno de Cobrança – SISCOB		SUPEF	Repensar o processo	SUCOD, SUPEF e SUTEC	1 assessor 8 hs/mês	30.6.2010	31.8.2010
MP 3 - Manutenção Operacional	P 4 - Autorizar à CAIXA a realizar despesas de condomínio (na fase de execução ou para viabilizar o registro de carta de arrematação no Cartório de Registro de Imóveis)		SUPEF	Repensar e normatizar o processo	SUCOD, SUPEF e SUTEC	1 assessor eventual 16 hs/mês	30.6.2010	22.11.2010
MP 3 - Manutenção Operacional	P 5 - Dar tratamento aos arquivos operacionais		SUTEC	Complementar a migração para a SUTEC	SUCOD e SUTEC	1 assessor mensal 4 hs/mês	30.4.2010	9.4.2010
MP 3 - Manutenção Operacional	P 6 – Gerir cadastros restritivos (CADIN, SERASA, SPC)		SUPEF	Avaliar o processo	SUPEF, SUPEJ, SUCOD e SUTEC	1 assessor eventual 2 hs/mês	30.6.2010	15.7.2010
MP 4 - Administração de Direitos	P 1 - Controlar a arrecadação recebida		SUFIN	Aprimoramentos no SISCAR e definição do gestor do SISCAR	SUCOD, SUTEC, SUPEF, SUPEJ e SUREF	1 assessor diária 60 hs/mês	30.9.2010	
MP 4 - Administração de Direitos	P 2 - Gerir o contrato de cessão de créditos com a União (nº 235/PGFN/CAF, de 31.5.2005)		SUFIN	Normatização e automatização	SUCOD, SUTEC e SUFIN	1 Assessor-Sênior Mensal 12 hs/mês	1º.6.2010	18.5.2010
MP 4 - Administração de Direitos	P 3 - Controlar os créditos detidos em títulos CVS		SUFIN	Normatização e automatização	SUCOD, SUTEC e SUFIN	1 Assessor-Sênior mensal	31.3.2010	23.3.2010

Macroprocesso	Processo	Subprocesso	Vinculação	A realizar	Intervenientes	Execução	Prazo	Migração
						12 hs/mês		
MP 4 - Administração de Direitos	P 4 - Controlar a qualidade dos créditos próprios da CAIXA recebidos em cessão pela EMGEA, no que tange à existência, certeza e liquidez		SUPEF, SUPEJ e SUREF	Estruturar o processo	SUCOD, SUTEC, SUPEF, SUPEJ e SUREF		31.8.2010	
MP 5 - Administração de Obrigações	P 1 - Administrar dívidas de longo prazo		SUFIN	Normatização e automatização	SUCOD, SUTEC e SUFIN	1 assessor mensal 50 hs/mês	1º.6.2010	18.5.2010
MP 5 - Administração de Obrigações	P 2 - Administrar as obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a CAIXA	SP 1 - Propor o pagamento da remuneração à CAIXA em face da administração de contratos habitacionais, dos serviços jurídicos, da realização de FCV'S e da arrecadação de créditos imobiliários	SUPEF, SUPEJ, SUREF e COJUR	Normatização e automatização	SUCOD, SUPEF, SUPEJ, SUREF, COJUR e SUTEC	1 assessor mensal 10 hs/mês	31.8.2010	22.10.2010
MP 5 - Administração de Obrigações	P 2 - Administrar as obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a CAIXA	SP 2 - Propor o pagamento da remuneração à CAIXA em face da prestação de serviços de contabilidade	SUCON	Normatização	SUCOD e SUCON	1 assessor mensal 2 hs/mês	31.3.2010	2.3.2010
MP 5 - Administração de Obrigações	P 2 - Administrar as obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a CAIXA	SP 3 - Validar a remuneração à CAIXA em face do recebimento de valores por meio de boletos de cobrança em sistema próprio daquela Instituição	SUPEF	Normatização	SUCOD, SUPEF, SUFIN e SUTEC	1 assessor mensal 2 hs/mês	30.6.2010	18.8.2010
MP 5 - Administração de Obrigações	P 2 - Administrar as obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a CAIXA	SP 4 - Propor o ressarcimento de despesas com emissão de certidões e averbações da cessão de créditos da União	SUPEF	Normatização	SUCOD, SUPEF e SUTEC	1 assessor eventual 8 hs/mês	30.6.2010	16.7.2010
MP 5 - Administração de Obrigações	P 2 - Administrar as obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a CAIXA	SP 5 - Propor o ressarcimento de despesas decorrentes do cadastramento e uso do Serviço de Proteção ao Crédito – SPC em Fortaleza/CE	SUPEF	Normatização	SUCOD, SUPEF e SUTEC	1 assessor mensal 2 hs/mês	30.6.2010	16.7.2010
MP 5 - Administração de Obrigações	P 2 - Administrar as obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a CAIXA	SP 6 - Propor o ressarcimento de despesas com a realização de pesquisas e emissão de certidões pontualmente demandadas pela SUPEJ	SUPEJ	Normatização	SUCOD, SUPEJ e SUTEC	1 assessor eventual 8 hs/mês	31.7.2010	26.8.2010
MP 5 - Administração de Obrigações	P 2 - Administrar as obrigações pecuniárias do contrato de prestação de serviços com a CAIXA	SP 7 - Propor o ressarcimento de despesas com laudos de avaliação realizados por autorização da SUPEF e SUPEJ (empreendimentos incentivados e demandas judiciais)	SUPEF e SUPEJ	Normatização	SUCOD, SUPEF, SUPEJ e SUTEC	1 assessor eventual 12 hs/mês	15.7.2010	20.8.2010 e 23.8.2010

Anexo II – Quadro dos Controles Internos

ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS
2010

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e				X	

indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais: Na análise das assertivas foram consideradas a atuação da Diretoria, Auditoria Interna, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Auditores Independentes. Considerou-se também como subsídio o resultado do diagnóstico do ambiente de Gestão da EMGEA, que envolveu pesquisa junto aos Diretores e aos comissionados nas funções de Superintendente-Executivo e correlatos e Gerente-Executivo, no contexto de elaboração do Planejamento Estratégico da Empresa, realizado ao final de 2010 no âmbito do Programa Parceiros para a Excelência – PAEX, conduzido pela Fundação Dom Cabral. As respostas finais refletem a percepção consolidada da Administração da Empresa.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Anexo III – Quadro da Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS
2010

Aspectos sobre a gestão ambiental Licitações Sustentáveis	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <ul style="list-style-type: none"> ➤ Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil polibromados, éteres defenil-polibromados em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). O acondicionamento deverá ser em embalagem que utilize materiais recicláveis. 				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>	X				
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <ul style="list-style-type: none"> ➤ A EMGEA tem considerado a Certificação de Compatibilidade com a Norma IEC 60950 – INMETRO, Norma NBR 10152 (emissão de ruído ambiente em escritórios de atividades diversas). 		X			
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <ul style="list-style-type: none"> ➤ Desde 2002, a EMGEA ocupa a atual sede que, na época de sua reforma, contemplou a compra de produtos capazes de permitir menor consumo de energia e água e, desde então, a EMGEA tem mantido suas instalações com os mencionados produtos. 		X			
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <ul style="list-style-type: none"> ➤ Desde 2010, a EMGEA somente utiliza papel reciclado para o desenvolvimento de seus trabalhos vinculados à papelaria da Empresa – cartões de visita, envelopes, papel ofício, pastas para processos. 					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade</p>				X	

de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <ul style="list-style-type: none"> ➤ A EMGEA desenvolveu campanhas internas de conscientização por meio da distribuição de <i>folders</i>, comunicados e a realização de palestras para os colaboradores da Empresa. 				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? <ul style="list-style-type: none"> ➤ Desde sua criação, a Comissão Para Coleta Seletiva Solidária da Empresa promoveu a coleta de 7.235 kg de papel e de material reciclável, que foram destinados a cooperativas de catadores de papel habilitadas. No último exercício foram implementadas diversas ações de comunicação, entre as quais a disponibilização da Cartilha “Coleta Seletiva Solidária – Cidadania, Oportunidade de Renda e Inclusão Social”, publicada por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, coordenada pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, com apoio da Caixa Econômica Federal, a exibição de filmes e a realização de palestras voltadas à conscientização socioambiental. A EMGEA, por suas áreas técnicas afetas, também estimulou seus colaboradores a racionalizar o consumo de papel e a impressão de documentos, criando ilhas de impressão em suas dependências. 					X
Considerações Gerais: O questionário foi respondido pelos Gestores das áreas de Pessoas e Logística, Tecnologia da Informação e representantes da Comissão para Coleta Seletiva Solidária da EMGEA. A consolidação das respostas foi efetuada mediante consenso.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Anexo IV - Quadro Gestão de TI

GESTÃO DE TI
2010

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	18				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	25%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações gerais: O questionário foi respondido pelos Gestores da Área de Tecnologia da Informação, composta pela Superintendência de Tecnologia, pela Gerência de Desenvolvimento de Sistemas e pela Gerência de Rede e Suporte Técnico aos Usuários. A consolidação das respostas foi efetuada mediante consenso. O percentual constante do item 12 foi informado levando-se em consideração o foco de desenvolvimento de soluções de TI.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Anexo V – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Araújo, M. L. F.	-	-	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	2.188,03	3.132,86	2.088,57	2.088,57	2.088,57	2.088,57	3.132,86	26.753,58
Assis, J. M.	-	-	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	2.188,03	3.132,86	2.088,57	2.088,57	2.088,57	2.088,57	3.132,86	26.753,58
Bath, S. E. R.	-	-	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	2.188,03	3.132,86	2.088,57	2.088,57	2.088,57	2.088,57	3.132,86	26.753,58
Moraes, L.	-	27/4	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	-	-	-	-	-	-	-	9.945,55
Munck, R.C.V.	29/6	-	-	-	-	-	-	-	-	2.088,57	2.088,57	2.088,57	2.088,57	3.132,86	11.487,14
Oliveira, M.A.	-	28/6	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	2.188,03	3.132,86	-	-	-	-	-	15.266,44
Vieira, A.P.L.	27/4	-	-	-	-	-	-	-	2.088,57	2.262,62	2.088,57	2.088,57	2.088,57	3.132,86	13.749,76

Valores em R\$1,00

Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro	T/S	Período		Remuneração												
		Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Almeida, V.S.	T	27/4	-	-	-	-	-	-	2.088,57	2.262,62	2.088,57	2.088,57	2.088,57	2.088,57	3.132,86	15.838,33
Castro, P.S.C.	T	-	-	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	2.188,03	3.132,86	2.088,57	2.088,57	2.088,57	2.088,57	3.132,86	26.753,58
Lima, K. A. Z.	T	-	-	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	2.188,03	3.132,86	2.088,57	2.088,57	2.088,57	2.088,57	3.132,86	26.753,58
Silva, S.D.S.	T	-	27/5	-	1.989,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.989,11
Vérri, A. S.	T	-	27/5	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	1.989,11	-	-	-	-	-	-	-	9.945,55
Ortegal, A.L.C.	S	18/8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lima, M.T.P.	S	15/7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rocha, C.F.	S	15/7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observação: T = Titular S = Suplente

Anexo VI - Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Balancos Patrimoniais			
<i>Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009</i>			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Ativo	Nota	31.12.2010	31.12.2009
Circulante		3.567.522	4.000.302
Disponibilidades		177.655	209.553
Caixa e equivalentes de caixa	4	177.655	209.553
Recebíveis de mutuários		2.477.711	2.901.594
Operações de crédito imobiliário	5.a	2.477.711	2.901.594
Outros recebíveis		912.156	889.155
Recebíveis por cessão de créditos	6	506.273	511.443
Créditos adquiridos	7	60.629	258.360
Outros créditos a receber	8	345.254	119.352
Ativos não circulantes mantidos para venda		342.192	416.558
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	342.192	416.558
Não circulante		17.357.138	18.636.241
Realizável a longo prazo		17.354.815	18.633.815
Recebíveis de mutuários		3.283.423	4.266.277
Operações de crédito imobiliário	5.a	3.283.423	4.266.277
Outros recebíveis		12.615.313	13.212.224
Créditos vinculados – SFH	10	11.039.482	10.884.500
Recebíveis por cessão de créditos	6	1.529.664	2.067.579
Outros créditos a receber	11	46.167	260.145
Créditos tributários		1.456.079	1.155.314
Impostos e contribuições a recuperar	12	1.456.079	1.155.314
Imobilizado		2.323	2.426
Imobilizado de uso	13	2.323	2.426
Total		21.266.852	23.053.101

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.12.2010	31.12.2009
Circulante		2.423.785	2.792.609
Passivos financeiros		1.982.395	2.406.297
Financiamentos	14	1.982.395	2.406.297
Outras obrigações		441.390	386.312
Obrigações com pessoal	15	1.941	1.459
Obrigações com fornecedores	16	22.629	25.581
Obrigações tributárias	17	1.350	1.142
Obrigações por repasses	18	22.846	25.703
Obrigações com mutuários	19	296.581	283.579
Provisão para demandas judiciais	20	11.791	10.031
Demais obrigações	21	84.252	38.817
Obrigações relacionadas a ativos mantidos para venda		16.779	11.789
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	22	16.779	11.789
Não circulante		10.174.002	11.675.817
Passivos financeiros		10.174.002	11.675.817
Financiamentos	14	10.174.002	11.675.817
Patrimônio líquido	23	8.652.286	8.572.886
Capital social		20.010.219	20.010.219
Prejuízos acumulados		(11.357.933)	(11.437.333)
Total		21.266.852	23.053.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Nota	31.12.2010	31.12.2009
Receita com juros e similares	24.a	2.136.227	2.546.145
Despesas com juros e similares	24.b	(889.165)	(1.016.621)
Receita líquida com juros e similares		1.247.062	1.529.524
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	24.c	(1.356.143)	(1.805.635)
Provisões (reversões) líquidas		407.365	186.704
Descontos concedidos		(1.534.184)	(1.725.464)
Perdas em operações de adjudicações e arrematação		(229.324)	(266.875)
Outras receitas (despesas) operacionais	24.d	126.645	75.123
Resultado operacional líquido		17.564	(200.988)
Despesas administrativas	24.e	(255.531)	(281.008)
Despesas com pessoal		(12.292)	(11.680)
Outras despesas administrativas		(243.239)	(269.328)
Ganhos (perdas) com outros recebíveis (líquidas)	24.f	10.306	(1.017.797)
Provisões (reversões) para perdas com outros recebíveis		7.209	26.714
Variações cambiais (líquidas)		(73.948)	(1.017.522)
Outras receitas (despesas)		77.045	(26.989)
Provisão demandas judiciais		(1.761)	(1.540)
Receitas com créditos tributários	24.g	341.262	659.813
Resultado líquido com ativos mantidos para venda	24.h	(46.653)	(9.212)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		65.187	(850.732)
Receitas Financeiras	24.i	25.259	85.022
Despesas Financeiras	24.j	(11.046)	(4.205)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		79.400	(769.915)
Imposto de renda e contribuição social	24.k	-	-
Resultado líquido do exercício		79.400	(769.915)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Capital social realizado	(Prejuízos) acumulados	-	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	20.010.219	(10.667.418)		9.342.801
Prejuízo líquido do exercício	-	(769.915)		(769.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	20.010.219	(11.437.333)		8.572.886
Lucro líquido do exercício	-	79.400		79.400
Total do resultado abrangente	-	-		-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.010.219	(11.357.933)		8.652.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009**(Em milhares de Reais)*

	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	1.007.545	1.177.314
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	79.400	(769.915)
Depreciação	688	638
Resultado na baixa de ativos imobilizados	(0)	(3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(696.264)	(567.328)
Provisão para perdas	64.467	(153.742)
Provisão com demandas judiciais	1.761	1.540
Descontos concedidos	1.534.184	1.725.464
Resultado nas variações cambiais não realizadas	77.393	849.563
Resultado da inflação dos Estados Unidos da América	(54.084)	91.097
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução das operações de crédito imobiliário	568.817	481.024
(Aumento) redução dos recebíveis por cessão de créditos	519.776	734.558
(Aumento) redução de créditos adquiridos	197.731	(16.369)
(Aumento) redução dos ativos não circulantes mantidos para venda	26.732	(6.335)
(Aumento) redução de créditos vinculados - SFH	(443.882)	(1.079.395)
(Aumento) redução de outros créditos a receber	(1.915)	81.384
(Aumento) redução nos impostos e contribuições a recuperar	(38.709)	(57.307)
Aumento (redução) de obrigações com pessoal	481	(90)
Aumento (redução) de obrigações com fornecedores	(2.952)	(214)
Aumento (redução) de obrigações tributárias	209	(3.188)
Aumento (redução) de obrigações por repasse	(2.857)	4.216
Aumento (redução) de obrigações com mutuários	13.002	50.779
Aumento (redução) de demais obrigações	45.435	3.995
Aumento (redução) em passivos relacionados a ativos mantidos para venda	4.990	8.854
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.894.403	1.379.226
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(587)	(806)
Alienação do ativo imobilizado	3	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(584)	(804)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de financiamentos	(1.925.717)	(1.932.307)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(1.925.717)	(1.932.307)
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	(31.898)	(553.885)
Modificação na posição financeira		
No início do exercício	209.553	763.438
No fim do exercício	177.655	209.553
Diminuição líquida do caixa e equivalente de caixa	(31.898)	(553.885)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

a) Introdução

A Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) é uma empresa pública federal, de natureza não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda, com capital integralmente da União, criada no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, com base na autorização contida na Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001.

Tem como objetivo adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da Administração Pública Federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Com sede em Brasília, Distrito Federal, é regida pelo seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.122, de 3 de março de 2010 e pela legislação aplicável.

A EMGEA está situada no Setor Bancário Sul – Quadra 2 – Bloco B – Subloja e 1º Subsolo – Edifício São Marcus, em Brasília (DF) – CEP 70070-902.

b) Estrutura e forma de atuação

Quando de sua constituição, a EMGEA tornou-se cessionária de créditos originários da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de outros agentes financeiros, integrantes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Hipotecário (SH), que tiveram seus contratos cedidos àquela Instituição. Em contrapartida, assumiu passivos de responsabilidade da CAIXA com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações de Baixa Renda (FAHBRE) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), em montante correspondente ao valor da cessão.

Desde então, a EMGEA tem atuado para o restabelecimento do fluxo financeiro de seus ativos, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro da Empresa e minimizar a necessidade de aporte de capital por parte do Tesouro Nacional.

Parte significativa dos créditos recebidos quando da constituição da Empresa possui baixa capacidade de realização, pouca liquidez e reduzida rentabilidade. Diante disso e com base em seu fluxo de caixa projetado, a Administração da EMGEA avalia em conjunto com o Acionista Controlador se existe o indicativo da necessidade de alienação de parte de seus ativos ou de recomposição de seu capital social para que seja mantido o equilíbrio financeiro da Empresa.

É de se ressaltar, por outro lado, que a EMGEA tem implantado medidas de incentivo à regularização dos contratos, capazes de acelerar liquidações, bem como a reestruturação de seus créditos, que viabilizam não só a realização desses ativos, como também incremento do ingresso de recursos.

A administração da carteira de financiamentos imobiliários, que envolve acompanhamento, controle e cobrança administrativa e judicial dos contratos cedidos, é feita pela CAIXA, nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com aquela Instituição.

Por se tratar de empresa pública federal vinculada ao Ministério da Fazenda, de natureza não financeira, a EMGEA não possui nenhuma exigência de capital referida por órgãos externos e/ou reguladores.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que visam adequar as normas contábeis aplicadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade.

As modificações introduzidas pelos novos pronunciamentos caracterizam-se como mudança de prática contábil nos termos do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e correção de erros e, portanto, os ajustes, quando aplicáveis, devem ser registrados de forma retrospectiva. A data de transição para adoção dos novos pronunciamentos é 1º de janeiro de 2009.

A Administração revisou os pronunciamentos aplicáveis à sua atividade e operações, e concluiu que não existe ajuste relevante retrospectivo a ser feito na data de transição.

b) Continuidade

A Administração avaliou a viabilidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que a EMGEA possui recursos para dar continuidade a suas atividades no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando diante dos objetivos para a qual foi constituída conforme mencionado na nota nº 1. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas com base nesse pressuposto.

c) Base de mensuração

Os ativos da EMGEA são contabilizados com base no custo histórico, com exceção dos ativos não circulantes disponíveis para venda, os quais são mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da EMGEA. As informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das demonstrações contábeis da EMGEA, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo os mais relevantes (nota 3j):

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Provisão para perdas com o Fundo de Variações Salariais (FCVS)
- Provisão sobre o saldo de impostos e contribuições a recuperar
- Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de incertezas inerentes ao processo de sua determinação.

Tais estimativas e premissas são revisadas em base contínua e consideram, quando aplicável, a experiência passada observada. Os resultados originados das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

f) Conclusão das demonstrações contábeis

A aprovação e autorização para a conclusão e publicação dessas demonstrações contábeis foram concedidas de acordo com a deliberação da Diretoria em 12 de abril de 2011 e pelo Conselho de Administração em 19 de abril de 2011.

3 - Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Reconhecimento de receitas e despesas

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros e designados ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa de juros é registrada utilizando a taxa de juros efetiva.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando os termos contratuais do instrumento financeiro, não incluindo perdas futuras em operações de financiamento.

As receitas e despesas com juros e similares estão apresentadas na demonstração do resultado.

As receitas com taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo financeiro e incluem a taxa de risco de crédito, administração do contrato e os encargos por inadimplência.

c) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos por taxa de câmbio da moeda funcional nas datas dos balanços.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

d) Instrumentos financeiros ativos e passivos

i. Reconhecimento dos ativos

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Empresa incluem principalmente caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de mutuários do sistema financeiro de habitação, créditos com o FCVS, e outros recebíveis.

Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles designados a valor justo contra resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual a EMGEA se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

ii. Mensuração

Esses ativos e passivos são mensurados por meio do custo amortizado e/ou valor justo como segue:

- ***Mensuração a custo amortizado***

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, e quaisquer reduções por não recuperação ou impossibilidade de cobrança.

- ***Mensuração ao valor justo***

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço. Quando disponível, a EMGEA determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo e/ou contrata avaliações para obter o valor justo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

- iii. ***Identificação e mensuração de redução ao valor recuperável dos ativos***

Em cada data de balanço, a EMGEA avalia o saldo contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Se há evidências objetivas de que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o saldo contábil líquido ao valor recuperável.

- iv. ***Baixa***

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos.

A baixa de passivos financeiros é efetuada quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações financeiras, com prazos originais na data da efetiva aplicação iguais ou inferiores a 90 dias, com baixo risco de mudança de valor, em razão de alteração nas taxas de juros e que são usados pela empresa para atender a compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são demonstradas com base nos valores nominais aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

- i. ***Gerenciamento de risco***

A Administração da EMGEA adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas em contas correntes e em fundos de investimento na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil S.A., minimizando assim, o risco de crédito desses ativos financeiros.

f) Recebíveis de mutuários

Recebíveis de mutuários incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, relativos a operações de créditos imobiliários realizadas originalmente pela CAIXA e cedidas à EMGEA.

São demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função das taxas de juros e da fluência dos prazos contratuais das operações.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar.

O valor contabilizado do ativo é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado, demonstrado em “perdas com ativos financeiros”.

As reversões subsequentes de provisão, por recuperação ou liquidação da dívida, são apresentadas na demonstração de resultado e creditadas em “perdas com ativos financeiros”.

A EMGEA aprovou medidas de incentivo à aceleração de liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais, com ou sem a cobertura do FCVS, e ratificou outras medidas de igual natureza adotadas pela CAIXA, as quais podem resultar na redução substancial do saldo devedor.

As despesas com descontos decorrentes dessas medidas são reconhecidas diretamente no resultado no momento da liquidação ou da renegociação de seus contratos, e estão apresentadas nas demonstrações de resultado em “perdas com ativos financeiros”.

i. *Perdas em operações de crédito*

As diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação dos imóveis vinculados como garantia, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação, são registradas em contas a receber como créditos remanescentes, sendo simultaneamente constituída provisão de igual valor para perdas na realização desses valores, no caso de pessoa jurídica, e apropriada no resultado, no caso de pessoa física.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado em “perdas com ativos financeiros”.

ii. *Reestruturação de contratos*

Quando possível, a EMGEA procura reestruturar seus créditos em vez de adjudicar a garantia vinculada. Isso pode envolver a extensão do prazo de pagamento e o acordo de novas condições ao financiamento.

Quando os prazos dos financiamentos são renegociados, qualquer redução ao valor recuperável é mensurada utilizando a taxa efetiva original, antes da modificação desses prazos, e é reconhecida no resultado em “perdas com ativos financeiros”.

A EMGEA revisa continuamente os contratos reestruturados para garantir o cumprimento dos critérios e a realização dos respectivos pagamentos.

Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, considerando-se o novo valor calculado, com base na taxa efetiva do empréstimo.

iii. *Baixa*

Os ativos e as correspondentes provisões são baixados quando há remota probabilidade de recuperação.

A recuperação de valores previamente baixados é reconhecida na demonstração de resultados em “outras receitas operacionais”.

Os recebíveis de mutuários que atingem 360 dias de atraso são baixados contra a provisão para perdas na redução ao valor recuperável, com exceção da parcela do saldo residual a receber do FCVS quando financiamento com cobertura daquele Fundo.

g) *Ativos não circulantes mantidos para a venda*

São reconhecidos pelo menor dos dois valores entre o valor contábil e o valor líquido de venda mensurado na data em que forem classificados nessa categoria.

Esses ativos não são depreciados enquanto permanecerem classificados nessa categoria e o seu valor líquido de venda é mensurado pelo valor justo menos o custo estimado para vender o bem.

Perdas no valor recuperável de um ativo destinado à venda como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidos em “Provisões para desvalorizações” na demonstração consolidada do resultado.

Os ganhos decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) somente são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas previamente reconhecidas naquelas provisões.

A diferença entre o valor de alienação do ativo e o seu valor contábil é reconhecida na demonstração do resultado, em “Lucro na alienação de bens não de uso”, quando positiva, e em “Prejuízo na alienação de imóveis”, quando negativa.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação disponibilizado pela CAIXA e inclui o custo do laudo de avaliação dos imóveis e comissão de venda.

h) Ativo imobilizado

O grupo do ativo imobilizado é representado pelos ativos tangíveis e está registrado contabilmente pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para o exercício atual e comparativos são:

Móveis, máquinas e equipamentos	10 anos
Sistemas de informática	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos

i) Impostos e contribuições

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social com base na alíquota de 9%, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos, quando aplicável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Os tributos PASEP e COFINS são apurados de acordo com a legislação tributária em vigor e estão apresentados na demonstração de resultados incluídos nos respectivos grupos de receitas que lhes deram origem.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são constituídas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- ***Provisão para créditos de liquidação duvidosa***

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é efetuada de acordo com o provável valor de realização dos créditos. A Administração revisa periodicamente sua carteira de operações de crédito imobiliário a mutuários e outros recebíveis, para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações. Nas análises, entre outros aspectos, são considerados agrupamentos de operações com características de riscos semelhantes, qualidade do crédito, níveis de inadimplência e comportamento histórico da carteira.

Ao avaliar o valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas dos valores de perdas incorridos, probabilidade de inadimplência e prazo de recuperação, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas. Também são consideradas as influências econômicas que possam afetar a carteira de créditos.

Adicionalmente, são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão sobre o valor das dívidas vencidas e vincendas dos contratos de operações de crédito imobiliário, de responsabilidades de mutuários pessoas físicas firmados com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e de pessoas jurídicas.

A Administração monitora periodicamente os contratos individualmente para detectar as perdas específicas. Os resultados dessas análises, com base principalmente no comportamento histórico das operações, são utilizados como indicadores para avaliar e permitir que a Administração verifique se as provisões para operações de créditos de liquidação duvidosa estão constituídas em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

A apuração das estimativas com a redução ao valor recuperável de financiamentos a mutuários é divulgada com mais detalhes nas notas 5.c e 5.d.

▪ **Provisão para perdas com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)**

A gestão de créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) objetiva tornar líquido e certo o valor devido pela Empresa, para permitir que a União possa saldá-lo com títulos CVS emitidos pelo Tesouro Nacional. A realização desses créditos compreende as etapas de habilitação, validação e novação dos créditos, conforme a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000 e legislações sucedâneas.

A Administração da EMGEA implementou processo de análise e conferência das condições dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes dos contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Dessa forma a provisão para créditos com o FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, considerando-se o histórico de perdas por negativas de cobertura atribuídas pelo referido Fundo.

A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS. A apuração das estimativas relacionadas ao valor de FCVS a receber é divulgada com mais detalhes na nota 11.

▪ **Impostos e contribuições a recuperar**

Os impostos e contribuições a recuperar oriundos de pagamentos a maior de exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no corrente exercício foram reconhecidos contabilmente com base no direito sobre esses créditos e mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o ente tributante.

A provisão vem sendo ajustada periodicamente e leva em consideração além do potencial de realização, o fato dos respectivos impostos e contribuições contarem ou não com pedidos de restituição/compensação e/ou revisão do órgão regulador com relação à apuração desses valores.

Os créditos são corrigidos à taxa SELIC conforme disposto no artigo 39 da Lei nº 9.250/95 e vêm sendo utilizados em compensações no pagamento de tributos.

Os valores relacionados a impostos e contribuições a recuperar estão divulgados na nota 14.

▪ **Provisão para demandas judiciais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, da seguinte forma:

- i. Uma provisão deve ser reconhecida quando:
 - a. A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado;
 - b. Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
 - c. Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

- ii. Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a EMGEA reconhece uma provisão, e quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A apuração das provisões relacionadas a passivos contingentes é divulgada na nota 22.

k) Passivos financeiros – financiamentos

Incluem os passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis cedidos pela CAIXA à EMGEA, quando da sua constituição.

Os financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado e acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados estão apresentados na demonstração de resultado em “despesa com juros e similares”.

A parcela dos financiamentos a pagar, até 12 meses após a data do balanço, está classificada no passivo circulante, e acima de 12 meses, no não circulante.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Disponibilidade em moeda nacional (caixa)	517	294
Aplicações financeiras (i)	177.138	209.259
Total de caixa e equivalente de caixa	177.655	209.553

i) Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo em fundo de investimento de liquidez diária, que são atualizadas pelo valor da cota divulgada pelo fundo, cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo.

b) Composição das aplicações financeiras

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Operações Compromissadas (OCP)	320	148
Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B)	4.087	-
Notas do Tesouro Nacional, série F (NTN-F)	34.875	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.786	1.966
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-
BB Extra-Mercado Exclusivo 31	41.068	2.114
Fundo BB Extra-Mercado	136.070	207.145
Total	177.138	209.259

5 - Recebíveis de mutuários

O saldo dos recebíveis de operações de crédito imobiliário é composto por contratos de responsabilidade de mutuários pessoas físicas, com e sem cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e de pessoas jurídicas, representadas por Construtoras, Cooperativas Habitacionais, Liquidandas e Repassadoras, Estados e Municípios, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2029.

a) Composição da carteira de crédito imobiliário

Descrição	31.12.2010		
	Circulante	Longo prazo	Total
Saldo devedor (i)	3.930.029	5.199.015	9.129.044
Valores a receber (ii)	13.220.282	-	13.220.282
Rendas a apropriar	(6.494.553)	-	(6.494.553)
Diferencial de juros (iii)	(104.260)	(227.226)	(331.486)
Fundo de equalização (iv)	(612.460)	-	(612.460)
Outros valores (v)	<u>11.556</u>	<u>3.920</u>	<u>15.476</u>
Subtotal	9.950.594	4.975.709	14.926.303
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.472.883)	(1.692.286)	(9.165.169)
Total	2.477.711	3.283.423	5.761.134

Descrição	31.12.2009		
	Circulante	Longo prazo	Total
Saldo devedor (i)	4.724.714	6.462.666	11.187.380
Valores a receber (ii)	13.237.790	-	13.237.790
Rendas a apropriar	(6.407.141)	-	(6.407.141)
Diferencial de juros (iii)	(94.996)	(263.745)	(358.741)
Fundo de equalização (iv)	(647.116)	-	(647.116)
Outros valores (v)	<u>14.292</u>	<u>2.840</u>	<u>17.132</u>
Subtotal	10.827.543	6.201.761	17.029.304
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.925.949)	(1.935.484)	(9.861.433)
Total	2.901.594	4.266.277	7.167.871

- i) O saldo devedor corresponde à dívida vincenda dos contratos de financiamentos imobiliários.
- ii) O saldo de valores a receber corresponde à dívida vencida dos contratos de financiamentos imobiliários.
- iii) O diferencial de juros, instituído pela Lei nº 10.150/2000, corresponde à diferença entre as taxas de juros estabelecidas contratualmente com os tomadores dos financiamentos imobiliários com direito à cobertura do FCVS e os juros estabelecidos

para novação desses contratos com a administradora do Fundo, respeitadas as origens dos recursos, sendo 3,12% ao ano para as operações com recursos originários do FGTS e 6,17% ao ano para as operações originadas com recursos de outras fontes. Esse diferencial de juros, por não ser passível de recebimento do Fundo, quando do decurso de prazo ou de liquidação antecipada, está registrado como redutor do saldo das operações de crédito imobiliário com cobertura do FCVS.

iv) O Fundo de Equalização corresponde ao valor de uma reserva transferida pela CAIXA, na época da constituição da EMGEA, para a cobertura dos descontos quando concedidos para contratos amparados em legislação específica, cuja origem de recursos se refere a repasses do FGTS. A regra de utilização desse Fundo estabelece que 50% dos prejuízos gerados nas operações de crédito oriundas de empreendimentos com condições especiais definidas pelo Voto CAIXA nº 25/97 serão amortizados até o limite do saldo do Fundo, e o restante será amortizado pelo detentor do crédito.

v) Outros valores incluem os saldos de vendas parceladas de imóveis e valores não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos.

b) Distribuição por tipo de financiamento

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2010		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa física	1.865.218	9.839.937	11.705.155
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(740.466)</u>	<u>(5.573.175)</u>	<u>(6.313.641)</u>
Total pessoa física	1.124.752	4.266.762	5.391.514
Pessoa jurídica - Setor privado	-	3.467.696	3.467.696
Pessoa jurídica - Setor público	-	350.436	350.436
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor privado	-	(2.848.396)	(2.848.396)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa- Setor público	-	(3.132)	(3.132)
Fundo de equalização	-	<u>(612.460)</u>	<u>(612.460)</u>
Total pessoa jurídica	-	354.144	354.144
Outros valores	-	15.476	15.476
Total	1.124.752	4.636.382	5.761.134

Descrição	31.12.2009		
	Com cobertura do FCVS	Sem cobertura do FCVS	Total
Pessoa física	2.138.285	11.515.100	13.653.385
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(827.308)</u>	<u>(5.853.599)</u>	<u>(6.680.907)</u>
Total pessoa física	1.310.977	5.661.501	6.972.478
Pessoa jurídica – Setor privado	-	3.572.653	3.572.653
Pessoa jurídica – Setor público	-	433.250	433.250
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor privado	-	(3.180.526)	(3.180.526)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Setor público	-	-	-
Fundo de equalização	-	<u>(647.116)</u>	<u>(647.116)</u>
Total pessoa jurídica	-	178.261	178.261
Outros valores	-	17.132	17.132
Total	1.310.977	5.856.894	7.167.871

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A composição por vencimento e perfil da carteira está demonstrada abaixo:

i. Em 31 de dezembro de 2010:

Faixa de Atraso	Saldo da operação	Valor da provisão
Setor Privado – Pessoa física e Pessoa Jurídica		
De 0 a 60 dias	4.448.574	757.013
De 61 a 180 dias	408.652	135.693
De 181 a 360 dias	460.377	283.971
Acima de 360 dias	7.488.951	7.355.413
Setor Público		
De 0 a 60 dias	316.487	-
De 61 a 180 dias	281	
De 181 a 360 dias	946	946
Acima de 360 dias	2.186	2.186
Depósito em juízo	1.799.849	629.947
Total	14.926.303	9.165.169

ii. Em 31 de dezembro de 2009:

Faixa de Atraso	Saldo da operação	Valor da provisão
Setor Privado – Pessoa física e Pessoa Jurídica		
De 0 a 60 dias	5.945.861	1.084.372
De 61 a 180 dias	560.551	180.818
De 181 a 360 dias	368.299	223.169
Acima de 360 dias	7.647.082	7.647.082
Setor Público		
De 0 a 180 dias	433.250	-
Depósito em juízo	2.074.261	725.992
Total	17.029.304	9.861.433

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

No exercício, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada sobre os saldos a receber das operações de crédito imobiliário, foi a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Saldo Inicial	(9.861.433)	(10.428.761)
Reversão de provisões	1.881.276	1.811.206
Reforço de provisões	(1.185.012)	(1.243.878)
Movimentação líquida nas provisões	696.263	567.328
Saldo final	(9.165.169)	(9.861.433)

6 - Recebíveis por cessão de créditos

Referem-se aos créditos em moeda estrangeira (US\$) da Itaipu Binacional, recebidos da União em 31 de maio de 2005, com a finalidade de aumento de capital social. Por ocasião da liquidação financeira desses créditos, os recursos eram repassados diretamente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para amortizações extraordinárias da dívida da EMGEA com aquele Fundo. A partir de 25 de junho de 2009, com a assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 235/PGFN/CAF firmado com a União, esses recursos passaram a ser creditados diretamente no caixa da Empresa para pagamento do fluxo

mensal de prestações do citado passivo. O saldo de obrigação por parte da Itaipu Binacional é de R\$ 1.855.793 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 2.419.175 em 2009).

No exercício, foi apropriada variação cambial negativa no montante líquido de R\$ 73.948 (R\$ 1.017.522 negativo em 2009).

Os referidos créditos são atualizados pelo fator de inflação dos Estados Unidos da América e convertidos em moeda nacional na data do balanço. No exercício, foi apropriada variação daquele fator no montante líquido positivo de R\$ 54.084 (R\$ 91.097 negativo em 2009).

Os valores resultantes da aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América, a partir de 1º de janeiro de 2008, com saldo de R\$ 180.143 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 159.846 em 2009), são de obrigação da União para com a EMGEA, e são liquidados até agosto de cada ano, conforme disposto no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos nº 235/PGFN/CAF firmado entre a União e a EMGEA.

No exercício foi apropriado deságio de R\$ 4.261, em decorrência da antecipação do fluxo de recebíveis de responsabilidade de Itaipu Binacional para os meses de janeiro a abril de 2010, originalmente previsto para setembro a dezembro de 2010, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato, formalizado em janeiro de 2010.

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Valores a receber - não circulante		
Itaipu Binacional	461.477	479.847
União	44.796	31.596
Total do não circulante	506.273	511.443
Valores a receber - longo prazo		
Itaipu Binacional	1.394.316	1.939.327
União	135.348	128.252
Total do longo prazo	1.529.664	2.067.579
Saldo a receber de Itaipu Binacional	1.855.793	2.419.174
Saldo a receber da União	180.144	159.848
Saldo total	2.035.937	2.579.022

Os valores classificados no “Realizável a longo prazo” têm a seguinte distribuição:

Vencimento	31.12.2010	31.12.2009
2010	-	
2011	-	514.141
2012	511.865	519.821
2013	513.361	521.339
2014	504.438	512.278
Total	1.529.664	2.067.579

7 - Créditos adquiridos

Referem-se aos créditos adquiridos pela EMGEA decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras habitacionais, com vistas à liquidação da condição *pro solvendo* estabelecida nos contratos originais de aquisição e reposicionamento dos ativos. Os saldos são atualizados com base nos encargos financeiros previstos contratualmente. Em 2010 foram apropriadas receitas de atualização monetária e juros no montante de R\$ 21.421 (R\$ 62.500 em 2009).

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Assunção de Dívida pelo FGC (i)	-	196.919
Valores a Receber do Governo do Estado de MG (ii)	60.629	61.441
Total	60.629	258.360

(i) Referem-se aos valores a receber do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), em contrapartida à desoneração da garantia do Fundo de Garantia de Depósitos e Letras Imobiliárias (FGDLI) correspondente aos contratos que foram cedidos pela CAIXA à EMGEA, com cláusula *pro solvendo*, originários do acervo daquele Fundo. No exercício de 2010 foi efetuada liquidação antecipada da dívida, no valor de R\$ 404.309, cujos recursos foram repassados diretamente ao FGTS para quitação de parcelas mensais da dívida da EMGEA para com aquele Fundo, de acordo com o Contrato de Pagamentos, Recebimentos e Outras Avenças, formalizado em 18 de maio de 2010, entre o FGC, a EMGEA e a CAIXA, na qualidade de Agente Operador do FGTS, conforme autorizado pela Resolução nº 631 do Conselho Curador do FGTS - CCFGTS.

(ii) Referem-se aos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, em títulos CVS ou créditos com o FCVS, com vencimento prorrogado para dezembro de 2011, conforme Segundo Termo Aditivo ao Instrumento de Aquisição de Ativos, formalizado em janeiro de 2010, mediante amortização do valor de R\$ 4 em espécie efetuada em janeiro de 2010.

8 - Outros créditos a receber – Circulante

a) Composição dos saldos

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Créditos a receber na Novação do FCVS (i)	242.059	-
Movimentação financeira – CAIXA (ii)	80.446	90.095
Desembolso com execuções a recuperar (iii)	55.864	57.897
Débitos Remanescentes (iv)	17.764	17.717
Valores a apropriar (v)	11.326	15.651
Indenizações de sinistros a receber (vi)	2.981	4.330
FGTS a Receber (vii)	2.498	3.231
Outros recebíveis (viii)	358	256
Total	413.296	189.177

(i) Valores a receber decorrentes dos contratos de novação de créditos perante o FCVS, celebrados com a União em dezembro de 2010, sendo: R\$ 133.566 em títulos CVS, que serão pagos em janeiro de 2011; R\$ 87.807 referentes a juros e amortização, que serão pagos em espécie em 1º de fevereiro de 2011; e o restante no valor de R\$ 20.687, relativo a débitos de contribuição compensados indevidamente.

(ii) Valores arrecadados pela CAIXA relativos às prestações e às liquidações de financiamentos imobiliários, à alienação de imóveis e outros, ainda pendentes de repasse à EMGEA.

(iii) Desembolsos efetuados em processos de execução judicial e extrajudicial de créditos a receber que poderão ser recebidos ao final dos processos.

(iv) Valores referentes às diferenças apuradas entre os saldos devedores de financiamentos imobiliários e os valores de avaliação desses imóveis, quando de sua adjudicação, arrematação ou dação.

(v) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA para posterior repasse à EMGEA.

(vi) Saldo a receber da seguradora relativo a indenizações de seguros em decorrência de sinistros de morte e de invalidez permanente.

(vii) Saldo a receber do FGTS referente a valores utilizados nas liquidações e nas reestruturações de operações de crédito imobiliário.

(viii) Referem-se, principalmente, à remuneração de seguros a receber decorrente da estipulação da apólice dos contratos de crédito imobiliário.

b) Provisão para perdas – Circulante

A provisão constituída para redução ao valor recuperável dos ativos foi a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Provisão para perdas com desembolsos com execução judicial e extrajudicial	(50.277)	(52.107)
Provisão para perdas com débitos remanescentes	(17.765)	(17.718)
Total	(68.042)	(69.825)

9- Ativos não circulantes mantidos para venda

Esse grupo de ativos inclui imóveis adjudicados, arrematados ou recebidos em dação em pagamento de saldos devedores de financiamentos imobiliários.

A composição dos saldos é a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Ativos não circulantes mantidos para venda	401.618	428.350
Provisão para desvalorização (i)	(59.426)	(11.792)
Total	342.192	416.558

(i) No exercício de 2010 houve acréscimo na provisão para desvalorização dos imóveis, em decorrência da inclusão de provisão para imóveis com pendências judiciais.

A movimentação ocorrida no exercício foi a seguinte:

Descrição	Bens não de uso 2010
Saldo em 1º de janeiro de 2010	428.350
Adições	136.738
Alienações	(163.470)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	401.618

10 - Créditos vinculados – SFH

Representam os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 14.182.831 (R\$ 13.738.950 em 2009), e provisões de R\$ 3.143.350 (R\$ 2.854.451 em 2009), que estão em processo de novação com a União. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamento emitido pelo FCVS.

A composição do saldo é a seguinte:

Situação dos contratos	31.12.2010		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	1.666.005	(430.717)	1.235.288
Habilitados e não homologados (ii)	662.524	(187.565)	474.959
Habilitados e homologados (iii)	11.854.303	(2.525.068)	9.329.235
Saldo	14.182.832	(3.143.350)	11.039.482

Situação dos contratos	31.12.2009		
	Saldo	Provisão	Líquido
Não habilitados (i)	1.919.714	(483.352)	1.436.362
Habilitados e não homologados (ii)	532.391	(127.114)	405.277

Habilitados e homologados (iii)	11.286.846	(2.243.985)	9.042.861
Saldo	13.738.951	(2.854.451)	10.884.500

(i) Representam os contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA (agente operador do FCVS).

(ii) Representam os contratos já habilitados em fase de análise por parte da CAIXA ou do FCVS para homologação final do Fundo

(iii) Representam os contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e que dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000 para a sua realização.

A EMGEA, com base na MP nº 2.196/2001, de 24 de agosto de 2001, vem realizando permutas dos títulos CVS adquiridos nas novações e negociações, pelo seu valor de face, com o Tesouro Nacional, por outros títulos públicos federais, de maior liquidez, os quais são integralizados ao patrimônio do Fundo BB Extramercado Exclusivo 31 (permuta no valor de R\$ 332.640 em 2010).

11 - Outros créditos a receber – Não circulante

a) Composição dos saldos

A rubrica “Outros créditos a receber” inclui os seguintes recebíveis:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Créditos a receber da União - retenção indevida de IR (i)	137.849	132.123
Valores a receber de agentes cedentes – devolução de créditos (ii)	136.272	171.704
Depósitos judiciais	9.836	5.277
PLD - Seguro de Crédito (iii)	2.387	2.525
Assunção de Dívida pelo FGC (nota 7)	-	196.919
Total	286.344	508.548

(i) Referem-se aos valores a receber relativos a retenções de imposto de renda na fonte efetuadas pela Itaipu Binacional em repasses de recursos, no período de 2001 a 2002, oriundos de créditos cedidos pela União à EMGEA para aumento de capital. Os valores foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.

(ii) Referem-se a valores a receber de agentes cedentes relativos a créditos adquiridos a serem devolvidos para substituição ou ressarcimento, conforme estabelecido nos contratos de cessão.

(iii) Perda líquida definitiva – seguro de crédito inclui a diferença negativa entre a realização da garantia e o custo de aquisição do imóvel do SFH, por adjudicação, arrematação ou dação de pagamento.

b) Provisão para perdas – Não circulante

A provisão constituída para eventuais perdas ao valor recuperável dos ativos foi a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Créditos a Receber da União – Retenção indevida de IR (i)	(137.848)	(132.123)
Valores a receber de agentes cedentes – devolução de créditos (ii)	(99.941)	(116.280)
PLD - Seguro de crédito	(2.388)	-
Total	(240.177)	(248.403)

(i) A Administração constituiu provisão para perdas na totalidade do valor dos créditos de R\$ 137.848 (R\$ 132.123 em 31 de dezembro de 2009), tendo em vista que o recurso impetrado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foi indeferido, e, conforme opinião dos advogados da Empresa, o risco de indeferimento do pleito da STN foi classificado como “praticamente certo”.

(ii) A provisão para perdas sobre os valores a receber de agentes cedentes relativos à devolução de créditos é apurada com base em valor de expectativa de realização desses créditos, conforme estabelecido nos instrumentos contratuais.

12 - Créditos tributários – Impostos e contribuições a recuperar

Os saldos dos impostos e das contribuições pagos a maior em exercícios anteriores e de estimativas recolhidas no corrente exercício apresentam crédito de R\$ 1.593.156 (R\$ 1.554.448 em 2009) que estão deduzidos da provisão no valor de R\$ 137.037 (R\$ 399.134 em 2009), demonstrados abaixo:

Tributos	Saldo em 2009	Acréscimos / baixas	Juros compensatórios	Créditos utilizados nas compensações	Saldo em 2010
IRPJ	1.110.114	19.105	57.614	(22.870)	1.163.963
CSLL	395.481	6.122	19.742	-	421.345
COFINS	2.887	-	150	-	3.036
PASEP	45.962	-	1.699	(42.854)	4.807
IRRF - FOPAG	5	-	-	-	5
Total dos créditos	1.554.448	25.227	79.205	(65.724)	1.593.156
Provisão para perdas na recuperação	(399.134)	262.057	-	-	(137.077)
Crédito líquido	1.155.314	287.284	79.205	(65.724)	1.456.079

Para todos os créditos tributários, a Administração encaminhou também Pedidos de Restituição à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que ainda estão pendentes de manifestação daquele Órgão.

13 - Imobilizado

As movimentações ocorridas nessa rubrica estão representadas a seguir:

Bens	Saldo líquido em 31.12.2009	Movimentação			Saldo líquido em 31.12.2010	Custo em 31.12.2010	Depreciação acumulada em 31.12.2010
		Aquisições	Baixas	Depreciação			
Móveis, máquinas e equipamentos	946	159		(180)	924	1.938	(1.014)
Sistemas de informática	1.447	428	(3)	(493)	1.379	4.205	(2.825)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33	-	-	(13)	20	503	(484)
Total	2.426	587	(3)	(686)	2.323	6.646	(4.323)

14 - Passivos financeiros – Financiamentos

Referem-se a obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com garantia da União, com os credores do Fundo de Apoio à Produção de Habitações de Baixa Renda (FAHBRE) e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

Em outubro de 2010 foi efetuada consolidação e repactuação das condições relacionadas ao fluxo e ao prazo de pagamento dos contratos passivos da EMGEA para com o FGTS, que consistiu na consolidação de 2.543 contratos individuais desequilibrados, em termos de prestação mensal, para a condição de equilíbrio financeiro em 14 novos grupos, o que resultou na redução do valor da prestação.

A composição dos saldos é a seguinte:

Credor	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	Vencimento Final	Encargos
FAHBRE	14.944	58.491	100.133	2011	TR + juros de 3% a.a.
FGTS	12.122.342	14.001.087	15.888.414	2017	TR + juros de 6,234% a.a.
FDS	19.111	22.536	25.874	2019	TR + juros de 0,5% a.a.
Total	12.156.397	14.082.114	16.014.421		
Circulante	1.982.395	2.406.297	2.363.981		
Não circulante	10.174.002	11.675.817	13.650.440		

O saldo dos financiamentos classificados no “Não circulante - Passivos financeiros - Financiamentos” tem o seguinte vencimento:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
2010	-	-
2011	-	2.682.341
2012	1.872.504	2.722.838
2013	1.897.576	2.890.476
2014	1.897.576	882.290
2015	1.895.570	599.699
2016	1.894.137	184.091
Após 2016	716.639	1.714.082
Total	10.174.002	11.675.817

15 - Obrigações com pessoal

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Férias a pagar	896	758
Salários a pagar	515	244
INSS a recolher	384	325
FGTS a recolher	146	132
Total	1.941	1.459

16 - Obrigações com fornecedores

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
CAIXA – prestação de serviços (i)	20.284	23.608
Pessoal requisitado de terceiros	2.032	1.754
Fornecedores (ii)	313	219
Total	22.629	25.581

(i) Valores a pagar à CAIXA decorrente da prestação de serviços de administração e de escrituração contábil dos contratos de financiamentos imobiliários, conforme contrato de prestação de serviços firmado entre a CAIXA e a EMGEA.

(ii) Referem-se, principalmente, a contas a pagar relativas a treinamentos, bens de informática, telefone e outras.

17 - Obrigações tributárias

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
COFINS	830	671
IRRF	256	240
PASEP	180	146
Impostos e contribuições retidos na fonte	76	77
ISS	8	8
Total	1.350	1.142

18 - Obrigações por repasses

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Valores a ressarcir (i)	12.489	14.619
Seguros a pagar	9.494	10.180
Subsídios contratos do FGTS MP n° 1691/98	628	557
FCVS a pagar	235	347
Total	22.846	25.703

(i) Valores relativos a desembolsos com execução judicial e extrajudicial e despesas com manutenção de créditos imobiliários, ainda pendentes de reembolso à CAIXA.

19 - Obrigações com mutuários

A composição dessa rubrica se refere basicamente aos valores referentes a prestações recebidas a maior ou oriundos de pagamentos antecipados e às pendências de arrecadação credoras:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Valores a apropriar (i)	139.111	142.621
Diferença de prestações recebidas a maior	87.370	86.362
Créditos pendentes (ii)	66.369	50.252
FGTS utilizado em pagamento de prestações	3.731	4.344
Total	296.581	283.579

(i) Valores arrecadados não classificados pelos sistemas de controle operacional, em fase de identificação pela CAIXA. Esses valores estão correlacionados a registros devedores de mesma natureza indicados na nota 8.

(ii) Valores credores registrados no sistema corporativo, em análise pela CAIXA, para apropriação no saldo devedor dos contratos.

20 - Provisão para demandas judiciais

A EMGEA possui na esfera passiva demandas judiciais relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas, relativas a financiamentos imobiliários, inclusive em razão de planos econômicos. Adicionalmente, possui demandas na esfera administrativa relativas a contingências fiscais. Essas demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25.

Contingências cíveis - Risco provável

Tendo em vista as características das demandas existentes, que incluem um volume significativo de ações relacionadas à revisão de indicadores, na metodologia utilizada para constituição da provisão as ações foram segregadas em rotineiras e relevantes e classificadas como remotas ou prováveis, conforme estabelece o CPC 25.

Para as ações rotineiras, para a constituição da provisão, foram utilizados os valores das condenações sofridas pela EMGEA nos últimos 36 meses, atualizados pelo IPCA-e, e as ações extintas no mesmo período.

Para as ações relevantes o valor considerado para a constituição da provisão corresponde ao valor estimado de condenação.

A EMGEA tem realizado acordos com os mutuários que têm possibilitado a solução de grande parte das ações no curto prazo, no contexto da política de acordos instituída pela Empresa.

A Administração entende que tais demandas judiciais não implicarão prejuízos que excedam o saldo da provisão para essas contingências, que é de R\$ 11.791 (R\$ 10.030 em 2009), suficiente para a cobertura de eventuais decisões desfavoráveis à Empresa.

Movimentações na provisão para demandas cíveis classificadas como prováveis:

Descrição	Ações cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2009	10.030
Adições	5.215
Reversões	(3.454)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	11.791

21 - Demais obrigações

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Ajuste de cessão CAIXA/EMGEA (i)	82.900	77.672
Débitos de FCVS a compensar na novação de créditos com o FCVS (ii)	1.351	908
Valores em caução - carteiras adquiridas (iii)	-	7.149
Novação a favor do FGTS (iv)	-	(46.912)
Total	84.251	38.817

(i) Refere-se aos valores de pendências originárias dos Contratos de Cessão celebrados entre a CAIXA, a EMGEA e a União, aguardando ajuste entre as Instituições. Os valores são atualizados com base na Taxa Referencial (TR) e na taxa de juros de 6% a.a, conforme acordado entre as partes.

(ii) Referem-se a débitos de contribuição ao FCVS a serem compensados no processo de novação de créditos perante o FCVS.

(iii) Referem-se a valores em caução a serem regularizados com os agentes cedentes quando do reposicionamento das carteiras adquiridas.

(iv) Refere-se aos valores provenientes dos Contratos de Assunção de Dívidas, celebrados entre a EMGEA, na qualidade de Interviente, a União e o FGTS, decorrentes de contratos de Novação de Dívidas contra o FCVS, com emissão de títulos em favor do FGTS, cujos recursos foram liberados para a EMGEA no exercício de 2010.

22 - Passivos relacionados a ativos mantidos para venda

Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção e aos valores a pagar à CAIXA pela prestação de serviços de administração e controle de imóveis arrematados e/ou adjudicados, disponíveis para a venda, conforme contrato de prestação de serviços firmado com a CAIXA.

Descrição	31.12.2010	31.12.2009
Desembolso com Imóveis não de uso	15.097	10.433
Tarifa de administração de imóveis não de uso	1.682	1.356
Total	16.779	11.789

23 - Patrimônio líquido

- i. O capital social da EMGEA é de R\$ 20.010.219, totalmente integralizado pela União.
- ii. De acordo com o artigo 16 do Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 7.122, de 3 de março de 2010, o resultado apurado foi utilizado para dedução dos prejuízos acumulados.

24 - Composição das contas de resultado

a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos valores de juros e demais receitas acumulados no ano, calculados pelo método dos juros efetivos, sobre o saldo devedor das operações de crédito imobiliário e créditos com o FCVS, conforme índices pactuados contratualmente.

A composição dos itens está demonstrada a seguir:

Descrição	2010	2009
Receitas de juros - operações de crédito imobiliário (i)	825.270	1.192.555
Receitas de juros - saldo residual a receber do FCVS (ii)	691.492	618.539
Receitas de atualização monetária - operações de crédito imobiliário (i)	176.237	276.353
Receitas de atualização monetária - saldo residual a receber do FCVS (ii)	88.940	96.235
Receitas de taxas e comissões (iii)	357.048	365.584
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(2.760)	(3.121)
Totais	2.136.227	2.546.145

(i) Atualmente essas operações estão sujeitas à incidência de juros à taxa média ponderada de 7,51% ao ano para contratos firmados com pessoa física com cobertura do FCVS; de 9,72% ao ano para contratos firmados com pessoa física sem cobertura do FCVS; e de 10,24% ao ano para contratos firmados com pessoa jurídica. A atualização monetária é calculada de acordo com os diversos índices pactuados contratualmente (TR, LBC, POUP, e UPRD).

(ii) Referem-se aos valores de atualização monetária e a juros apropriados sobre o saldo a receber do FCVS de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR) e juros de até 6,17% ao ano.

(iii) Referem-se às rendas de encargos por atraso, taxas para cobertura de riscos de crédito e administração dos contratos, relativas às de operações de créditos imobiliários.

b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado correspondem aos encargos de juros acumulados no ano, calculados pelo método de taxa efetiva de juros, e demais despesas apropriadas sobre o saldo devedor dos passivos financeiros com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Apoio à Produção de Habitações de Baixa Renda (FAHBRE) e com o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Atualmente, esses saldos são corrigidos com base na TR e juros de até 6,234% ao ano.

Descrição	2010	2009
Despesas com juros	(801.343)	(906.477)
Despesas com atualização monetária	(87.072)	(108.859)
Despesas com taxas e comissões	(750)	(1.285)
Totais	(889.165)	(1.016.621)

c) Perdas com ativos financeiros (líquidas)

As perdas com ativos financeiros (líquidas) Incluem os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas, bem como os descontos concedidos nas operações de reestruturações e liquidações antecipadas de dívidas e prejuízos apurados nas operações de arrematação e adjudicação de imóveis.

i. Provisões (reversões) e perdas (líquidas)

Descrição	2010	2009
Resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa -operações de crédito imobiliário (i)	696.264	567.328
Provisão para perdas na novação de dívidas com o FCVS	(288.899)	(380.624)
Totais	407.365	186.704

ii. Descontos concedidos

Descrição	2010	2009
Contratos com cobertura do FCVS	(92.161)	(69.606)
Contratos sem cobertura do FCVS	(1.414.971)	(1.324.890)
Total pessoa física	(1.507.132)	(1.394.496)
Pessoa jurídica	(27.052)	(330.968)
Total dos descontos	(1.534.184)	(1.725.464)

d) Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2010	2009
Outras receitas operacionais	196.029	164.163
Receitas com renegociação de carteiras - Agentes cedentes (i)	179.078	109.994
Receitas de atualização monetária sobre indenizações de sinistro	12.347	53.116
Recuperação de despesas - mutuários em execução	4.657	2.993
Recuperação de saldos residuais - operações de créditos imobiliários	2.250	2.078
Demais receitas (ii)	14.918	6.724
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP e COFINS	(17.221)	(10.742)
Outras despesas operacionais	(69.384)	(89.040)
Despesas de juros e atualização monetária - Fundo de Equalização	(39.817)	(42.831)
Despesas com execução de créditos - não recuperáveis	(17.682)	(22.344)
Despesas com sobras e diferenças de prestações de créditos imobiliários	(9.710)	(19.427)
Demais despesas (iii)	(2.175)	(4.438)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	126.645	75.123

(i) Valores adquiridos do Agente Econômico e CDHU/MS decorrentes de quitação de contratos de aquisição de carteiras imobiliárias.

(ii) Referem-se, principalmente, aos valores relativos à recuperação de contratos comerciais e receitas sobre saldos de financiamentos de vendas parceladas de imóveis.

(iii) Referem-se, principalmente, às despesas com manutenção de créditos imobiliários.

e) Despesas administrativas

A composição da rubrica “Despesas administrativas” está demonstrada a seguir:

i. Despesas com pessoal

Descrição	2010	2009
Salários e gratificações	(6.246)	(5.995)
Encargos sociais - INSS / FGTS	(2.709)	(2.501)
Férias e 13º salário	(1.581)	(1.454)
Honorários - Diretoria e Conselhos	(957)	(906)
Auxílio alimentação	(338)	(336)
Treinamento	(268)	(263)
Assistências médica e social	(124)	(126)
Ajuda de custo, mudança e auxílio moradia	(35)	(39)
Rescisões contratuais	(34)	(60)
Total	(12.292)	(11.680)

ii. Outras despesas administrativas

Descrição	2010	2009
Tarifa de prestação de serviços - CAIXA (i)	(225.504)	(254.409)
Serviços de terceiros (ii)	(3.892)	(3.361)
Reembolso aos órgãos de origem – pessoal requisitado	(10.802)	(8.824)
Aluguel, locação de veículos e condomínios	(847)	(818)
Despesas gerais (associação de classe, representação e outros)	(154)	(126)
Depreciação	(688)	(638)
Utilidades e serviços	(437)	(374)
Diárias de viagens	(426)	(294)
Passagens aéreas e rodoviárias	(271)	(258)
Propaganda, publicidade e divulgação	(235)	(189)
Material de consumo	(33)	(90)
Segurança e medicina no trabalho	(23)	(17)
Taxas e contribuições locais	(8)	(6)
Créditos de impostos sobre aluguel e energia - PASEP/COFINS	81	76
Total	(243.239)	(269.328)

(i) Referem-se às tarifas pagas à CAIXA pela prestação de serviços de administração e contabilização das operações cedidas à EMGEA, conforme Contrato de Prestação de Serviços, firmado com aquela Instituição.

(ii) O saldo dos “serviços de terceiros” referem-se basicamente aos valores pagos a auditoria independente, consultoria tributária, segurança da informação, administração, conservação e limpeza, primeiros socorros.

f) Ganhos (perdas) com outros recebíveis (líquidas)

i. Provisão para perdas com outros recebíveis

Inclui os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas:

Descrição	2010	2009
Provisão sobre saldo de IR retido indevidamente em repasse de recursos	(5.725)	(5.805)
Provisão (reversão) para perdas sobre valores a receber de movimentação financeira - CAIXA	(2.800)	56.359
Provisão - perda líquida definitiva	(2.388)	-
Provisão para débitos remanescentes em operações de arrematação de imóveis	(47)	44
Provisão (reversão) para perdas nos desembolsos com execução	1.830	(8.974)
Provisão (reversão) para perdas - devolução de créditos a agentes cedentes	16.339	(14.910)
Totais	7.209	26.714

ii. Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos e as perdas nas conversões do saldo dos itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional, relativas aos recebíveis por cessão de créditos de responsabilidade de Itaipu Binacional e da União.

Descrição	2010	2009
Ganhos em variações cambiais	354.800	205.499
Perdas em variações cambiais	(428.748)	(1.223.021)
Total	(73.948)	(1.017.522)

iii. Outras receitas (despesas) operacionais

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2010	2009
Ganhos - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	88.238	-
Perdas - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América	(34.154)	(91.097)
Resultado - aplicação do fator de inflação dos Estados Unidos da América (i)	54.084	(91.097)
Assunção de dívida pelo FGC	12.130	53.065
Valores a receber - Entes da Federação	9.292	9.435
Remuneração por intermediação de seguro habitacional	1.795	1.875
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(256)	(267)
Total	77.045	(26.989)

(i) Refere-se ao resultado da aplicação do fator de atualização, com base na inflação dos Estados Unidos da América, sobre o saldo dos recebíveis da Itaipu Binacional, relativos à cessão de créditos da União.

g) Receitas com créditos tributários

O resultado com créditos tributários inclui os valores de juros compensatórios calculados à taxa SELIC sobre o saldo dos impostos a recuperar, bem como as reversões de provisão apropriadas no ano.

Descrição	2010	2009
Reversão de provisão sobre impostos a recuperar	262.057	571.460
Juros compensatórios sobre impostos a recuperar	79.205	88.353
Total	341.262	659.813

h) Resultado líquido com ativos mantidos para venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

Descrição	2010	2009
Lucro na alienação de imóveis não de uso	61.724	48.538
Despesas com laudo de avaliação	(2.475)	(3.617)
Prejuízos na alienação de imóveis não de uso	(9.604)	(4.441)
Tarifa com administração de imóveis não de uso	(16.475)	(15.223)
Despesas com imóveis não de uso (condomínios, impostos, taxas e outras)	(26.480)	(22.532)
Provisão para desvalorização de imóveis não de uso	(47.634)	(7.448)
Impostos e contribuições sobre a receita - PASEP/COFINS	(5.709)	(4.489)
Total	(46.653)	(9.212)

i) Receitas financeiras

A composição dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2010	2009
Receita de aplicações financeiras - Fundos de Investimento	18.300	31.445
Remunerações da CAIXA - tarifa sobre repasses em atraso (i)	6.985	47.485
Receitas sobre levantamentos de depósitos judiciais – prestações de crédito imobiliário	1.170	1.112
Receitas de aplicações financeiras - Títulos e Valores Mobiliários	502	6.205
IOF - Imposto sobre Operação Financeira	(1.698)	(1.225)
Total	25.259	85.022

(i) Referem-se aos valores de atualização à taxa SELIC sobre os valores financeiros de prestação de contas das arrecadações repassadas em atraso pela CAIXA.

j) Despesas financeiras

A composição dessa rubrica é a seguinte:

Descrição	2010	2009
Encargos sobre operações de cessão de créditos (i)	(8.434)	(138)
Encargos sobre movimentação financeira - CAIXA (ii)	(2.530)	(2.879)
Atualização monetária – prêmio de seguro habitacional (iii)	(75)	(28)
Tarifas bancárias	(7)	(6)
Encargos moratórios	-	(1.154)
Total	(11.046)	(4.205)

(i) Referem-se, basicamente, aos valores de deságio por antecipação do fluxo anual de prestações do saldo de responsabilidade de ITAIPU Binacional e de devolução à União de parcela recebida a maior em virtude de alteração do fator de inflação dos Estados Unidos da América aplicado sobre o saldo dos recebíveis.

(ii) Referem-se à despesa de atualização monetária calculada com base na taxa SELIC sobre devoluções à CAIXA de valores financeiros de prestação de contas.

(iii) Refere-se aos valores de atualização monetária sobre os repasses à Seguradora do prêmio de seguro mensal contido nas prestações de operações de crédito imobiliário.

k) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em razão da apuração do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, não houve reconhecimento de despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2009 e 2010.

25 - Remuneração a colaboradores

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração, formado pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva, são apresentados como segue:

Descrição	Em R\$1,00	
	2010	2009
Comissionados		
Maior salário	14.601,91	14.601,91
Menor salário	3.528,61	3.528,61
Salário médio	7.242,56	5.292,38
Dirigentes		
Presidente	23.104,26	22.004,06
Diretores	20.331,04	19.362,87
Honorário médio	20.885,68	19.891,11
Conselheiros		
Conselho Fiscal	2.088,57	1.989,11
Conselho de Administração	2.088,57	1.989,11
Total	93.871,20	88.659,16

26 - Partes relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades da EMGEA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. Essas transações com partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e nas condições para operações comparáveis, ou com base em taxas firmadas em contrato entre as instituições. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Entidade/Operações

Entidades/operações	Em R\$ mil			
	2010		2009	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Secretaria do Tesouro Nacional				
Itaipu Binacional	1.855.793	(73.948)	2.419.176	(1.017.660)
União	180.143	45.649	159.847	(91.097)
Fundos e Programas				
FCVS	11.039.482	491.533	10.884.499	334.150
FGC	-	12.130	393.838	53.065
FGTS	(12.122.343)	(887.669)	(14.001.039)	(1.013.379)
FAHBRE	(14.944)	(1.253)	(58.491)	(2.944)
FDS	(19.111)	(242)	(22.536)	(298)
Caixa Econômica Federal				
Depósito à vista	274	(6)	293	(6)
Valores a receber	80.446	6.985	90.095	47.485
Prestação de serviços	(21.965)	(241.979)	(24.963)	(269.632)
Valores a pagar	(27.586)	(2.530)	(25.052)	(2.879)
Banco do Brasil S.A.				
Depósito à vista	242	(1.699)	1	(1.225)
Aplicações financeiras	177.138	18.300	209.259	31.445

b) Honorários dos dirigentes e conselhos

Descrição	Em R\$ mil	
	2010	2009
Honorários		
Diretoria Executiva	744	676
Conselho de Administração	133	142
Conselho Fiscal	80	87
Total	957	905

c) Empregados cedidos de órgãos externos

Órgão de origem	Em R\$ mil	
	2010	2009
	Custo no período	Custo no período
Banco do Brasil - BB	3.554	3.020
Caixa Econômica Federal - CAIXA	6.406	4.978
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	471	531
Ministério do Planejamento Orçamento - MPO	76	61
Controladoria Geral da União - CGU	294	233
Total	10.801	8.823

27 - Outras informações

Prejuízos fiscais

A Empresa possuía créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos não foram registrados, tendo-se em vista que a EMGEA apresenta um histórico de prejuízos passados. Em 31 de dezembro de 2010, o montante referente a esses créditos era de R\$ 2.196.191 (R\$ 2.223.189 em 2009).

Anexo VII – Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração da
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da EMGEA é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA em 31 de

dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a EMGEA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), originados de contratos de financiamentos habitacionais. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados totalizavam R\$ 2.328.529 mil e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos acordados na regulamentação definida pelo FCVS. A Administração da EMGEA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R\$ 618.282 mil. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R\$ 9.329.235 mil, está condicionada ao processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Impostos e contribuições a compensar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, a EMGEA registra em seu ativo valores referentes a impostos e contribuições a recuperar, cuja realização está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis e depende do deferimento, por parte da Receita Federal, do pedido de restituição ou de compensação. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais pode variar da atual estimativa da Administração.

Brasília, 19 de abril de 2011.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

José Claudio Costa
Contador CRC SP-167720/O-1 S-DF